

Wittgenstein e o construcionismo de Bertrand Russell:

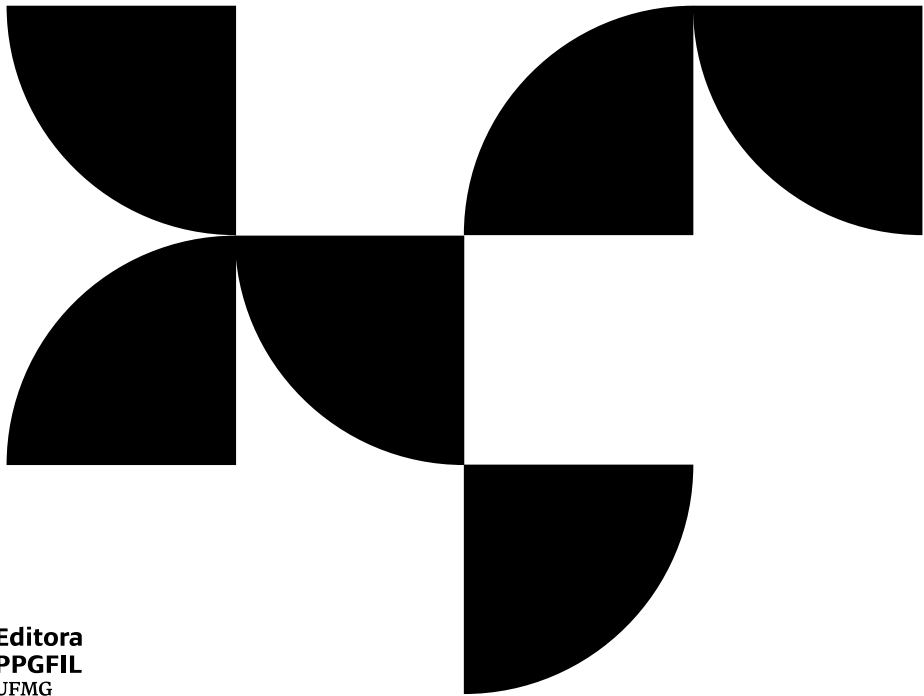
Navalha de Occam, ceticismo e a
diferença entre os métodos

Gabriel Guedes Silva

Wittgenstein e o construcionismo de Bertrand Russell:

Navalha de Occam, ceticismo e a
diferença entre os métodos

Gabriel Guedes Silva



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

Vice-Reitor: Alessandro Fernandes Moreira

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Thais Porlan de Oliveira

Vice-Diretor: Rogério Duarte do Pateo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Coordenador: Ernesto Perini Frizzera da Mota Santos

Subcoordenador: Tadeu M. Verza

EDITORA PPGFIL-UFMG

Tadeu M. Verza

André J. Abath

Abílio A. Rodrigues Filho

Anna Luiza Coli

Henrique B. Barreto

CONSELHO EDITORIAL

Daniel Pucciarelli

Miriam Campolina Diniz Peixoto

Rogério Antônio Lopes

Verlaine Freitas

CONSELHO CIENTÍFICO

Alessandro Pinzani (UFSC)

Anderson Bogéa da Silva (UFPR)

André Leclerc (UNB)

André Nascimento Pontes (UFAM)

Antônio José Ferreira Bento (Universidade da Beira Interior)

Beatriz Cecilia Bossi López (UCM)

Catarina Belo (Universidade Americana no Cairo)

Gisele Amaral dos Santos (UFRN)

Jacques Poulain (Université Paris VIII)

José Leonardo Annunziato Ruivo (UEMA)

Marco Antônio Caron Ruffino (UNICAMP)

Marcus Sacrini Ayres Ferraz (USP)

Maria Aparecida Paiva Montenegro (UFCE)

Maurício Pagotto Marsola (UNIFESP)

Sara Juliana Pozzer da Silveira (UFMT)

Vinicius Berlendis de Figueiredo[†] (UFPR)

<https://www.edppgfil.fafich.ufmg.br>

<https://www.editorappgfilufmg.com>

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627

FAFICH, sala 4047, 4º Piso

Pampulha, Belo Horizonte - MG.

CEP: 31270-901

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)

Silva, Gabriel Guedes Vieira.

Wittgenstein e o construcionismo de Bertrand Russell: navalha de Occam, ceticismo e a diferença entre os métodos [recurso eletrônico] / Gabriel Guedes Silva. – Belo Horizonte: PPGFIL, 2025.

100 S586w

1 recurso online (200 p.): pdf

ISBN: 978-65-01-57891-0

DOI: 10.5281/zenodo.16934745

1. Filosofia. 2. Wittgenstein, Ludwig, 1889 - 1951. 3. Russell, Bertrand, 1872 – 1970. 4. Construcionismo. 5. Lógica. I. Título.

CDD: 100

CDU: 001

PPGFIL-UFMG, 2025

Elaborada por Érica Conceição Cícero, CRB 8/8206

Copyright © Gabriel Guedes Vieira Silva

Capa e projeto gráfico: Ami Comunicação & Design

Revisão: o autor

Diagramação: o autor

Finalização: Tadeu M. Verza



PPGFIL-UFMG, 2025

Esta obra foi selecionada pelo Conselho Editorial do Selo PPGFIL/UFMG após avaliação por pareceristas *ad hoc*.

O acesso e a leitura deste livro estão condicionados ao aceite dos termos de uso do Selo do PPGFIL/UFMG, disponíveis em: [https://
https://www.edppgfil.fafich.ufmg.br](https://www.edppgfil.fafich.ufmg.br)

Lista de abreviações

Obras de Bertrand Russell

AR	<i>Analytical Realism</i>
OKEW	<i>Our Knowledge of the External World</i>
OM	<i>On Matter</i>
ONC	<i>On the Notion of Cause</i>
PLA	<i>The Philosophy of Logical Atomism</i>
POP	<i>Problems of Philosophy</i>
DPM	<i>The Regressive Method of Discovering the Premises of Mathematics</i>
RSDP	<i>The Relation of Sense-data to Physics</i>
SMP	<i>On Scientific Method in Philosophy</i>
TOK	<i>Theory of Knowledge</i>

Obras de Wittgenstein

LD	<i>Wittgenstein in Cambridge: Letters and Documents 1911-1951</i>
NBs	<i>Notebooks 1914-1916</i>
NL	<i>Notes on Logic</i>
TLP	<i>Tractatus Logico-Philosophicus</i>
SRLF	<i>Some Remarks on Logical Form</i>

Sumário

Apresentação	13
Introdução	17
1 O método de Russell em seu <i>Scientific Method in Philosophy</i>	41
1.1 O que Wittgenstein teria lido?	42
1.2 Método, métodos e <i>submétodos</i>	55
1.3 A apresentação do método em <i>O método científico na filosofia</i>	64
2 A ilustração do construcionismo	79
2.1 O caráter programático de <i>Our Knowledge of the External World</i>	81
2.2 O uso da palavra “ <i>lógico</i> ”	86
2.3 O valor de uma teoria científica	106
2.4 A aplicação do método	116
2.5 O que é, portanto, o método científico de se filosofar?	130
3 O método de Wittgenstein	139
3.1 <i>a</i> : O estatuto das leis lógicas e a disputa sobre o caráter da generalidade	145

3.2 <i>b</i> e <i>c</i> : O nonsense da dúvida cética e o que pode ser dito	156
3.3 <i>d</i> : Filosofia que deve desaparecer	164
3.4 <i>e</i> : A diferença entre os métodos	166
3.5 <i>f</i> : Questões que não dizem respeito ao filósofo	175
3.6 <i>g</i> : O método de Russell e o método da física	177
3.7 A determinação do método de Wittgenstein a partir do método de Russell	182
Considerações finais	182
Referências	191

Apresentação

Este livro é resultado da minha pesquisa durante o mestrado, sendo uma versão revisada e, em certo sentido, definitiva da dissertação que defendi no dia primeiro de dezembro de 2023. Mesmo assim, ainda reflete um trabalho de mestrado: boa parte do que apresento é sugestivo e experimental – no sentido de que acredito mais ter apontado um caminho, cheio de ramificações dignas de um tratamento mais aprofundado, do que de fato solucionado as questões interpretativas que me propus a investigar. Trata-se, portanto, de um material que no futuro, com mais tempo e maturidade, gostaria de rever e trabalhar ainda mais. Entretanto, dentre os comentários da banca de defesa, fiquei especialmente contente – e um tanto quanto surpreso – em ouvir do professor Marcelo Carvalho que fui capaz de encontrar algo de original, mesmo ao tratar de uma obra tão comentada quanto o *Tractatus Logico-Philosophicus*. Já não me recordo se me foi especificado o que é de fato original em meu texto. No entanto, suponho que a seguinte descrição do que pretendi fazer aqui possa dar conta de algum aspecto de originalidade.

Guiando-me por aspectos centrais da leitura minimalista defendida por Engelmann (*Reading Wittgenstein's Tractatus*, 2021), busquei colocar sobre uma perspectiva única três ocorrências em que Wittgenstein fala sobre o próprio método até a publicação do *Tractatus*. A primeira, sobre a qual me ocupei especialmente, trata-se de uma anotação em seus cadernos (*Notebooks 1914-1916*), datada de primeiro de maio de 1915, na qual faz uma crítica ao método de Bertrand Russell e um comentário um tanto quanto enigmático sobre

o seu próprio método. A segunda aparece em uma carta enviada para Russell, em 22 de maio do mesmo ano, na qual diz que “*o método mudou drasticamente*”. E na última, já no *Tractatus* – sendo a única ocorrência de “meu método” no livro –, em 4.1121, Wittgenstein descreve o próprio método como estudo da linguagem de sinais. A expectativa, que acredito ter sido satisfeita, foi de que, ao colocar tais ocorrências sobre uma só perspectiva, seria possível obter uma determinação do método utilizado no *Tractatus* mais clara e coerente do que as alternativas apresentadas pelas duas principais tendências de interpretação concorrentes – substancial e resolutive. Acredito não ser mero detalhe que, na primeira ocorrência, Wittgenstein contraste o próprio método ao de Russell, e que a segunda apareça em uma carta endereçada a ele. Com isso em mente, ocupei-me de investigar, nos primeiros capítulos, qual é o método de Russell que é alvo das críticas de Wittgenstein. Por isso, discuto os métodos descritos em *Scientific Method in Philosophy* (SMP) e em *Our Knowledge of the External World* (OKEW), e argumento que o principal alvo da crítica de Wittgenstein é o *construcionismo russelliano*, ilustrado por Russell em OKEW. Trata-se da ideia de que devemos substituir as entidades inferidas de nosso conhecimento científico acerca do mundo exterior por construções lógicas que partem somente de entidades indubitáveis: *sense-data* e as verdades da lógica.

Como consequência de tal percurso, indiquei diversas evidências de que Wittgenstein teria formulado algumas ideias que aparecem no *Tractatus* em oposição a ideias contidas no livro de Russell, *Our Knowledge*. Tal influência já havia sido sugerida por alguns intérpretes, mas, até então, pouco trabalhada. Isso é parte do que pode justificar certo aspecto original de meu texto, já que, de modo geral, a percepção vigente da literatura secundária até os últimos anos era de que

Wittgenstein não lera *Our Knowledge of The External World* antes da formulação do *Tractatus*. Entretanto, isso tem sido alvo de revisões recentes, como o artigo de Michael Potter (2023), Wittgenstein and the External World Programme, e a tese de Shunichu Takagi (2021), *Wittgenstein and the 'Kantian Solution of the Problem of Philosophy' (10 February 1931)*.

Assim, outro modo de conceber o que faço aqui consiste numa longa resposta aos artigos de Diamond (2014) acerca do método. Em especial, ao artigo *The Hardness of the Soft: Wittgenstein's Early Thought About Skepticism*. A razão é que, nesse artigo, havia encontrado o tratamento mais sistemático das anotações de Wittgenstein datadas do dia primeiro de maio de 1915. Depois que defendi meu mestrado, encontrei textos de outros autores que também investigam as ocorrências que trabalhei, como os já mencionados Potter e Takagi, e Marie van der Schaar (2024) em *The Tractatus and the First Person*. Aproveitei a oportunidade de retrabalhar o material a fim de indicar as contribuições dessa bibliografia ainda mais recente.

Com isso, para além de qualquer pretensão de originalidade, espero que o presente texto faça jus a outros elogios da banca, e, especialmente, que seja claro e instrutivo. Acredito que não se trate de um texto introdutório, capaz de fornecer um guia de leitura para o *Tractatus Logico-Philosophicus*; mas, para alguém que já tenha contato com tal obra, creio que o presente livro possa ampliar a relação dela com a filosofia de Bertrand Russell – um aspecto necessário para a sua compreensão –; e, além disso, que venha também a servir como introdução para algumas disputas acerca dela dentro da literatura secundária.

Por fim, alguns breves agradecimentos. Ao meu orientador, Mauro Engelmann, pela exigência e confiança durante o mestrado. À banca, composta pelo professor Marcelo Carvalho (UNIFESP) e pelo professor Antônio Coelho (UFMG), pela leitura atenciosa e pelos comentários. À Editora PPGFIL-UFMG, pela publicação. Aos amigos, e, especialmente, à minha família.

Introdução

A determinação correta do método que Wittgenstein utiliza no *Tractatus Logico-Philosophicus* pode auxiliar na resolução de diversos paradoxos interpretativos que são atribuídos à obra. Não é raro que leituras do TLP que se vangloriam da capacidade de solucionar um determinado paradoxo acabam por vezes se emaranhando em um paradoxo ainda maior. Junto a isso, também não é unânime quais são de fato os paradoxos que devem ser resolvidos e quais seriam somente aparentes paradoxos. Janik e Toulmin, por exemplo, indicam que o surgimento do paradoxo central do TLP se dá a partir de TLP 6.4, momento em que o livro, que era majoritariamente sobre “lógica, teoria da linguagem, filosofia da matemática ou das ciências naturais”, passa a fornecer teses sobre “solipsismo, morte e ‘o sentido do mundo’ que ‘deve estar fora do mundo’” (Janik; Toulmin, 1973, p. 23)¹. O paradoxo que surge seria, portanto, “como conciliar o Wittgenstein ‘ético’ e o Wittgenstein ‘lógico’” (Ibid., p. 26). A solução de Engelmann (2021), por exemplo, é simples o suficiente, de modo a tirar o caráter paradoxal e a centralidade da questão de Janik e Toulmin: toma-se o Wittgenstein lógico e o ético como o mesmo.

Outro paradoxo surge da interpretação de Hacker, um dos nomes centrais da interpretação tradicional. Em sua leitura,

¹ Todas as traduções das citações são de minha autoria, feitas a partir do original, com duas exceções: para as citações do TLP, utilizei a tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos (Wittgenstein, 2017), como consta nas referências bibliográficas. Para as citações dos *Notebooks 1914-1916*, utilizei como guia a tradução para o inglês feita por Anscombe (Wittgenstein, 1964), como consta nas referências, quaisquer discordâncias serão notificadas.

“mantemos algumas verdades inefáveis sobre a realidade após jogar fora a escada” (Hacker, 2000, p. 357), de modo que, como coloca Kuusela (2011), a jornada pelo livro fornece ao leitor uma compreensão do que “não pode ser dito, mas que se manifesta no que pode ser dito” (Hacker, 2000, p. 365 *apud* Kuusela, 2011, p. 123). Assim, a doutrina do TLP, ao falar sobre as características necessárias da linguagem e do mundo através de uma série de contrassensos, seria capaz de demonstrar como doutrinas filosóficas caem em contrassensos quando tentam falar sobre tais características necessárias da linguagem e do mundo. Daí o paradoxo: “Se a doutrina é um contrassenso, ela não demonstra nada; para demonstrar algo não se pode ser um contrassenso” (Kuusela, 2011, p. 124).

Por outro lado, os leitores resolutos, principais opositores da interpretação tradicional, não possuem ressalvas em admitir que o TLP não transmite e nem demonstra nenhuma verdade sobre o mundo. Porém, ao buscar levar a sério o descarte da escada que Wittgenstein diz que será executado por aqueles que o compreendem (TLP 6.54), os resolutos se deparam com outro paradoxo: é somente através das próprias sentenças da obra que se obtêm uma justificativa para descartá-la. Como Engelmann (2021, p. 17) coloca: “O nosso aparente paradoxo autodestrutivo não é ‘se a doutrina do *Tractatus* é verdadeira, as suas sentenças são contrassensos’, mas ‘se as suas frases são verdadeiras ou elucidações corretas, então as suas sentenças são contrassensos’”. Não existe uma doutrina do TLP que ao mesmo tempo justifique o descarte da escada e seja independente das proposições que compõem o livro.

A correta determinação do método do TLP pode auxiliar na resolução de tal paradoxo, visto que, se suas sentenças são contrassensos, os quais não dizem nada e não são capazes de expressar

verdade alguma, então (i) o conteúdo do TLP é essencialmente similar a qualquer obra filosófica tradicional. Por outro lado, (ii) diferentemente de uma obra filosófica tradicional, as sentenças do TLP elucidam (TLP 4.112 e 6.54). Por razão de (i) deve haver algo que justifique (ii) que não dependa do que Wittgenstein está falando no TLP. Deve haver, portanto, algo de distinto no que Wittgenstein está fazendo, isto é, no método que Wittgenstein utiliza no *Tractatus*, para que ele seja capaz de descartar toda filosofia, incluindo a si mesmo, e ao mesmo tempo sustentar tal descarte.

Quando se voltam para o método, as leituras tradicionais (também chamadas de realistas, ou metafísicas) do TLP, notoriamente defendidas por Hacker (1986, 2000), Pears (1997), Malcolm (1986), tendem a associar o projeto tractariano ao atomismo lógico de Russell. Em geral, tomam as afirmações de que “os objetos constituem a essência do mundo” (TLP 2.021) e de que “a forma do objeto é a possibilidade de seu aparecimento em um estado de coisas” (TLP 2.0141) para atribuir à linguagem a função de espelhar a forma lógica do mundo. A necessidade da relação entre sintaxe do mundo e sintaxe da linguagem seria justificada pelo fato de que (i) “os nomes substituem, na proposição, os objetos” (TLP 3.22) (porém, tal substituição, de acordo com leitura tradicional, ocorreria através de um método independente do uso dos nomes em proposições); e (ii) “a essência do sinal proposicional fica clara quando o concebemos composto de objetos espaciais, não de sinais escritos” (TLP 3.1431). As proposições do TLP, mesmo sendo contrassensos, seriam contrassensos capazes de comunicar algo sobre a relação metafísica entre a linguagem e o mundo.

Hacker, por exemplo, atribui a Wittgenstein o que Diamond (1991a, p. 194) chama de “realismo de possibilidade”, isto é, a

doutrina em que cada coisa tem internamente fixadas suas possibilidades de ocorrência em tipos de fatos. A linguagem espelharia tais características lógicas das coisas através de variáveis. O TLP tentaria transmitir isso ao mesmo tempo que qualquer tentativa de afirmá-lo enquanto doutrina falhará. Como Engelmann (2021, p. 7) coloca, Hacker aparentemente deseja atribuir uma teoria de *acquaintance* ao TLP, mas termina lhe atribuindo uma teoria de *acquaintance* transcendental como substituta. Parece-me crível supor que, a partir disso, Hacker atribuiria também o método do atomismo lógico russelliano ao método do TLP. Pode-se argumentar que não seria o mesmo, por incluir a comunicação de verdades inefáveis por meio de contrassensos iluminadores; contudo, tal argumento deve mostrar o que estaria impedindo que o método de Russell também comunicasse verdades através de seus contrassensos. O método do TLP resultaria em uma derivação do método russelliano com diferenças sutis.

Hacker, porém, também se ancora na distinção entre dizer e mostrar (Milkov, 2003, p. 239); uma distinção que Wittgenstein teria tomado de Frege (cf. Geach, 1976). Wittgenstein transmitiria sua doutrina inefável a partir de contrassensos iluminadores (Hacker, 2000, p. 365), os quais seriam distintos dos meros contrassensos, por mostrar o que não pode ser dito (Ibid., p. 368). A leitura de Hacker, portanto, estaria atribuindo a Wittgenstein uma teoria russelliana que seria transmitida através de métodos fregeanos. O TLP seria uma tentativa de, por meio de *insights* inefáveis sobre a linguagem, fornecer uma fundação para atividade filosófica de análise lógica (Kuusela, 2011, p. 124). Hacker (1986, p. 12), de fato, afirma que, para compreender as observações sobre filosofia presentes no TLP, é necessário ver que a filosofia praticada por Wittgenstein e a filosofia

sobre a qual ele teoriza² são diferentes. A filosofia que Wittgenstein pratica no TLP seria similar a que é apresentada em NL e estaria mais em acordo com a filosofia russelliana: ela seria puramente descritiva e seu domínio seria a doutrina das formas lógicas das proposições científicas (Hacker, 1986, pp.12-13). A filosofia advogada no TLP, porém, deixaria de concordar com a visão de Russell de que a função da filosofia é a descrição das formas lógicas (cf. capítulo II, seção 2.2). Ainda assim, o programa que Wittgenstein cumpre no TLP é de mostrar que “a explicação correta das proposições lógicas deve dar a elas uma posição única em relação às outras proposições” (Hacker, 1986, p.14). Ao que tudo indica, o único modo que Hacker vê Wittgenstein sendo capaz de realizar esse programa, sem advogar por uma filosofia que dê a descrição de formas lógicas, seria através de contrassensos iluminadores.

Malcolm (1986) também vê dois tipos de análise lógica com que o TLP estaria envolvido. Há uma análise lógica que equivale a um processo contínuo e inconsciente de análise, o qual seria raramente posto em palavras e ocorreria implicitamente na compreensão da linguagem ordinária; e outra análise que é a atividade dos filósofos e dos lógicos (Malcolm, 1986, pp.104-105). Enquanto as descrições definidas e a notação lógica exemplificariam o segundo tipo, o primeiro tipo equivale a significar algo através de um símbolo – essa análise é o processo de significação e compreensão, dirá Malcolm (Ibid., p. 106). Desse modo, haveria uma conexão entre a concepção de que “significado e compreensão requer um processo interno de análise lógica” com a asserção de Wittgenstein de que “toda sentença com

² Hacker nomeia a filosofia que Wittgenstein utiliza “filosofia *de facto*”, e a filosofia que Wittgenstein estaria advogando de “filosofia *de jure*”.

significado é uma figuração” (Ibid., p.107). Para Malcolm, o pensamento seria tão essencial para a relação projetiva ao ponto de o fazer afirmar que “a teoria da figuração é uma teoria sobre pensamentos e sobre sentenças físicas que daria prioridade aos pensamentos” (Ibid., p. 67).

Seguindo esse raciocínio, Malcolm chega à ideia de que “uma articulação completa de um pensamento é ao mesmo tempo uma articulação da situação descrita”, de modo que a análise completa resulta em “uma correlação exata entre símbolos simples e objetos simples” (Ibid., p. 112). Contra Malcolm, se esse fosse o caso, não teríamos tamanha dificuldade em citar objetos simples (NB 21.6.15). O problema de Malcolm parte de atribuir uma filosofia acerca de objetos simples que não é consistente com o TLP, visto que, segundo ele, Wittgenstein, ao falar de objetos, estaria falando dos elementos que compõem uma situação pensada (Malcolm, 1986, p. 68). Dedico-me mais sobre a atribuição de uma teoria sobre objetos simples ao TLP no capítulo III, mas adianto que, nisso, Malcolm me parece ainda mais direto em atribuir uma variação da teoria russelliana a Wittgenstein. Uma variação em que o pensamento toma o papel do *acquaintance*, fazendo com “que palavras e sentenças sejam sem significado e sentido, até que significado e sentido são injetados, ou projetados, nelas através de eventos, atos e processos mentais” (Malcom, 1986, p. 74).

Nos últimos anos, a leitura *New Wittgenstein*, popularizada também como *leitura resoluta*, tornou-se uma alternativa às ditas leituras tradicionais. A leitura resoluta se apresenta com a intenção de se contrapor a leituras que ela nomeia como “leitura positivista” e “leitura da inefabilidade” (esta corresponde a leitura tradicional), indicando que ambas falham ao assumir uma noção substancial de

contrassenso, ou seja, contrassensos que possuiriam elementos inteligíveis, enquanto Wittgenstein assumiria de fato uma noção austera de contrassenso, em que contrassensos são meros contrassensos. Frege já utilizaria tal noção, mas, do modo que está presente na sua obra, ela se encontra em tensão com a noção substancial, que também estaria presente ali (cf. Conant, 2002, pp.386-392). Colocando as proposições do TLP como meros contrassensos e nada além, Wittgenstein estaria resolvendo tal tensão presente na obra de Frege (Conant, 2002, p.381). A consequência última de o TLP ser composto por meros contrassensos é de que o valor do livro passa a ser somente terapêutico.

Os resolutos marcam um recorte importante dentro da trajetória de interpretações³ do *Tractatus* ao, primeiramente, trazê-lo para longe de Russell, de modo que ele deixa de ser lido como uma mera continuidade do projeto do atomismo lógico russelliano. Além disso, os resolutos são especialmente importantes ao colocar como central a questão acerca do método do TLP. Kuusela (2008, p. 25), que por vezes se considera um resolutivo (cf. Engelmann, 2021, p.18, n. 23), chega a dizer, por exemplo, que a afirmação de Wittgenstein de que teria resolvido, em essência, todos os problemas da filosofia pode ser compreendida como a declaração de que ele encontrou um método de lidar com tais problemas de forma que os torna solucionáveis. A principal consequência disso seria que o TLP corresponderia, essencialmente, à apresentação de um programa. Cito Kuusela:

O problema do método correto é central no sentido de que sua solução é considerada a chave para a solução de todos

³ Para um histórico mais completo das interpretações do TLP, Cf. Engelmann, 2021, pp. 1-19 e Kuusela, 2011.

os outros problemas filosóficos. Quando o método é estabelecido, todos os outros problemas já estão, em princípio, resolvidos, e apenas os detalhes permanecem para serem trabalhados. O que resta da filosofia após a realização de Wittgenstein é um método de filosofia como crítica da linguagem. Todo o resto, incluindo todas as doutrinas filosóficas, se dissolve. (Kuusela, 2008, p. 26)

Porém, se o TLP for a apresentação de um programa, é uma apresentação um tanto quanto defeituosa, visto o quão pouco compreensível são as demandas de seu programa. Para Conant (1993), a dificuldade que alguém teria para compreender as demandas do programa advogado pelo TLP não seria por acaso, já que Wittgenstein estaria fazendo uso de uma ironia inspirada em Kierkegaard. Não sendo possível um entendimento das proposições do livro, mas somente a ilusão de entendê-las (Conant, 1993, p. 217). Engelmann (2021, pp. 13-15) aponta a inconsistência de tal posição em relação às evidências factuais: não há indícios de que Wittgenstein tinha conhecimento da estratégia de Kierkegaard durante o período de elaboração do TLP; e quando passa a haver indícios, através de um manuscrito de 1931, Wittgenstein afirma que:

A ideia de que alguém use um truque para me levar a fazer algo é desagradável. É certo que é preciso muita coragem (para usar esse truque) e que eu não teria – nem remotamente – essa coragem; mas é de se questionar, se eu a tivesse, seria certo usá-lo. Acho que, além da coragem, também seria preciso uma falta de amor ao próximo. (Wittgenstein, 2003, p. 131)

Tendo isso em mente, parece-me pouco provável que um livro cujo ponto seja ético⁴ se utilizasse de um truque que, segundo o próprio Wittgenstein, exigiria uma “falta de amor pelo próximo” como requerimento para empregá-lo.

Como mencionado, Conant (2002) também aponta a herança fregeana das noções de contrassenso e de elucidação como a principal chave para entender o que Wittgenstein estaria dizendo sobre o seu método em TLP 6.53 e 6.54, de modo que o *Tractatus* seria lido como resolução das tensões já presentes na obra de Frege entre uma noção substancial e uma noção austera de contrassenso. Wittgenstein estaria gerando um curto-circuito dentro da visão fregeana, “juntando essas duas metades do pensamento de Frege em proximidade imediata uma com a outra” (Conant, 2002, p. 381). O objetivo das elucidações do TLP seria revelar, utilizando somente meros contrassensos, que a aparente noção substancial de contrassenso é somente um mero contrassenso (Ibid., p. 421).

De acordo com Conant (2014, p. 630), para um leitor resoluto, a culpa de um contrassenso está sempre no caráter da relação entre o falante e o símbolo proposicional, não no próprio símbolo proposicional (cf. Kuusela, 2008, p. 21; 2014, p. 601). Conant crê na possibilidade de encontrar um método de simbolizar; de tornar um não símbolo um símbolo (Diamond também defenderá esse ponto, e mostro como ele pode ser problemático em 3.1). Seguindo

⁴ Wittgenstein diz em carta a Ficker: “O ponto do livro é ético [...]. Meu trabalho consiste em duas partes: a apresentada aqui junto de tudo o que não escrevi. E é precisamente esta segunda parte que é importante. Meu livro traça limites para a esfera do ético a partir de dentro, por assim dizer, e estou convencido de que esta é a ÚNICA maneira rigorosa de traçar esses limites” (Wittgenstein *apud* Engelmann, 1967, p. 143).

Conant (2014, pp. 629-630), um resoluto não pode se ancorar a uma teoria do sentido, logo, o método que Wittgenstein utiliza para conduzir o leitor até o descarte da escada deve ser *piecemeal*⁵. O leitor passaria por uma transição em que, num primeiro momento, imaginaria ter descoberto algo, e, depois, descobriria que não descobriu nada que possa significar através das palavras de Wittgenstein (Conant, 2002, p. 423). Desse modo, Wittgenstein não estaria exigindo do leitor a compreensão de suas proposições, mas sim uma compreensão do autor⁶ e do tipo de atividade que ele está executando – uma elucidação (Ibid., p. 424).

Diamond (2000) também aponta a necessidade de entender não as proposições do TLP, mas seu *autor*. Para isso, Wittgenstein demandaria do leitor o que Diamond chama de uma atividade imaginativa, que seria primeiramente denotada pelo *frame* do TLP. Esse *frame* seria composto pelo prefácio e pelas proposições finais do TLP⁷. Através do *frame*, Wittgenstein estaria oferecendo

⁵ Conant (2014) distingue entre dois sentidos de *piecemeal*: um acerca da aplicação do método; outro acerca da possibilidade de um ou mais métodos. O método TLP seria *piecemeal* apenas no primeiro sentido, isto é, o TLP estaria advogando a aplicação caso a caso de um só método.

⁶ Compreender o autor, porém, pode ter significados diferentes em função de propostas diferentes. Janik e Toulmin, assim como Conant, tomam como necessário entender o autor para entender seus argumentos; porém, eles abertamente não buscam uma investigação do método lógico, sob o argumento de que o paradoxo com o qual estão envolvidos não necessitaria de tal investigação. Por tal razão, eles buscam a compreensão do autor de modo distinto: visam uma compreensão do estilo, das ações e influências do autor do livro (Janik e Toulmin, 1973, p. 29). Similarmente ao que diz Conant (1993), a concepção de filosofia de Wittgenstein seria irônica; porém, nesse caso, uma ironia krausiana (Janik e Toulmin, 1973, p. 196), em que os aforismos do livro nunca são estritamente verdadeiros.

⁷ Para Conant (2002, p. 457), porém, o *frame* seria mais extenso, composto pelo prefácio e pelo TLP 3.32–3.326, 4–4.003, 4.111–2 e 6.53–6.54. Aparentemente, esse

instruções de leitura ao leitor. Essas instruções cumpririam o papel de nos introduzir ao uso das noções do que não pode ser dito e de contrassenso (Diamond, 2000, p.151). Diamond (Ibid., p.154) prossegue dizendo que, para ver como Wittgenstein concebe seu próprio método, é preciso somar TLP 6.53 com TLP 6.54 e ver a descrição explícita do que Wittgenstein demanda de seu leitor. Parte dessa demanda seria abrir mão de tentar compreender as proposições do TLP, buscando entender o autor de tais proposições, já que, para haver a possibilidade de entender as palavras de Wittgenstein, elas primeiramente deveriam ser entendíveis, e, logo, não seriam contrassensos. Reconhecê-las como contrassensos significa desistir da ideia de compreendê-las e assumir, no máximo, que há a ilusão de entendê-las (Diamond, 2000, p.150). O TLP estaria, portanto, nos convidando a entender Wittgenstein, aquele quem fala contrassensos (Ibid., p.157).

A partir dessa análise, Diamond chega à conclusão de que, para compreender o método filosófico de Wittgenstein, é necessário entender o que significa o exercício de interpretar uma pessoa que profere contrassensos. Para a autora, porém, é importante delimitar que todos os contrassensos são internamente os mesmos; caso contrário, ela cairia no que chama de *chicken-out*⁸ (Diamond, 1991a, p. 181). Não há como tomar uma sentença contrassensual e considerá-

ajuste visa evitar a crítica que Hacker (2000, pp.368-369) faz. Por outro lado, isso indica o caráter *ad hoc* da noção de *frame*. Exponho a crítica de Hacker mais adiante.

⁸ Seria bem traduzido como “amarelando”, mas mantereí usando *chicken-out*. “Amarelar” seria, segundo Diamond, manter, atribuindo a Wittgenstein, a visão de que há características da realidade que não podem ser postas em palavras, mas que se mostram. O contrário de “amarelar” seria de fato jogar a escada fora, isto é, ao final do livro, abrir mão de qualquer tentativa de levar a sério qualquer conversa sobre “características da realidade” (Diamond, 1991, p. 181).

la uma elucidação filosófica em vez de um contrassenso metafísico (Diamond, 2000a, p. 159). Não há separação que possa ser feita entre sentenças contrassensuais boas e ruins, úteis ou inúteis. Só será possível diferenciá-las através das circunstâncias externas de elocução (Ibid., p. 161).

Essa diferenciação seria feita por meio de um esforço imaginativo de tomar o contrassenso que está sendo dito como uma expressão com sentido⁹. Diamond dá detalhes do que constitui tal esforço, dizendo que aquele que pretende entender o proferidor de contrassensos deve “se considerar falando uma linguagem na qual as coisas que a outra pessoa diz não receberam nenhum sentido determinado, embora pudessem receber sentido – *qualquer construção de frase pode ter*” (Diamond, 2000, p. 158, destaque meu). Julgo que Diamond se baseia em TLP 5.4733 para afirmar que qualquer construção sentencial pode receber sentido. Contudo, o fato de não termos atribuído significado a alguma parte constituinte de uma sentença não significa que essa atribuição é livremente permitida assim que nos apercebemos desse fato. Como Engelmann (2021, p. 45) aponta, as regras arbitrárias da linguagem são arbitrárias porque poderiam ser diferentes, porém isso não implica que podemos livremente estabelecer novas regras. Estamos comprometidos às regras arbitrariamente determinadas, pois elas fixam nosso uso da linguagem ordinária (Ibid.).

⁹ Conant (2014, p. 638, n. 15) dá indícios de que o exercício imaginativo de Diamond (2000) coincide com a aplicação *piecemeal* do método. De fato, a ideia de exercício imaginativo ajuda a esclarecer os dizeres de Conant (2002, p. 424) de que “a suposição subjacente à elucidação Tractariana é que a única maneira de se libertar de tais ilusões é entrar completamente nelas e explorá-las por dentro”.

Vê-se que a investigação acerca do método que Wittgenstein emprega no TLP ainda se mantém no centro da disputa da leitura resolvida, defendida notoriamente por Conant e Diamond. Dessa disputa, uma série de problemas está em aberto: por exemplo, se as menções ao método em 4.1121 e 6.54 se referem ao mesmo método; se o método é algo fundamental ou não no próprio *Tractatus*; ou, como aponta Milkov (2003), se as considerações que Conant e Diamond tomam como metodológicas são, na verdade, estilísticas.

Em especial, também é pouco claro se o método que o TLP advoga como correto é o mesmo que é empregado por Wittgenstein na escrita do livro. Kuusela (2008, p. 102) diz que não. Segundo o autor, o TLP não oferece nenhuma análise que siga os termos do método que ele articula, deixando a aplicação do método para os outros. O TLP “estaria ocupado com a questão acerca da linguagem do método e Wittgenstein dedica-se às questões acerca das fundações da análise lógica ou filosófica” (Kuusela, 2008, p. 102). Contudo, Kuusela (2014, p. 601) assevera que o método defendido por Wittgenstein é o descrito em 6.53. Ao mesmo tempo que usa 6.53 como evidência de que Wittgenstein não emprega o método que advoga, Kuusela também afirma que a análise lógica feita através do uso de uma conceitografia exemplificaria o método estritamente correto (Ibid.). TLP 4.1121, onde Wittgenstein diz que seu método é o estudo da linguagem de sinais, não coincide com TLP 6.53. Desse modo, Kuusela parece se envolver em ambiguidades quanto à equivalência entre o método usado e o advogado, bem como sobre qual é o método estritamente correto.

Conant, tomando o método estritamente correto como TLP 6.53, também não vê Wittgenstein o utilizando no TLP. Ambos os métodos, tanto o empregado por Wittgenstein quanto o estritamente correto – e logo advogado por Wittgenstein –, buscam o mesmo objetivo de

elucidação (Conant, 2014, p. 456, n. 131). O método empregado, porém, não pode contar com a presença de interlocutores; portanto, seria somente um substituto para o método correto, “em que o texto convida o leitor a adotar alternativamente os papéis de cada uma das partes do diálogo em que o método correto seria aplicado” (Conant, 2014, p. 456, n. 131). Tal concepção, contudo, é muito pouco fiel à forma como Wittgenstein escreve, visto que não há indício que nos permita estabelecer quais proposições do TLP estariam no roteiro daquele que fala contrassensos e quais proposições estariam no roteiro de quem busca elucidar o primeiro; a distribuição dos papéis seria completamente *ad hoc*. Além disso, tomar o TLP como uma espécie de diálogo esmaecido pouco faz juz à analogia que Wittgenstein faz entre suas proposições e uma escada (TLP 6.54).

Diamond, mesmo não sendo completamente explícita quanto a isso, quando propõe uma leitura do método baseada na noção de *frame* (Diamond, 2000), está claramente tratando sobre o método aplicado por Wittgenstein no TLP, e não sobre o que ele advoga, visto que, de acordo com ela, esse seria dado em TLP 6.53 (Diamond, 2000, p. 155). A primeira impressão seria de que, dentro da leitura resoluta de Conant e Diamond, a ideia de *frame* é o método utilizado no TLP, isto é, o método que Wittgenstein usa para ser entendido (disso surge a possibilidade de que as proposições do TLP que compõem o *frame* sejam somente observações estilísticas, e não metodológicas) (cf. Milkov, 2003, 2017)¹⁰; enquanto a prática *piecemeal* é método que o TLP advoga a aplicação (cf. Conant, 2014, p. 632).

¹⁰ Milkov, entretanto, não esclarece o que marca a diferença entre uma observação estilística e uma observação metodológica. Mesmo que intuitivamente tomemos método e estilo como coisas distintas, não me parece tão evidente se são completamente independentes um do outro. Nesse contexto, pode ser interessante

Porém, quando Diamond passa a tratar do ponto ético do TLP, a leitura que ela faz do método empregado no livro e a do método que ele advoga passam a se confundir. A autora diz que, seguindo a correta leitura do TLP, a conclusão do livro será distinta em relação a dois tipos de proferidores de contrassensos: a atratividade das sentenças filosóficas desaparecerá, enquanto a das sentenças éticas, não. Todavia, ainda assim, teremos uma posição distinta em relação às sentenças éticas:

retomar a divisão proposta por Kahene, Kanterian e Kuusela (2007), e ecoada por Stern (2017), entre um “externalismo” e “internalismo metodológico”. A divisão é apresentada da seguinte maneira. Primeiramente, o *externalista* seria aquele que admite a originalidade do estilo de Wittgenstein, “mas considera ela característica do homem Wittgenstein” (Kahene et al., 2007, p. 20, tradução minha). Desse modo, o estilo de Wittgenstein “é externo ao seu método e conteúdo, e este último pode ser extraído de seus escritos sem qualquer perda de substância” (Idem). Nessa visão externalista, posições e métodos wittgensteinianos poderiam ser replicados sem perda argumentativa por filósofos contemporâneos em *papers*, livros ou revistas (Stern, 2017, p. 42). Em seguida, Kahene et al. apresentam o *internalista moderado*, afirmando que o “estilo tem uma função importante para o método de Wittgenstein” (Kahene et al., 2007, p. 21, tradução minha), ou mesmo que ele é derivado do próprio método “e serve para expressá-lo de uma forma distinta” (Idem), admitindo-se que tenha propósitos argumentativos, mas que, em última instância, o estilo é subserviente ao método; ou seja, “nessa perspectiva, a justificação do estilo de Wittgenstein é derivada de seu método, tornando este último distinto e sistematicamente anterior ao primeiro” (Idem). Por último, apresentam a posição *internalista forte*, o qual sustenta que o estilo é aproximadamente o método (Stern, 2017, p. 42). Enquanto essa divisão parece contemplar melhor as leituras das *Investigações filosóficas*, também parece haver um modo de traçar uma divisão entre leituras externalistas e leituras internalistas do TLP. Talvez o principal exemplo de um internalismo em relação ao TLP seja não apenas a proposta do *frame* pelos resolutos (cf. Diamond, 2000; Conant, 2001), mas também o destaque ao linguajar transitório do livro (cf. Engelmann, 2021; van der Schaar, 2024), o qual busca fazer jus à metáfora da escada em TLP 6.54, que já aponta para um modo de traçar uma relação entre estilo e método no TLP.

Mas se entendermos a nós mesmos, nós mesmos como os proferidores de contrassensos éticos, não sairemos com sentenças éticas sob a ilusão de que estamos falando com sentido. Podemos mostrar isso ao enquadrar nossas sentenças; por exemplo, alguém pode dizer “Estou inclinado a dizer ‘A bondade da vida não depende de as coisas irem desta ou daquela maneira’”. Palavras como “É isto que estou inclinado a dizer”, usadas para enquadrar tais sentenças, podem, portanto, marcar tanto que são reconhecidas por quem as profere como um contrassenso, quanto que esse reconhecimento não envolve a perda de sua atratividade, de sua capacidade de nos fazer sentir que expressam o sentido que queremos transmitir. (Diamond, 2000, p. 161)

Desse modo, também cairia sobre nós a tarefa de colocar nossas sentenças sobre ética sob *frames*, assim como Wittgenstein estaria fazendo no TLP. E esse, mesmo não sendo o método estritamente correto, seria um método que o TLP estaria advogando a prática.

A confusão entre distinguir qual é o método utilizado pelo TLP e qual ele advoga (que os resolutos tendem a chamar de “*o único método estritamente correto*”, fazendo alusão a 6.53) deriva-se de uma das falhas mais graves¹¹ que a leitura resoluta tem: descartar a maior parte das críticas presentes no TLP que visam os erros de Frege e Russell acerca da natureza da lógica (Hacker, 2000, pp. 368-369; Kuusela, 2011, p. 127). Kuusela (2014, p. 602) aponta que há uma controvérsia sobre se Wittgenstein introduz no TLP uma conceitografia ou se está meramente apontando a importância significativa que uma

¹¹ Além disso, há também a dificuldade em apelar para as observações metodológicas presentes em TLP 4.11-4.116 (Hacker, 2000, p. 369).

conceitografia teria para a dissolução de problemas filosóficos. A meu ver, isso não pode ser alvo de tamanha controvérsia: Wittgenstein está, no mínimo, introduzindo demandas do que deve haver ou não em uma notação, e muitas dessas demandas são introduzidas em críticas direcionadas às notações de Frege e de Russell (cf. TLP 5.4n; 5.521; 5.5302, 5.535, 6.1233).

A leitura resoluta tem passado por diversas reformulações e críticas, indicando que a discussão sobre o método do TLP está longe de ser resolvida. É notável, nos últimos anos, um esforço de fornecer respostas não metafísicas para as questões levantadas pelos resolutos. Essas respostas, em geral, partem de indicar que o TLP tem *insights* lógicos positivos que seriam mostrados não através de proposições, mas da notação do TLP, e que tal indicação não implica em um *chickenning-out*.

Em vista de me posicionar diante dessa questão e indicar um caminho que pode fornecer novos resultados que contribuam a seu esclarecimento, busco determinar o método de filosofar empregado no TLP a partir de uma investigação da crítica que Wittgenstein faz nos *Notebooks 1914-1916* (NB) ao método de Russell. Em tal crítica, Wittgenstein (NB 1.5.15) diz que tal método seria somente um regresso do método da física. Junto à crítica ao método russelliano, encontram-se as seguintes anotações, com uma menção mais direta de Wittgenstein ao próprio método do que às que estão presentes no TLP (apresento NB 1.5.15 atribuindo um índice [a, b, c, ...] a cada comentário, a título de mais praticidade¹²):

NB 1.5.15

¹² Assim, de agora em diante, quando ocorrer alguma citação de Russell que se assemelha, por exemplo, com o que Wittgenstein está dizendo sobre o ceticismo em 1.5.15, usarei NB 1.5.15b para chamar atenção a tal semelhança.

- a. O fato que $p \sim p$ é uma contradição mostra que $\sim p$ contradiz p [Cf. 6.1201];
- b. O ceticismo *não* é irrefutável, mas manifestamente um contrassenso, se pretende duvidar onde não se pode perguntar [Veja 6.51];
- c. Pois só pode existir dúvida onde exista uma pergunta; uma pergunta só onde exista uma resposta; e esta só onde algo possa ser dito [Veja 6.51];
- d. Todas teorias que dizem: “É assim que deve ser, caso contrário nós não poderíamos filosofar” ou “caso contrário, nós certamente não poderíamos viver”, etc. etc., devem, claramente, desaparecer;
- e. Meu método não é separar o rígido do tenro, mas sim ver a firmeza do tenro;
- f. É uma das habilidades principais do filósofo não se ocupar com questões que não lhe dizem respeito;
- g. O método de Russell em seu “*Scientific Method in Philosophy*” é simplesmente um regresso do método da física.

É com essas observações em mente que busco determinar o método do TLP, dando ênfase ao contraste que Wittgenstein faz entre seu método e o de Russell: ao indicar que seu método não é de separar o *hard* do *soft*¹³ (o método que faz essa separação, mesmo que

¹³ Provavelmente a melhor tradução para *hard* seria “firme” ou “rígido”, pois faz alusão ao modo como Descartes (cf. 2006, 2015) diz aplicar o seu método de dúvida, tendo em mente que é bastante provável que a distinção russelliana entre o *hard data* e o *soft data* faça alusão ao método cartesiano (cf. POP. p. 7; PLA, p. 6). Para a tradução *soft*, apareceu-me como opção “frouxo”, mas a abandonei por ser carregada de uma conotação moral. Por fim, me pareceu melhor, sempre que possível, manter tais termos no inglês – que não é o idioma original do texto de Wittgenstein –, mas o qual destaca que ele está fazendo referência à distinção de Russell. Acredito que o uso de Russell da expressão *data* é mais amplo do que a tradução mais hegemônica – “dados”

Wittgenstein não deixe aqui explícito, seria o de Russell, como mostrarei no capítulo III), mas de ver a rigidez [*hardness*] do *soft*. Adiante, por facilidade, buscarei me referir ao primeiro, aquele de Russell, como o método que *separa*, e ao segundo como o método que *vê*.

É preciso também ter claro qual é o método de Russell (2010a) em seu “Método científico na filosofia”, e é sobre este que me debruçarei no capítulo I. Como pretendo demonstrar, essa questão é menos evidente do que aparenta, primeiramente porque há intérpretes que defendem que Russell tinha somente um método em todos seus empreendimentos filosóficos: dentre estes, há aqueles que defendem uma aplicação de alternados métodos auxiliares; e, por outro lado, há aqueles que defendem uma ruptura metodológica entre os distintos empreendimentos filosóficos de Russell. Pretendo indicar que, dentre os interesses de minha investigação, a discussão pode ser resolvida tanto através da estipulação de métodos auxiliares, ou submétodos, quanto através da assunção de uma ruptura entre os métodos russellianos. Em segundo lugar, porque não é plenamente claro o que Wittgenstein teria ou não lido, de modo que, ao falar do “método de Russell em seu ‘Scientific Method in Philosophy’”, Wittgenstein poderia estar se referindo tanto ao artigo *Scientific Method in Philosophy* (SMP) quanto ao livro *Our Knowledge of The External World* (OKEW)¹⁴.

– dá conta (enquanto *sense data* pode ser aceitavelmente traduzido como “dados do sentido”, ou “dados sensoriais”, *hard data* e *soft data* me parecem menos adequados como *dados rígidos* e *dados tenros*).

¹⁴ OKEW é resultado das palestras Lowell. Potter (2023) indica que a intenção de Russell era nomear tais palestras somente de *Scientific Method in Philosophy*, mas que foram publicadas enquanto livro sob o título *Our Knowledge of the External World as a Field for Scientific Method in Philosophy*.

Adianto que o método ao qual Wittgenstein está reagindo e criticando é aquele nomeado em repetidas ocasiões pelo próprio Russell como “o método científico de se filosofar” – que, por vezes, coincide com o método de seu atomismo lógico (embora não necessariamente corresponda a ele em todos os momentos da filosofia russelliana) – mas que, em geral, equivale ao *construcionismo russelliano*. Não é tão simples rastrear a partir de quando Russell começa a utilizar o método construcionista. Se tomarmos como central para o construcionismo o interesse de Russell por questões acerca do conhecimento, em especial aquelas acerca do conhecimento do mundo físico, podemos rastreá-lo a partir de POP (cf. Hylton, 1990, p. 361) ou de OM (cf. Miah, 1987). Porém, se buscarmos rastreá-lo através da aplicação de suas ferramentas, podemos apontar o uso de tal desde o início do projeto logicista nos *Principia* (cf. Wrinch, 1917, p. 451; Hylton, 1990, p. 385) ou desde *On Denoting* (cf. Linsky, 2013, p. 408). Independentemente de onde começa o construcionismo russelliano, tomo SMP, RSDP e OKEW como seus textos centrais, sendo SMP a apresentação do programa e RSDP e OKEW exemplos da aplicação do método. OKEW, como pretendo evidenciar, é a obra que melhor demarca o construcionismo russelliano.

Além disso, OKEW, como será apresentado no capítulo II, está repleto de fortes evidências textuais que indicam ser dessa obra que Wittgenstein está falando em NB 1.5.15. Baker e Hacker (2005, p. 304, n. 23) também fazem tal sugestão. Diamond (2014, p. 149) sugere que, além de NB 1.5.15, outras anotações presentes nos NB têm em mente OKEW. Ela cita, por exemplo, os comentários de Wittgenstein sobre a navalha de Occam em NB 23.4.15, os comentários sobre a causalidade em NB 29.3.15 e sobre o livre arbítrio em NB 27.4.15. Levine (2018,

p. 330, n. 1) também aponta as fortes semelhanças entre anotações dos NB e diversas passagens de OKEW, de modo a concordar com Diamond. Hacker (1986, p. 14) diz que até mesmo proposições do TLP, como 4.1122, são direcionadas ao OKEW. Entretanto, até recentemente somente notas de rodapé haviam sido dedicadas à influência de OKEW na formulação do *Tractatus*. A razão disso, acredito, se deve à incerteza na literatura sobre se Wittgenstein teria mesmo recebido o livro de Russell. Nota-se, entretanto, um recente esforço de revisão acerca dessa questão (cf. Potter, 2023; Takagi, 2021), caminhando para o consenso de que Wittgenstein teria recebido OKEW de Keynes e o lido durante 1915 (entrarei em mais detalhes sobre isso em 1.1). Certamente, este trabalho participa desse processo de revisão da relação entre a formulação do *Tractatus* e as ideias de Russell apresentadas em OKEW.

OKEW é assumidamente apresentado por Russell no prefácio como uma tentativa de, através de exemplos, mostrar a natureza, a capacidade e as limitações do método lógico-analítico na filosofia. Russell também indica que as breves discussões em lógica pura que aparecerão nas palestras de OKEW provêm de descobertas ainda não publicadas de seu amigo Wittgenstein. Como resultado do primeiro e do segundo capítulo, espero mostrar que, apesar de as apresentações do método em SMP e OKEW serem feitas de formas distintas, sendo a primeira majoritariamente programática, e a última buscando destacar o valor do método ao aplicá-lo a uma questão central da filosofia – em ambas, a introdução do método científico na filosofia fará com que suas proposições serão, ou terão como ponto de partida, verdades gerais da lógica, que são apriorísticas e de máxima generalidade – o método científico de se filosofar se inspirará na ciência, mais especificamente, na física, para mimetizar na filosofia a

capacidade que a ciência tem de obter um progresso passo a passo. Desse modo, ambos os textos de Russell, SMP e OKEW, revelam sua posição em relação ao valor de uma obra científica – posição esta que será um ponto central de discordância entre Russell e Wittgenstein (cf. LD 36, pp. 67-68), e tal discordância surtirá efeito em como cada um concebe o método da filosofia.

Assim, passo a investigar e indicar as razões que justificam Wittgenstein apontar tal método como o método que separa, além de acrescentar que ele é uma simples regressão do método da física (NB 1.5.15g). Desse modo, se minhas pretensões forem bem-sucedidas, traçarei um fio condutor que vai de um método utilizado dentro de um período específico da filosofia de Russell (que o próprio nomeia como atomismo lógico), ocasionalmente chamado de “o método da filosofia científica”, ou “o método científico de se filosofar”; até o método utilizado por Wittgenstein no TLP, sobre o qual pretendo alcançar uma indicação no capítulo III.

Portanto, no terceiro capítulo retomo as anotações de NB 1.5.15; porém, tendo estabelecido o método da filosofia russelliana no plano de fundo, passo a esclarecer tais anotações dos NBs uma a uma. Esse esclarecimento tem assumidamente o propósito de mostrar, assim como fez Engelmann (2021), que muito da filosofia tractariana, incluindo o método, parte de uma reação adversativa às ideias de Russell. Com isso, dou início ao segundo capítulo apresentando um quadro comparativo entre as anotações de NB 1.5.15 e trechos de OKEW. Esse quadro consequentemente indica também que OKEW é a obra que Wittgenstein está criticando em boa parte de suas anotações nos NB.

Assim, ao mesmo tempo que minha leitura destoa das leituras tradicionais as quais traçam uma espécie de continuidade desde o

método do atomismo lógico russelliano ao método do TLP, sigo também uma via distinta à leitura de Conant (2002), que aponta a herança fregeana das noções de contrassenso e de elucidação como a principal chave para entender as considerações metodológicas de Wittgenstein; e, portanto, distancio-me também dos resolutos¹⁵, que, como mencionei, usualmente propõem que o método do TLP é resultado de como Wittgenstein lida com tais questões presentes em Frege.

Ao final do terceiro capítulo, pretendo determinar o método do TLP de modo que satisfaça os dizeres de Wittgenstein: “*Meu método não é separar o rígido do tenro, mas sim ver a firmeza do tenro*” (NB 1.5.15e), tentando projetar tais dizeres presentes nos NBs no TLP. Essa determinação ocorrerá, adiante, seguindo Engelmann (2018b, p. 606), ao dizer que a verdadeira indicação no TLP que Wittgenstein faz de seu método está junto da única ocorrência de “meu método” em TLP 4.1121 (destaque meu):

4.1121 A psicologia não é mais aparentada com a filosofia que qualquer outra ciência natural.

A teoria do conhecimento é a filosofia da psicologia.

Meu estudo da linguagem por sinais não corresponderia ao estudo dos processos do pensar, estudo que os filósofos sustentaram ser tão essencial para a filosofia da lógica? No

¹⁵Aproximo-me de Ricketts (1996), por exemplo, que toma a ideia wittgensteiniana de proposições como figurações enquanto uma reação aos problemas que Russell se depara ao propor a teoria do juízo múltiplo. A argumentação de Ricketts parte de uma análise da *velha lógica* – de como esta é fundada sob uma concepção universalista da lógica – e de como Wittgenstein a rejeita, mas mantém princípios guias dela: (1) a lógica estrutura todo o pensamento e (2) é possível dar uma expressão clara e não ambígua dos conteúdos julgados verdadeiros ou falso. É de se questionar, porém, se a argumentação de Ricketts dá conta de uma determinação do método de Wittgenstein.

mais das vezes eles só se emaranharam em investigações psicológicas irrelevantes, e um perigo análogo existe também no caso do *meu método*.

Seguindo o que Kuusela (2011) põe como necessário para uma leitura não metafísica, minha argumentação do método não se baseará em uma distinção entre contrassensos. Porém não sigo a condição que Conant (2014, pp. 629-630) coloca para ser um resoluto e aponto que há um critério de sentido no TLP. Argumento, no entanto, que um critério de sentido não implica em uma teoria do sentido (cf. seção 3.1). Desse modo, incluo-me no grupo que busca dar respostas não metafísicas aos resolutos. Há um limiar bem fino entre ser um amarelão [*to chicken out*] e entre “jogar fora o bebê junto da escada” (cf. White, 2011). Busco me manter dentro desse limiar. A coragem para jogar fora a escada será destruída pelo excesso e pela falta, mas preservada pela mediania.

1 O método de Russell em seu *Scientific Method in Philosophy*

Para fornecer uma interpretação à crítica¹⁶ que Wittgenstein faz a Russell, preciso, evidentemente, ter claro qual é o alvo de tal crítica. Não é imediatamente evidente qual é o “Scientific method in philosophy” de Russell sobre o qual Wittgenstein está falando, mas há dois candidatos principais que disputam esse cargo dentro das interpretações: o ensaio de caráter programático “On Scientific method in philosophy”¹⁷ (SMP) e o livro *Our Knowledge of The External World* (OKEW), ambos de 1914, ano anterior às anotações dos NB onde se encontra a crítica de Wittgenstein.

Com isso em mente, divido este capítulo em três seções. Em 1.1 discuto, através de uma investigação filológica, com quais obras de Russell Wittgenstein teria tido contato ao escrever as anotações do dia primeiro de maio 1915, para assim determinar mais objetivamente o escopo de sua crítica. Não é improvável alguém me alertar que tal investigação, cujo objetivo visa descobrir qual método de Russell Wittgenstein está criticando, é desnecessária, apontando que Russell teria se utilizado somente de um método em sua filosofia – baseando-

¹⁶ Ressalto que a crítica a que me refiro aqui não é unicamente 1.5.15g, mas sim todo o conjunto NB 1.5.15, visto que tomo todas as anotações desse dia como direcionadas a Russell. Uma leitura específica de NB 1.5.15g será feita em 2.8.

¹⁷ Fruto da conferência Herbert Spencer, 18 de novembro de 1914.

se em dizeres frequentes do próprio. Em 1.2 busco considerar tal objeção e adianto que, por mais defensável que seja Russell ter somente um método, ou uma constante metodológica, é proveitoso para diversos propósitos admitir o uso de submétodos ou métodos auxiliares, dentre tais, o construcionismo. Em 1.3, por fim, parto para análise e apresentação do texto em que, a meu ver, Russell busca sintetizar o programa construcionista, SMP.

1.1 O que Wittgenstein teria lido?

Baker e Hacker (2005, p. 304, n. 23) sugerem que o comentário de Wittgenstein sobre o método de Russell (NB 1.5.15g) faz referência, em especial, à terceira palestra de OKEW (assim como os comentários que o acompanham; destacando a referência ao ceticismo e o comentário sobre separar o rígido do tenro). Diamond (2014, p. 149, n. 9), por outro lado, trata a questão com suspensão maior, dedicando atenção tanto a SMP (embora a própria admita não possuir nenhuma evidência externa para acreditar que Wittgenstein tenha recebido o ensaio), quanto a OKEW. Ela (Ibid., p. 150) vincula as críticas de Wittgenstein, sobretudo a que diz respeito a como Russell trata o ceticismo, a uma suposta rejeição completa de Wittgenstein à concepção de Russell do método filosófico. Essa vinculação, contudo, soa um tanto quanto apressada, principalmente quando levamos em consideração que Wittgenstein reconhece como mérito de Russell ter mostrado que a forma lógica aparente da proposição pode não ser sua forma lógica real (TLP, 4.0031). Além disso, a própria Diamond (1991a) admite que

Wittgenstein teria visto, na teoria das descrições russelliana, um método de análise:

Mas como você deixa claro que tipo de função é? Você fornece um *método* de análise de sentenças, uma maneira de reescrevê-las [...]. O que Wittgenstein viu na teoria das descrições, então, foi um *método* de análise de sentenças, uma maneira de reescrevê-las, que deixou claro seu tipo de funcionalidade. (Diamond, 1991a, p. 187, destaque meu)

Parece claro que, mesmo não havendo em *On Denoting* uma evidente apresentação de um método como nos exemplos que serão elencados, a síntese de Russell sobre a teoria das descrições definidas é um exemplo e, em certo sentido, uma propaganda da capacidade da análise lógica – quando feita corretamente – como um método de resolver problemas filosóficos¹⁸. Wittgenstein aceita e adere ao mais substancial do que está sendo apresentado ali: em TLP 4.0031, ele diz que o mérito de Russell é ter mostrado que a forma lógica aparente da proposição pode não ser a sua forma real. Desse modo, se o método de Wittgenstein é diferente do de Russell, essa diferença não estaria na análise de descrições definidas, por exemplo. Cito Engelmann:

Claro, é a análise de Russell de descrições definidas que nos permite ver como as formas são projetadas em nomes por meio de definições e, portanto, a “forma lógica real” de uma sentença (TLP: 4.0031). É Russell quem fornece uma

¹⁸ Chegando mesmo a alcançar uma posição paradigmática, como celebradamente apontou Ramsey (1990, p. 1, n. 1).

pista sobre o que é implicitamente dado em uma sentença e que deve ser explicitado. (Engelmann, 2018a, p. 32)

Wittgenstein é muito mais claro quanto a isso em uma carta enviada a Russell ainda em 1913 (LD 30, p. 59): “Só gostaria de adicionar que sua Teoria das ‘Descrições’ é indubitavelmente correta, mesmo que os símbolos individuais primitivos não sejam os que você acredita”. Logo, se Diamond pretende mesmo sustentar que Wittgenstein rejeita *toda* a concepção russelliana de método filosófico, ela precisa tornar essa rejeição conciliável com o reconhecimento que Wittgenstein (e ela também) faz do mérito de Russell em 4.0031 – e, para isso, ela terá de assumir estranhas posições, por exemplo: i) “mostrar que a forma lógica aparente da proposição pode não ser sua forma real” é um mérito de Russell, embora não faça parte de seu método filosófico, e, portanto, pode ser adotado como parte do método wittgensteiniano ao mesmo tempo que este rejeita *tudo* o método de Russell; ou ii) o mérito de Russell também faz parte de seu método filosófico, mas não faz parte do método de Wittgenstein, isto é, o método tractariano não busca mostrar a forma lógica real da proposição¹⁹.

Além disso, Diamond (2014, p. 151) aponta que a crítica de Wittgenstein em NB 1.5.15g pode ser interpretada como sendo direcionada à má concepção que Russell tem do que seria o método da física. Tal interpretação da crítica é pertinente visto que, de fato,

¹⁹ Suspeito da possibilidade de que Diamond não teria grandes problemas ao admitir que nenhum dos métodos que ela atribui a Wittgenstein, seja o *frame* (cf. Diamond, 2000) ou o método *piecemeal* (cf. Conant e Diamond, 2004), tem como objetivo mostrar a forma lógica real da proposição. Discuto isso com mais detalhes em 3.7 Isso, porém, não deixa de ser uma estranha posição.

Wittgenstein assume uma clara discordância em relação à concepção russelliana de como atua a física e suas leis. Entretanto, essa interpretação parece mais uma saída conveniente do que realmente fiel ao comentário de Wittgenstein, de modo que se baseia mais em uma discordância bem-establishada – e mais fácil de rastrear – do que em um exercício interpretativo das próprias palavras de Wittgenstein como aparecem nos NB. Pretendo entrar em detalhes de como fornecer uma leitura adequada de NB 1.5.15g na seção 3.6. Por ora, relembro que, neste primeiro capítulo, minha intenção é somente delimitar o alvo das críticas.

Um tratamento cuidadoso dessa questão pede por tal esforço interpretativo do que está escrito nos NB, mas não somente: é preciso também que tal esforço esteja aliado às evidências disponíveis. Por essa razão, além dos *Notebooks*, faço um apelo às cartas (LD; Wittgenstein, 2012), trocadas entre Wittgenstein e Russell durante esse período, as quais nos dão pistas mais claras do que está sendo criticado por Wittgenstein e por qual razão. 1914 foi um ano especialmente turbulento para a relação cultivada entre eles. Em mais de uma carta, Wittgenstein admite com relutância que o melhor para ambos seria romper contato. Uma dessas cartas de rompimento me chama atenção em especial. Em fevereiro de 1914, Wittgenstein envia a Russell o seguinte:

Nossa última discussão, também, certamente não foi simplesmente resultado de sua sensibilidade ou da minha falta de consideração. Ela veio de algo mais profundo – do fato de que minha carta deve ter mostrado a você quão totalmente diferentes são nossas ideias, por exemplo, sobre o valor de um trabalho científico. (LD 36, p. 68)

O exemplo que Wittgenstein oferece para mostrar o quão diferentes são suas ideias das de Russell, isto é, o que consideram o valor de um trabalho científico, se mostra muito pouco trivial se colocado no contexto de outras trocas entre os dois. Russell publicou RSDP em 16 de julho de 1914 (Carey, 2009, p. xx), e no dia 28 de julho o envia a Wittgenstein, que confirma o recebimento somente no Natal do mesmo ano (LD 44, p. 76). Em agosto de 1914, Russell publica OKEW (Carey, 2009, p. xx), apresentado em Harvard como as conferências Lowell, em março e abril do mesmo ano (cf. Willis, 1989). Em novembro de 1914, Russell apresentou a conferência Herbert Spencer, “*On Scientific Method in Philosophy*” (Carey, 2009, p. XI).

Porém, anos antes de tais publicações, Russell já estaria se dedicando ao problema da matéria, enquanto escrevia *On Matter* e compartilhava suas ideias com Wittgenstein. Russell revela isso em carta para Lady Ottoline Morrell, datada de 23 de abril de 1912:

Wittgenstein me trouxe as rosas mais lindas hoje. Ele é um tesouro. Recebi dele uma série de novas ideias técnicas, que acho bastante corretas e importantes [...]. Discuti sobre a matéria com ele. Ele acha que é um problema trivial. Ele admite que se não há matéria, então ninguém existe além dele, mas ele diz que isso não faz mal, já que a física, a astronomia e todas as outras ciências ainda podem ser interpretadas de modo a serem verdadeiras. (Russell *apud Collected Papers*, v. 6, p. 77)

O desejo de usar o tópico acerca da matéria para mostrar um exemplo de análise, como faz em OKEW, também já estava presente:

[...] Espero que meu artigo sobre a matéria seja um modelo de análise fria e sem paixão, expondo as conclusões mais dolorosas com total desprendimento aos sentimentos humanos. Não tive coragem suficiente até agora sobre a matéria, não fui cético o suficiente. Quero escrever um artigo que meus inimigos irão chamar de “a falência do realismo”. (Russell, *apud Collected Papers*, v. 6, p. 77)

Wittgenstein aparenta ter opiniões inconstantes sobre *On Matter*. Em 26 de maio de 1912, Russell envia a Lady Ottoline: “Wittgenstein não gosta do resto do meu artigo ‘*Matter*’, mas acho que é só por causa da discordância, não por ele ser mal feito” (Russell *apud Collected Papers*, v. 6, p. 78). Em 27 de outubro, porém, Russell envia a ela:

Assim que tiver tempo, quero continuar com *Matter*. O assunto é tão frutífero que poderia facilmente se desenvolver em um livro. Pouco antes de vir para Lausanne, tive uma ideia central da qual muita coisa deve surgir – estou contente em descobrir que Wittgenstein aprecia essa ideia tanto quanto eu. Sua saúde parece estar bem novamente, e ele está cheio de boas ideias. (Russell *apud Collected Papers*, v. 6, p. 79)

Em *On Matter*, é o primeiro momento no qual Russell menciona a possibilidade de construção da matéria a partir dos dados sensoriais²⁰ (Miah, 1987). É certo que Wittgenstein leu e opinou sobre

²⁰ Apesar de que em AR, de 1911, Russell já menciona que: “Os objetos dos quais os físicos se ocupam não podem ser tomados como exemplos: eles representam construções altamente elaboradas. Sua permanência é uma hipótese científica que é

On Matter, assim como leu *Theory of Knowledge* – onde, no que seria o segundo capítulo, Russell buscava tratar do problema da matéria (cf. Landini, 2019, p. 243).

Não é tão certo se Wittgenstein leu OKEW quanto é em relação a OM, porém, chamo atenção especial para os seguintes eventos: em 10 de janeiro de 1915, Keynes, em carta (LD 46, p. 78), comenta com Wittgenstein que Russell teria publicado um novo livro por volta do início da guerra. Em 25 de janeiro, Wittgenstein responde a Keynes pedindo que o envie o livro publicado (LD 47, p. 79). Em primeiro de maio, Wittgenstein escreve nos NB (1.5.1915) a já mencionada crítica ao método de Russell, junto ao comentário sobre seu próprio método. Por fim, em 22 de maio de 1915, Wittgenstein, voltando a se corresponder com Russell, diz que “os problemas estão se tornando mais e mais lapidários e gerais, e o *método mudou drasticamente*”²¹ (LD 50, p. 83, destaque meu).

mais ou menos verificada na experiência. Não é conhecimento sensível em sua forma pura” (AR, p. 145). Porém, não há nenhuma evidência que indique que Russell já acreditava na possibilidade de realizar a construção lógica de tais objetos.

²¹ As discussões recentes a respeito sobre qual seria essa mudança drástica anunciada por Wittgenstein tomam distintos pontos de partida. Por exemplo, Maria van der Schaar (2024, p. 125) associa tal mudança ao que ela chama de “método da primeira pessoa”, e isso se reflete na introdução gradual do indexical de primeira pessoa na filosofia de Wittgenstein. Takagi (2021, p. 12) argumenta que a mudança drástica de método representa uma “virada transcendental de Wittgenstein”, no sentido de que o *Tractatus* surge como uma crítica à estratégia transcendental kantiana. Acredito que, contra van der Schaar, o método de Russell pode ser interpretado como um método da primeira pessoa ao tomar os *sense data* como fundamentais. Já a sugestão de Takagi precisa supor que, através de OKEW, Wittgenstein assume indiretamente uma oposição à filosofia transcendental kantiana. Além disso, não me ocorre como Takagi ou van der Schaar (mesmo ela reconhecendo que, em 4.1121, Wittgenstein esteja falando sobre o próprio método) colocariam o método descrito em 1.5.15e e o método tal como Wittgenstein o descreve no *Tractatus* (o estudo da linguagem de sinais) em um só plano.

Estou em par com Takagi (2021, p. 67)²² ao dizer que a mudança drástica sofrida pelo método de Wittgenstein, mencionada em LD 50, não pode ser distinta da formulação do método presente nas notas dia primeiro de maio de 1915: perceba que, no mesmo mês, Wittgenstein critica o método Russell, contrasta este ao seu, e avisa a Russell que seu método mudou. Uma hipótese, portanto, é que a mudança drástica seja a mudança de um método mais aliado ao de Russell, que separa o *rígido* do *tenro* para um método que vê a *rigidez* do *tenro*²³, como descrita em NB 1.5.15. Além disso, LD 36 sugere que essa mudança drástica do método de Wittgenstein estaria de alguma maneira relacionada ao valor totalmente diferente que ele e Russell atribuem a um trabalho científico. Dito isso, não é trivial que a menção feita por Wittgenstein do próprio método nos NB apareça junto de uma crítica ao método de Russell, como apresentado em um artigo sobre o método científico em filosofia. Pretendo mostrar em 3.6, com o auxílio do que apresento em 2.3, que conseguimos ver com mais clareza tal diferença ao olharmos para o distinto modo em que Russell e Wittgenstein tomam a navalha de Occam.

²² Entretanto, enquanto para Takagi (2021, p. 58) “ver a rigidez do tenro” significa “reconhecer as características a priori do mundo como nós o representamos”, a meu ver, como argumento em 3.4, a melhor interpretação traduziria a expressão de Wittgenstein como “ver, através do simbolismo adequado, como a lógica garante a rigidez de nossa linguagem”.

²³ Essa conjectura sugere a tarefa de investigar se em algum momento o método de Wittgenstein tenha sido um “método que separa”. Uma possível evidência a favor de que sim, ou ao menos de que Wittgenstein tenha estado em maior consonância com a abordagem russelliana vem da carta em que Russell diz que a Lady Ottoline que Wittgenstein aprecia a ideia central de *On Matter* (Russell apud *Collected Papers*, v. 6, p. 79). Desenvolver mais isso, porém, colocar-me-ia em uma investigação extensa demais para o presente trabalho. Ainda assim, dediquei-mu um pouco mais acerca de tal investigação nas Considerações Finais.

Além disso, as cartas e os eventos mencionados também contribuem para esclarecer a qual texto de Russell se refere o “*Scientific Method in Philosophy*” que Wittgenstein está criticando. A troca de cartas com Keynes dá fortes indícios, mesmo que não conclusivos, de que Wittgenstein alude a OKEW. Adiante, no capítulo II, pretendo mostrar evidências textuais em OKEW que sugerem, de forma ainda mais evidente, que é dessa obra de que Wittgenstein está falando – como antes mencionado, tais evidências foram antes percebidas, mas pouco trabalhadas, por Hacker (1986, p. 13, n. 23), Baker e Hacker (2005, p. 304, n. 23), Diamond (2014, p. 149) e Levine (2018, p. 330, n. 1). Mais recentemente, Potter (2023) e Takagi (2021) ampliaram essa discussão. Chamo atenção especial para o minucioso trabalho filológico realizado por Takagi (cf. 2021, p. 50), que consegue estabelecer uma forte hipótese de que Wittgenstein teria recebido OKEW entre 8 e 28 de março, e que, a partir de 23 de abril, teria começado a “escrever sistematicamente sobre os temas discutidos em OKEW” (Ibid., p. 51).²⁴

De modo geral, as evidências apontam, pelo recorte temporal e pela ênfase que Wittgenstein dá a como ele e Russell atribuem um valor totalmente diferente a uma teoria científica, que, ao mencionar o método de Russell em seu “*Scientific Method in Philosophy*”, Wittgenstein está falando de alguma dentre essas obras do autor: RSDP²⁵, SMP e OKEW. As três obras carregam fortes similaridades, e

²⁴ Pode ser importante deixar claro que só obtive conhecimento do trabalho de Takagi após a defesa de meu mestrado, a partir de uma menção presente no texto de Potter (2023).

²⁵ Não creio que Wittgenstein esteja falando especificamente de RSDP em NB 1.5.15g. Todavia, como mencionado, em carta (LD 44, p. 77) Wittgenstein agradece a Russell por ter lhe enviado seu artigo sobre *sense-data*, o qual, ao que tudo indica, se trata de RSDP. Portanto, é-me claro que Wittgenstein tem RSDP em mente quando escreve NB

em todas elas Russell assumidamente busca apresentar um novo método de se filosofar; mais especificamente, busca transpor de alguma maneira o método científico para a filosofia. Portanto, passarei a analisar tais apresentações que Russell faz e, com isso, pretendo evidenciar que há nelas um método específico em comum, indicando as características particulares desse método e destacando aquelas que o permite ser descrito por Wittgenstein como um método que separa e ser criticado por “ser somente um passo atrás do método da física” (NB 1.5-15g).

É digno de nota também que PLA, junto de SMP e OKEW, é uma das quatro²⁶ ocorrências em que Russell menciona a própria filosofia como uma *filosofia do atomismo lógico* – assim, é de se esperar que haja similaridades recorrentes em como Russell toma o método da filosofia nelas. Além disso, em PLA, de 1918, mesmo sendo momento em que Russell já não mantinha mais contato com Wittgenstein, logo no prefácio (PLA, p. 1) é admitido que o que está sendo apresentado ali tem fortes influências das ideias de seu aluno e amigo. Desse modo, uma análise de PLA ajudará a delimitar se o dito método científico de se filosofar coincide com o do atomismo lógico ou somente com um período específico deste; ou, de outro modo, ajudará a responder à pergunta “O método científico de se filosofar é o método do atomismo lógico?” e, junto disso, se a crítica de Wittgenstein pode ser estendida a todo o método do atomismo lógico russelliano.

1.5.15g. Já sobre SMP, como apontado por Takagi (2021, p. 56), os comentários sobre o ceticismo presentes nas notas do dia primeiro de maio fornecem maiores evidências para OKEW do que para SMP, já que não há nenhum comentário sobre ceticismo neste último.

²⁶ Além destas três, o artigo de 1911, *Analytic Realism* (cf. Russell, 1992a), sendo esse o primeiro em que ocorre tal menção.

Ademais, Landini (2019, p. 237) propõe uma demarcação de dois períodos da filosofia russelliana: as obras de 1910 a 1916 formariam um trabalho unificado, nomeado por Landini como a era do *Principia*, pois os livros e artigos desse período incorporam ideias do *Principia Mathematica* de Russell e Whitehead; um segundo período seria a era do monismo neutro, formada pelos livros de Russell da década de 1920, caracterizada pelo abandono de noções centrais como a de *acquaintance*, e pela aproximação com o behaviorismo. PLA, de 1918, seria, dentro dessa demarcação, uma transição entre as duas eras, quando a epistemologia de base do atomismo lógico passa a ser trocada (Landini, 2019, p. 240). Há uma ambiguidade nessa demarcação, visto que, anteriormente, Landini (2007) defendia que não devemos definir o atomismo lógico como se ele “estivesse casado com qualquer uma das construções teóricas formuladas dentro dele” (Landini, 2007, p. 40) – seja qual for essa construção. Desse modo, trocar a epistemologia de base do atomismo lógico não resultaria em um trabalho distinto – Landini (Idem) mostrava ter ciência disso: “Nós não devemos manter o atomismo lógico de Russell refém das teses que ele desenvolveu ao elaborar essa ou aquela teoria epistêmica”. Ou seja, Landini defendia que o atomismo lógico é um programa de pesquisa que não era alterado por qualquer mudança radical feita por Russell em sua epistemologia de base. Esse programa de pesquisa seria definido pelo foco de Russell na análise lógica e na rejeição de especulações metafísicas inspiradas por concepções religiosas, morais, ou de orientações egoístas do que seria o mundo (Idem). A demarcação de Landini (2019) é incompatível com isso, já que não se pretende uma demarcação dentro do que seria um mesmo programa de pesquisa russelliano. Landini (2019) será enfático quanto a isso em mais de um momento:

Essas obras [que compõem a era do *Principia*] sustentam que uma relação *fundamental* de *acquaintance* que um sujeito pode ter com um universal é a *fundação* de nossa compreensão da lógica e nosso conhecimento de suas verdades sintéticas a priori. (Landini, 2019, p. 237, destaque meu)

Notamos que o atomismo lógico de Russell foi originalmente articulado em seu artigo de 1911 “*Analytic Realism*” e atingiu seu ápice na tese de *Our Knowledge* de que a lógica (i.e., cp-logic) é a essência da filosofia. Pertence à era *Principia*. (Ibid., p. 241)

Parece-me que o erro de Landini (2007) seria associar as palestras do atomismo lógico de 1918, PLA, com todo o programa russelliano – e, desse modo, unificá-lo. Essa associação teria ocorrido justamente porque PLA, como corrigiu Landini (2019, p. 241), não pertence a nenhuma das eras – nem a do *Principia*, nem a do monismo neutro –, mas é onde Russell pretende efetivar uma transição que “deixaria tudo certo”. Portanto, se Landini (2019) está correto em fazer a demarcação mencionada e em atribuir um papel transicional a PLA, podemos contar que haja, sim, diferenças em como Russell apresenta seu método entre as ocorrências de 1914-1915 e em como apresenta em 1918. Indo além, parece cabível trabalhar com a hipótese de que tais diferenças possam ser vinculadas a uma reação de Russell às ideias e críticas que partiram de Wittengenstein, tendo em mente que o próprio apresenta as palestras de PLA como um fruto de tais ideias (e.g., em PLA Russell não advoga mais por uma filosofia científica da forma como fazia antes – isso parece mais um indicativo de que as críticas presentes nos NB sejam direcionadas especificamente à filosofia

científica de Russell²⁷). Porém, é provável que tais hipóteses fiquem um tanto quanto em suspenso por ora. Uma investigação sobre qual é o escopo da filosofia do atomismo lógico não pode se findar em PLA. Por essa razão, quanto a isso me limitarei a indicar mudanças de aspectos pontuais de posições russellianas entre 1914/1915 (RSDP, SMP e OKEW) e em 1918 (PLA).

Desse modo, tendo em mente também que a compreensão do método de Russell que me proponho está em função de como Wittgenstein a recebe, dou atenção, em especial, a dois momentos, ainda que faça referência a outros, em que Russell faz uma apresentação seu método: o ensaio SMP e o livro OKEW²⁸. Como já exposto, esses são, dentro das interpretações, tomados como os possíveis alvos diretos da crítica de Wittgenstein. Como já mencionado, pretendo indicar que neles, junto de RSDP (que pretendo dar menor atenção), há uma forte insistência de Russell em advogar o método científico de se filosofar.

²⁷ Russell, afirma no prefácio de PLA (p. 1) que não têm contato com Wittgenstein desde 1914, desse modo ele não teria acesso às críticas dos NB, e logo, não teria como reagir a elas – porém, parece-me muito pouco custoso supor que tais críticas já estavam em desenvolvimento quando Russell ainda mantinha contato com Wittgenstein. Além disso, mesmo poucas, há cartas, algumas já mencionadas aqui, que mostram contato entre os dois em 1915, ano em que Wittgenstein escreve as críticas dos NB.

²⁸ Landini (2009, pp. 243-245) busca defender que OKEW é uma sequência de POP e uma alternativa a TOK depois que este fora abandonado por Russell. Acredito que Landini tem razão quanto a isso e pretendo indicar algumas evidências ao decorrer do texto. Além disso, como Engelmann (2021, p. 54) indica, o próprio título de POP sugere que este esteja sendo parafraseado quando Wittgenstein diz, no prefácio do TLP, ter resolvido em essencial todos os *problemas da filosofia*. Desse modo, parece-me não só conveniente, mas um tanto quanto obrigatório, que ocorram menções a POP.

1.2 Método, métodos e *submétodos*

Antes de evidenciar os aspectos metodológicos comuns em RSDP, SMP e OKEW, pretendo também justificar a legitimidade do meu esforço em analisar distintas apresentações do método russelliano. Busco tal legitimidade tendo em mente duas tendências distintas, que surgem em discussões na literatura secundária acerca do método de Russell. Por um lado, como a filosofia russeliana passou por diversas reformulações, parece natural supor que distintos métodos foram aplicados durante seu extenso desenvolvimento filosófico. Por outro lado, buscando fazer jus às próprias palavras de Russell em *My Philosophical Development* (1975, p. 98): “Meu método *invariavelmente* é de começar de algo vago, mas enigmático, algo que parece indubitável, mas que eu não consigo expressar com nenhuma precisão”. Nesse sentido, há aqueles que defendem que toda a filosofia de Russell, após seu período idealista, detém uma unidade marcada por tomar a análise como metodologia.

Assim, é possível que Weitz (1957), Hager (2003) ou Irvine (2004), por exemplo, pudessem apontar que muito do meu esforço será em vão e que tal discussão sobre a qual texto de Russell cabe a crítica de Wittgenstein pode se tornar um mero pormenor, já que, segundo eles, Russell teria um *único* método em todos seus empreendimentos filosóficos²⁹. Entretanto, ao defender que Russell

²⁹ Similarmente ao que Kuusela (2008, p. 26) diz de Wittgenstein, Wieger (1951, p. 260) assevera que a questão do método é o problema nuclear da filosofia para Russell. É possível que essa seja uma afirmação arriscada, mas pode-se dizer, com mais

teria somente um método, eu seria forçado a concordar com estranhas interpretações de NB 1.5.15g: O comentário de Wittgenstein, que é direcionado a um método russelliano em específico, se correto, poderia ter sua extensão ampliada ao método que Russell utiliza em toda sua filosofia, pois seria o mesmo. Paralelamente, Wittgenstein poderia apenas ter dito que “o método de Russell é um passo atrás do método da física”, sem indicar que está falando do método como exposto em seu *Método Científico na Filosofia*. É por isso que, visando uma interpretação de NB 1.5.15, parece-me fundamental ser capaz de especificar o que no *Scientific Method in Philosophy* de Russell motiva Wittgenstein a chamá-lo de um método que separa (NB 1.5.15e) e de “somente um passo atrás da física” (NB 1.5.15g).

Além disso, nesse contexto, apelar para as próprias palavras de Russell exige uma certa cautela. O comentário dele sobre o próprio método em *My Philosophical Development* parece ser um tanto quanto vago e insuficiente para findar a discussão se ele utiliza um ou mais métodos em seus empreendimentos filosóficos. Russell faz comentários similares em diversos períodos de sua filosofia, isso pode parecer reforçar que de fato ele teria um método invariável, mas é preciso ver com mais cuidado. Em PLA, por exemplo, Russell diz:

O processo de filosofar corretamente, na minha opinião, consiste principalmente em passar daquelas coisas óbvias, vagas e ambíguas, das quais temos certeza, para algo preciso, claro, definido, que por reflexão e análise

segurança, que a questão do método ocupa um espaço nuclear entre os anos de 1912 e 1915. A filosofia de Russell, porém, não requer um estudo de seu método distanciado de suas doutrinas para resolver tensões internas, como no caso de Wittgenstein, especialmente se levarmos em conta seus paradoxos interpretativos (cf. Janik; Toulmin, 1973, p. 26; Kuusela, 2011, p. 124; Engelmann, 2021, p. 1, 17).

descobrimos estar envolvido na coisa vaga da qual partimos, e é, por assim dizer, a verdade real da qual essa coisa vaga é uma espécie de sombra. Eu gostaria, se o tempo fosse mais longo e se eu soubesse mais do que sei, de dedicar uma palestra inteira à concepção de vagueza. Acho que a vagueza é muito mais importante na teoria do conhecimento do que você julgaria pelos escritos da maioria das pessoas. Tudo é vago a um grau que você não percebe até tentar torná-lo preciso, e tudo o que é preciso é tão distante de tudo o que normalmente pensamos que você não pode por um momento supor que é isso que realmente queremos dizer quando dizemos o que pensamos. (PLA, p. 4)

Levine (2018), que tem um tratamento mais cuidadoso dos comentários que Russell faz sobre a própria filosofia; para ele, o mais importante dessa passagem é o pequeno trecho de uma teoria do significado que Russell apresenta ao final: “Tudo preciso é tão distante de todas as coisas que normalmente pensamos, que você não pode nem por um momento supor que isso é o que nós realmente queremos dizer quando dizemos o que pensamos”. Isto é, o processo de análise aqui atribuirá significados precisos às sentenças vagas, de modo a permitir a atribuição correta dos valores de verdade a tais sentenças (Levine, 2018, p. 313). Esse é um processo de análise distinto do que é executado quando Russell toma como fixo o significado de uma palavra. Se o significado de uma palavra é fixo, não pode ser função da análise atribuir significado; ela deve se limitar a dar os objetos com os quais temos *acquaintance*. Por outro lado, como mencionado, se o significado de uma palavra não é fixo, a análise atribuirá significado às

palavras. Isso já pode fornecer evidência³⁰ para dizer que há pelo menos dois métodos distintos de *análise russelliana*.

Mesmo com isso, ainda poderia ser argumentado que a existência de métodos distintos de *análise* não implica que haja métodos distintos do filosofar russelliano. Porém, Hager (2003), além de fazer alusão a comentários de Russell sobre o próprio método, examina em detalhes uma obra mais tardia dele, *Human Knowledge* (Russell, 1948), com o intuito de mostrar tal obra como um exemplo da análise filosófica russelliana e, desse modo, defender que toda obra de Russell mostra uma forte continuidade. Hager (2003, p. 318), então, para manter tal ideia de que há só um método em Russell e defender que há somente uma *análise russelliana* em toda sua obra, aponta uma ambiguidade em como é utilizado o termo “análise”. Hager indica que esse uso se divide entre a interpretação *estrita* de análise e a interpretação *ampla*, e as caracteriza:

Já foi apontado que, em um entendimento do termo, *análise* se refere apenas ao primeiro estágio, e mais filosófico, do método de Russell. O segundo estágio, mais matemático ou lógico, é, claro, síntese. No entanto, no outro entendimento, análise é o nome de todo o método filosófico de Russell. Deixe-me chamar o primeiro entendimento de interpretação *estrita* da análise, e o último de interpretação *ampla*. (Hager, 2003, p. 318)

³⁰ Contra isso, vejo duas saídas, e ambas me parecem pouco consistentes: pode-se argumentar que Russell anteriormente estaria somente interpretando mal o que faz seu método de análise. Ou atribuir uma dupla função a um mesmo método de análise; ela é capaz tanto de revelar um significado fixo de uma palavra quanto de atribuir a ela um significado.

Entretanto, tanto o processo de análise que toma como fixo o significado de uma palavra, isto é, o processo de análise que deve se limitar a dar os objetos com os quais tenho familiaridade, quanto o processo de análise que atribui significados precisos a sentenças vagas se enquadram no que Hager chama de interpretação *estrita* de análise. Assim, mesmo sendo processos distintos, ambos seriam parte do primeiro e mais filosófico estágio do método de Russell, de modo que a classificação proposta por Hager não dá conta de lidar com as diferenças entre os dois métodos.

Hager aparentemente falha em perceber um aspecto central da análise filosófica que Hylton (2005) percebe. Hylton aponta que a ideia de análise filosófica (que ele caracteriza como o processo de tentar encontrar a estrutura da proposição que subjaz uma dada sentença) é vazia até que certas restrições sejam impostas a ela, isto é, não há uma noção neutra de análise³¹. O primeiro argumento de Hylton é que não está claro o que é uma *proposição* – nem mesmo para Russell, que se depara com distintos problemas ao lidar com a ideia de proposições. Primeiramente em relação ao isomorfismo entre proposições e sentenças: se nada impede que uma proposição seja expressa por mais de uma sentença, como manter a ideia de que a estrutura de uma proposição é similar, de alguma forma, à estrutura da sentença que a expressa? (Hylton, 2005, p. 33). Um segundo problema será em relação ao contexto de expressão de uma proposição, ou melhor, a ausência de um contexto. Segundo Hylton (2005, p. 33):

³¹ Levine (2018), apontando que há duas análises russelianas que serão distinguidas pela assunção de Russell de distintas teorias do significado, aparenta também dar conta do que Hylton percebe.

Uma sentença que expressa uma dada proposição é falada ou escrita em um dado contexto, e pode expressar a proposição que expressa somente por causa desse contexto; mas nada análogo pode ser dito das próprias proposições [...]. Muito poucas sentenças que realmente proferimos dizem o que dizem e têm os valores de verdade que têm, independentemente dos contextos em que são proferidas.

Como será indicado por Hylton, Russell adotará diversas medidas para contornar tais problemas, tais medidas serão logicamente anteriores à análise filosófica:

Os métodos que alguém poderia supor que poderiam ser empregados para decidir tais questões, como o método de análise filosófica de Russell, acabam tendo pressupostos filosóficos e dificuldades internas, o que os torna longe de neutros. Assim, parece-me uma verdade evidente que uma filosofia correta não pode pretender *começar* com uma análise de proposições. (Hylton, 2005, p. 48)

Em *On Denoting*, por exemplo, Hylton identifica duas restrições postas à análise: (1) que a análise final de uma sentença deve nos permitir assimilar seu comportamento em inferências para procedimentos estabelecidos de lógica; e (2) que a análise deve mostrar que uma dada proposição é composta somente de constituintes com os quais temos *acquaintance* (Hylton, 2005). Não há aqui mais isomorfismo entre as sentenças e as proposições, ou seja, a estrutura da sentença não é mais tomada como um guia para a estrutura da proposição. Há uma pressuposição na ideia de análise que é revelada disso, de que as proposições não somente são articuladas e

que têm uma estrutura, mas que essa estrutura pode ser refletida, mais ou menos acuradamente, pelas sentenças que expressam tal proposição. Uma sentença com uma expressão definida, portanto, terá uma estrutura que será melhor expressa pela versão reescrita. É importante ressaltar que Russell está adicionando restrições epistêmicas para dar conteúdo à análise – adianto que isso será um problema aos olhos de Wittgenstein (cf. TLP 4.1121). Nesse sentido, em concordância com o *insight* que Hylton tem sobre a análise, poderemos rastrear uma mudança ou não de um método de Russell para outro através das mudanças de restrições impostas sobre a análise de proposições³² (nisso, Landini fez bem ao recuar da posição de que a mudança de uma epistemologia de base não afetava o atomismo lógico enquanto projeto de pesquisa).

Weitz (1957, p. 57) também defende que Russell tem um método único em sua obra, e seu argumento parte de apontar que o elemento fundamental na filosofia de Russell é o método de análise. Entretanto, Weitz é cuidadoso ao afirmar que “esse método foi exemplificado por Russell em quatro maneiras distintas: na ontologia, cosmologia abstrata, lógica matemática e no exame do simbolismo da ciência e da vida ordinária” (Weitz, 1957, p. 57)³³. Apesar dessas quatro distintas aplicações do método de análise, Weitz indica que “uma vez que a

³² Esse seria um modo pelo qual Diamond (2014) poderia sustentar que Wittgenstein vê na teoria das descrições um método de análise ao mesmo tempo que recusa todo o método filosófico russelliano: as restrições que Wittgenstein aplica sobre a análise são distintas das que Russell aplica, o que seria suficiente para atestar a distinção de seus métodos.

³³ Parece-me cabível também assumir que para que Hager, mesmo concordando com Weitz ao dizer que Russell tem somente um método, faria questão de adicionar que toda análise russelliana é primeiramente uma análise de proposições, e só depois pode vir a ser uma análise ontológica, lógica matemática, científica ou “qualquer outro exemplo paradigmático de análise russelliana” (Hager, 2003, pp. 329-330).

primazia da análise é compreendida, se torna evidente que há uma unidade básica em sua obra [de Russell] e que essa unidade revolve sobre seu método” (Ibid., p. 58).

Para a manutenção de tal unidade, Weitz permite que as aplicações de Russell do método de análise sejam associadas a uma determinada maneira de exemplificação de modo ambíguo; isto é, permitindo que em um mesmo período de sua filosofia, Russell se comprometa com distintas maneiras de aplicar a análise. Por exemplo, primeiramente Weitz (1957, p. 67) indica que as palestras III e IV de OKEW fazem parte dos últimos escritos pertencentes ao conjunto de textos de Russell que tratam de (ou do que Weitz chama de) análise ontológica (pretendo dar a devida atenção às palestras de OKEW mais adiante, e logo retomar tal divisão proposta). Weitz (Ibid., p. 65) também indica RSDP como um dos textos importantes que tratam de análise ontológica. Em RSDP, Russell também está preocupado em construir as noções da física através dos *sense-data* e em advogar por uma filosofia científica guiada pela máxima: “Sempre que possível, as entidades inferidas devem ser substituídas por construções lógicas” (RSDP, p. 125). Porém, Weitz também indica OKEW e RSDP como exemplos da aplicação da análise no exame do simbolismo e da vida ordinária, de modo que as palestras de OKEW já estariam mais preocupadas com o problema da construção das noções da física por meio dos *data* da experiência sensível do que estariam preocupadas com ontologia.

Adianto que, se tomarmos como correta a divisão de Weitz das quatro maneiras que Russell exemplifica a análise (na ontologia, cosmologia abstrata, lógica matemática e no exame do simbolismo da ciência e da vida ordinária), a crítica de Wittgenstein nos NB seria às aplicações desse método que dizem respeito ao exame do simbolismo

da ciência e da vida ordinária, em especial as que se preocupam com a construção das noções físicas e com a defesa da aplicação de um método científico na filosofia. Utilizo “*construcionismo*” para me referir a tais aplicações. Weitz (1957, p. 92) descreve o construcionismo como um dos nomes que Russell adota para a “resolução de símbolos incompletos”³⁴. Hylton (1990, p. 328) também reconhece o desenvolvimento em Russell do que chama de *constructionalism*; ao mesmo tempo que fornece indícios de que não vê a análise como algo unificador dos empreendimentos filosóficos de Russell (cf. Hylton, 2005).

Desse modo, tomo os apontamentos de Weitz como um indicativo de que a discussão sobre se há um só método na filosofia russelliana não é um problema central e intrespessável; sua resolução final pode muito bem ser adiada. Pode-se dizer que Russell tem uma unidade ao sempre chamar de análise o seu método, mas o modo em que essa análise é aplicada, seu objeto inicial e seu ponto de parada se alteram. Ou pode-se admitir a recorrência do uso de métodos secundários – ou “submétodos”³⁵. Russell também admite, por exemplo, o valor do método cartesiano (cf. POP, p. 7; PLA, p. 28) e da navalha de Occam (cf. OKEW, p. 85; PLA, pp. 111-112) como preceitos metodológicos, e os utiliza recorrentemente. O central, entretanto, é que a noção de análise sozinha não parece suficiente para marcar uma unidade no método.

³⁴ Há maiores dificuldades acerca da delimitação do construcionismo que exponho com mais detalhes em 2.5.

³⁵ Porém, parece-me que a ideia de submétodos se chocaria com as restrições em análise que Hylton (2005) menciona. Tais restrições, que se encontrariam na metafísica e na epistemologia de base, se aplicariam em todos os aspectos do método de análise. Logo, se são elas que ditam o método, também serão elas que ditam os submétodos.

Optando por esse caminho, a questão a ser resolvida é qual método auxiliar utilizado por Russell (ou, como Weitz coloca, qual modo de exemplificar a análise) que Wittgenstein está criticando. O palpite mais evidente – e que adiante será bem sustentado por evidências textuais – é que o método que Russell recorrentemente chama de “método científico de se filosofar”, ou de “filosofia científica”, coincide integralmente com o construcionismo. Hager (2005, p. 344) diz que esse método se confunde com o método de análise filosófica russelliana, primeiro porque Russell comumente se refere ao método de análise como o “método científico de se filosofar”; e, segundo, porque ele vê as fronteiras entre ciência e filosofia como pouco estabelecidas. De fato, tal confusão ocorre, mas não por toda filosofia russelliana. Esse método (ou submétodo, se preferir) aparece localizado especificamente na era do atomismo lógico de Russell, e é apresentado de modo a ter características suficientes que o permitem ser taxado como o método *separatista* mencionado nos NB.

1.3 A apresentação do método em O método científico na filosofia

Como já mencionado, SMP carrega um notável caráter programático. A minha apresentação visa destacar esse caráter e evidenciar as principais características do programa pelo qual Russell está advogando. Acredito que, devido ao caráter programático do

texto, Russell omite problemas e impasses com os quais ele e Wittgenstein estavam envolvidos no período. Assim, pretendo também dar destaque a tais questões.

Russell parte de um descontentamento acerca dos avanços – ou da falta destes – da filosofia, especialmente quando contrastada com a ciência³⁶, e segue investigando os dois principais grupos de noções que motivam uma investigação filosófica, a saber: o das noções éticas e metafísicas e o das noções científicas. Toda noção ética é essencialmente antropocêntrica, de forma que uma metafísica baseada nessas noções será uma tentativa de dar força legislativa aos desejos do homem em relação ao universo e, portanto, tais noções não terão espaço em uma filosofia que visa o progresso científico³⁷, pois, “em comparação com a ciência, ela falha em alcançar a liberação imaginativa de si mesma, necessária para a compreensão do mundo que o homem pode esperar alcançar” (SMP, p. 88). É por essa razão

³⁶ Russell já toma uma visão de ciência que não é unânime, de que a investigação científica da natureza não pressupõe nenhuma das leis gerais que seus resultados comprovam, e que a ciência não precisa pressupor nada, exceto os princípios gerais da lógica (SMP, p. 85). Aqui Russell parece manter, como faz em POP e em OKEW, que a lei de indução – essencial para o desenvolvimento do pensamento científico – é uma das leis lógicas.

³⁷ Russell indica em POP uma possibilidade de se falar de noções éticas na filosofia sem que o filósofo se comprometa com um antropocentrismo. No capítulo 7, ele aponta que deve haver uma maneira de se falar de utilidade em um sentido apriorístico: para algo ser chamado de útil ele deve assegurar um fim que seja valioso por si mesmo, que possua um valor intrínseco. Os juízos a priori da ética devem ser levantados a partir da experiência, pois para julgarmos o valor intrínseco de algo é preciso que antes tenhamos contato com esse algo. Porém, mesmo que sejam levantados pela experiência, os juízos nunca serão provados ou negados por ela, pois a existência de algo não é capaz de indicar se essa existência é em si boa ou má. Russell confere essa investigação à ética, a qual deve ser capaz de indicar a impossibilidade de derivar um *dever ser* (um valor) de um *é* (cf. POP, p. 67).

que, de alguma maneira, é na ciência que a filosofia deve buscar inspiração.

Há duas maneiras de uma filosofia se inspirar pela ciência. Ela poderá eleger os resultados gerais da ciência como pressupostos, buscando dar maior generalidade para esses resultados, ou poderá estudar os métodos que a ciência utiliza, visando aplicá-los a si própria após fazer as adaptações necessárias. Russell enfatiza que são os métodos, e não os resultados, que podem ser transferidos da ciência para a filosofia de modo proveitoso. A ciência com frequência produz resultados incertos e é precisamente nessa área que reside o maior risco de falhas posteriores. Assim, uma filosofia que se baseia apenas nesses resultados pode rapidamente ser desconsiderada no momento em que se mostrarem falhos. Isso significa que perderíamos o que Russell (SMP, p. 84) identifica como a característica mais valiosa do método científico: a capacidade de manter alguns resultados úteis para investigações futuras, mesmo que não sejam completamente precisos.

Ao dizer que o surpreendente na física não é a existência de leis gerais nem a uniformidade da natureza, já que, “com suficiente ingenuidade analítica, qualquer curso concebível da natureza pode ser mostrado como exibindo uma uniformidade”, e o que deve nos surpreender é a extrema simplicidade das leis gerais e “o fato de que a uniformidade [da natureza] é simples o suficiente para nos permitir a descobri-la” (SMP, p. 83), Russell dá mais pistas da sua concepção de física. Diamond (2014, p. 151) expõe tal concepção apontando que Russell toma as leis da física como tais uniformidades simples que foram descobertas, e que podemos eventualmente descobrir que tais uniformidades não se adequam precisamente quando consideramos

um novo *datum*. Russell, em *On the Notion of Cause*, de 1912, apresenta esse aspecto de sua concepção da física de modo claro:

Em suma, cada avanço em uma ciência afasta-nos cada vez mais das uniformidades grosseiras que são inicialmente observadas, para uma maior diferenciação entre antecedentes e consequentes, e para um círculo cada vez mais amplo de antecedentes reconhecidos como relevantes. (ONC, p. 150)

Apresentado dessa forma, torna-se evidente que a capacidade de progresso passo a passo da ciência é uma consequência do processo de descoberta e abandono de uniformidades. O elemento central na concepção de Russell sobre a física, como ele mesmo enfatiza, é tal capacidade do método científico de avançar gradualmente. Portanto, a principal pretensão russelliana com a transposição metodológica da física para a filosofia é de permitir que a filosofia obtenha essa capacidade.

Ao utilizar estes resultados como base de uma filosofia, sacrificamos a característica mais valiosa e notável do método científico, a saber, que, embora quase tudo na ciência seja descoberto, mais cedo ou mais tarde, que requer alguma correção, esta correção é quase sempre tal que deixa intocada ou apenas ligeiramente modificada a maior parte dos resultados que foram deduzidos da premissa posteriormente descoberta como defeituosa. (SMP, p. 84)

Após apontar o que não deve ser tema da filosofia (i.e., nem noções éticas e antropocêntricas, nem resultados obtidos pela

ciência), resta a Russell apresentar problemas específicos que cabem propriamente à investigação filosófica, e não à científica. É através dessa brecha que ele apresenta qual seria o método adequado para a filosofia, ressaltando dois aspectos que o método deve dar conta. Primeiro, que as proposições filosóficas devem ser de generalidade máxima; segundo, que elas devem ser apriorísticas, não podem ser provadas e nem refutadas por proposições empíricas. Quando Russell diz que as proposições filosóficas devem ter generalidade máxima, ele não está dizendo que elas devem tratar do universo como um todo, mas que devem ser aplicáveis a cada uma das coisas individualmente, da mesma forma que as proposições da lógica (como Russell as concebe) atuam. Isso, de forma alguma, implica que exista um todo que forme uma coisa à qual os predicados possam ser aplicados. Essa é uma das razões que o leva a nomear sua filosofia de “atomismo lógico” e a apresentar da seguinte maneira:

A filosofia que desejo defender pode ser chamada de atomismo lógico ou pluralismo absoluto, porque, ao mesmo tempo que sustenta que há muitas coisas, nega que haja um todo composto por essas coisas. Veremos, portanto, que as proposições filosóficas, em vez de se preocuparem com o todo das coisas coletivamente, se preocupam com todas as coisas distributivamente; e não apenas devem se preocupar com todas as coisas, mas devem se preocupar com tais propriedades de todas as coisas que não dependem da natureza acidental das coisas que acontecem de existir, mas são verdadeiras para qualquer mundo possível, independentemente de tais fatos que só podem ser descobertos por nossos sentidos. (SMP, p. 90)

Vê-se que não basta às proposições filosóficas se ocuparem de todas as coisas individualmente (até mesmo com aquelas que não podemos empiricamente afirmar ou negar a existência), mas também é necessário que essas proposições se ocupem das propriedades dessas coisas que não dependem de acidentes. Há algo que subjaz aqui: afirmar que “a filosofia deve tratar das propriedades não acidentais das coisas” coincide em dizer, em um jargão tractariano³⁸, que os principais objetos das proposições filosóficas vão ser as propriedades internas dessas coisas, ou seja, aquelas que indicam a possibilidade delas e, logo, são essenciais (cf. TLP 2.01231; 4.122; 4.123) (esse será um detalhe importante mais adiante). Por se ocuparem com as propriedades essenciais das coisas, as proposições da filosofia devem ser também necessárias. Diante disso, e enfatizando que as proposições filosóficas devem ser todas apriorísticas, tais características são o que levam Russell a dizer que a filosofia é a ciência do possível, no sentido em que o possível coincide com o completamente geral, de modo que ela não pode se distinguir da lógica. Por não se distinguir da lógica, a correta execução da filosofia se dará através de um processo de análise. Tal processo resulta em mostrar qual é a forma lógica da proposição³⁹. O ponto de Russell (SMP, p. 91) é que, ao se concentrar na investigação das formas lógicas, a filosofia torna-se capaz de tratar problemas de maneira isolada,

³⁸ Com “propriedade interna” Wittgenstein quer dizer propriedade necessária (TLP 4.123) (cf. Kuusela, 2014, p. 599, n. 2).

³⁹ Por meio da forma lógica, podemos estabelecer as condições necessárias para que uma proposição seja considerada verdadeira, isto é, suas condições de verdade. No entanto, não é claro se Russell tem uma compreensão completa desse processo, uma vez que ele parece considerar que a função central da análise lógica é fornecer objetos simples com os quais temos familiaridade (essa diferença será novamente abordada em 2.5).

passo a passo, trazendo resultados parciais que poderão ser aperfeiçoados, em vez de descartados, em investigações futuras. Destaco aqui que Russell se ancora no fato de as proposições da filosofia serem de generalidade máxima e apriorísticas para afirmar que ela se torna indistinguível da lógica, e que suas proposições serão as mesmas. Há, portanto, um critério para identificar uma proposição da lógica: ser apriorística e possuir máxima generalidade.

Em PLA, Russell ainda chamará sua filosofia de “filosofia do atomismo lógico”, porém justifica esse nome por vias distintas:

A razão pela qual chamo minha doutrina de atomismo lógico é porque os átomos aos quais desejo chegar como o tipo de último resíduo na análise são átomos lógicos e não átomos físicos. Alguns deles serão o que chamo de “particulares” – coisas como pequenas manchas de cor ou sons, coisas momentâneas – e alguns deles serão predicados ou relações e assim por diante. O ponto é que o átomo ao qual desejo chegar é o átomo da análise lógica, não o átomo da análise física. (PLA, p. 3)

Em comparação com a justificativa presente em SMP, Russell já adianta, ou omite, que trata distributivamente de todas as coisas e das propriedades essenciais e apriorísticas dessas coisas, dedicando-se mais em uma diferenciação entre sua filosofia e a física, que consiste no distinto resultado final obtido pelas duas – uma terminará sua análise no átomo lógico, enquanto a outra terminará no átomo físico⁴⁰. Tal diferenciação aparece de modo ainda mais explícito quando

⁴⁰ Proops (2014, p. 215) também percebe tal diferença na explicação de Russell de porque sua filosofia é um atomismo lógico, e vincula essa mudança, possivelmente, à influência de Wittgenstein que é assumida no prefácio de PLA.

Russell se dedica a discernir o processo de análise, o qual em PLA será destacado como próprio da filosofia, do processo de definição da física:

Isso, você pode dizer, é uma definição de “vermelho” e uma pessoa poderia entender essa definição mesmo se não tivesse visto nada vermelho, desde que entendesse a teoria física da cor. Mas isso não constitui realmente o significado da palavra “vermelho” nem um pouco. Se você pegar uma proposição como “Isto é vermelho” e substituí-la por “Isto tem a cor com o maior comprimento de onda”, você tem uma proposição completamente diferente [...]. Portanto, é claro que se você definir “vermelho” como “A cor com o maior comprimento de onda”, você não está dando o significado real da palavra; você está simplesmente dando uma descrição verdadeira, o que é algo bem diferente, e as proposições que resultam são proposições diferentes daquelas em que a palavra “vermelho” ocorre. Nesse sentido, a palavra “vermelho” não pode ser definida, embora no sentido em que uma descrição correta constitui uma definição, ela pode ser definida. No sentido de análise, você não pode definir “vermelho”.

[...] Análise não é a mesma coisa que definição. Você pode definir um termo por meio de uma descrição correta, mas isso não constitui uma análise. (PLA, pp. 21-23)

Além disso, em PLA Russell já não aparenta mais afirmar que o critério de identificação de uma proposição da lógica seja a máxima generalidade e a possibilidade de serem conhecidas aprioristicamente:

Essas são proposições da lógica. Elas têm uma certa qualidade peculiar que as distingue de outras proposições e nos permite conhecê-las a priori. Mas qual é exatamente essa característica não sou capaz de lhe dizer. Embora seja uma característica necessária das proposições lógicas que elas consistam somente de variáveis, ou seja, que elas afirmem a verdade universal, ou a verdade ocasional, de uma função proposicional consistindo inteiramente de variáveis – embora essa seja uma característica necessária, não é suficiente. (PLA, p. 76)

Isso indica uma possível reação⁴¹ à ideia wittgensteiniana que aparecerá explicitamente em TLP 6.1231: “O indício da proposição lógica não é a validade geral”. Mas, além de uma reação, pretendo mostrar com isso que, mesmo Russell mantendo por um longo período a denominação de sua própria filosofia como *atomismo lógico*, o que ele pretende através de trás de tal denominação não é unânime nem para si próprio, passando por reformulações significativas durante sua trajetória⁴².

⁴¹ Outra aparente reação a uma ideia wittgensteiniana se mostra quando a preocupação da lógica com a enumeração das formas lógicas, mencionada em SMP, encontra alguns impedimentos. Russell já não parece mais crer na possibilidade de se especificar aprioristicamente quantos membros participam de uma relação: “Não vejo nenhuma razão particular para supor que as mais simples relações que ocorrem no mundo são, digamos, de ordem n , mas não existe nenhuma razão a priori contra isso” (PLA, p. 82). Compare isso com TLP 5.554 e 5.555.

⁴² Stern (2018, p. 119), em seu *Russell and Wittgenstein's Logical Atomisms*, acerta ao utilizar o plural em seu título, “*logical atomisms*”. Ele não apenas apela para as diferenças significativas entre os atomismos lógicos de Russell e Wittgenstein, mas também destaca como ambos os filósofos frequentemente mudam seus pontos de vista sobre questões filosóficas fundamentais para seus respectivos atomismos.

Por exemplo, em AR, 1911, primeiro momento em que Russell apresenta sua filosofia como filosofia do atomismo lógico, tal nomenclatura é atribuída em razão de toda entidade simples ser um átomo e de que “não é necessário supor que tais átomos precisam persistir temporalmente, ou que eles precisam ocupar espaço: tais átomos são puramente lógicos” (AR, p. 135). De acordo com Russell em AR, há na filosofia do atomismo lógico dois tipos de átomos: universais (os quais Russell admite a similaridade com ideias platônicas) e particulares. Russell é realista sobre ambos, nenhum deles está na mente que os conhece. Em SMP, destaque, é especialmente central para a filosofia do atomismo lógico que suas proposições se ocupem de todas as coisas distributivamente, e das propriedades necessárias dessas coisas.

O próximo passo da argumentação de Russell em SMP busca esclarecer o que significa “se tornar indistinguível da lógica”. Russell indicará que o estudo da lógica consiste em duas porções distintas: (1) a que está ocupada com as afirmações gerais que podem ser feitas sobre tudo sem mencionar nenhuma coisa, predicado ou relação; e (2) a que está ocupada com “a análise e enumeração das formas lógicas, i.e. com os tipos de proposições que podem ocorrer, com os vários tipos de fatos, e com a classificação dos constituintes dos fatos” (SMP, p. 91). É a partir desta segunda porção que Russell afirma que “a lógica oferece um inventário de possibilidades, um repertório de hipóteses abstratamente defensáveis” (Ibid.). A filosofia deve se tornar indistinguível desta segunda seção da lógica. Me parece valioso notar que o modo como Russell descreve aquilo com que a segunda seção da lógica se ocupa – e, logo, com o que a filosofia deve se ocupar – parece evitar conscientemente tomar uma clara decisão sobre se a filosofia, ao se ocupar com os vários tipos de proposições, fatos e a classificação

de seus constituintes, deve ter como base uma metafísica de proposições ou de fatos.

Porém essa decisão é nítida quando Russell passa a apresentar os problemas que vão ser próprios da filosofia. Tal apresentação é feita no intuito de contra-argumentar a ideia de que a filosofia, se tornando indistinguível da lógica, se tornaria um estudo muito vago e geral para ser de importância. Russell responde que se os problemas da filosofia se tornarem suficientemente definidos já não serão mais próprios da filosofia, e se confundirão com os problemas de alguma ciência específica. Ainda assim, a filosofia, enquanto ciência do possível, indistinguível da lógica, terá problemas que lhe são próprios. Russell aponta exemplos:

Em alguns problemas, por exemplo, a análise do espaço e do tempo, a natureza da percepção ou a teoria do juízo, a descoberta da forma lógica dos fatos envolvidos é a parte mais difícil do trabalho e a parte cujo desempenho tem sido mais deficiente até agora. (SMP, p. 91)

Elencar a teoria do juízo e a descoberta da forma lógica dos *fatos* envolvidos como problemas próprios da filosofia sugere aqui um comprometimento de Russell com uma metafísica de fatos. Tal compromisso com uma metafísica de fatos não é por acaso, e compreender suas razões também esclarecerá porque Russell assume que a teoria do juízo faz parte de um dos problemas mais difíceis e precariamente recebidos pela filosofia até então – precariedade essa que seria resolvida através da aplicação do método.

A partir de 1910, Russell parte em uma investida focada em fornecer uma compreensão de verdade que seja capaz de explicar a

atribuição dos predicados “verdadeiro” e “falso” a um juízo a partir de sua correspondência ou não com algum tipo de entidade (Ricketts, 1996, p. 65). Com isso, Russell quer fazer jus ao fato de que, mesmo que a verdade e a falsidade sejam propriedades de juízos, elas são propriedades que dependem de relações de juízos com algo externo, e não de alguma propriedade interna destes. É o que levará Russell a adotar que a verdade consiste em alguma forma de correspondência entre o juízo e o fato – de modo que um juízo é verdadeiro quando há um fato que corresponda a ele, e é falso quando não há essa correspondência. Essa teoria do juízo necessitará de uma metafísica que dê conta de suas exigências – e apresentar uma será um trabalho árduo. Russell buscava fornecer tal mudança de uma metafísica de proposições para uma metafísica de fatos em *Theory of Knowledge* (TOK), obra que abandonou devido a críticas de Wittgenstein (cf. Hylton, 2005, p. 46). Russell dá indícios de ainda sentir o impacto de tais críticas ao não exercer nenhuma tentativa de apresentar meticulosamente tal metafísica em SMP ou OKEW, mas ainda não se livrou dos problemas que a exigem: a teoria do juízo e a descoberta das formas lógicas dos fatos.

É valioso notar também que a introdução que Russell faz de uma divisão da lógica em duas seções distintas tem um papel em sua argumentação que pode passar despercebido. Essa distinção não aparece, por exemplo, em *What is Logic?*, manuscrito de 1912, sobre o qual Russell admite, em carta para Lady Ottoline, ter dificuldade em abordar tal assunto, assumindo também uma inclinação de passar a execução de tal artigo para Wittgenstein (cf. Russell, 1992a, p. 54). No manuscrito, Russell (1992a, p. 55) define a lógica primeiro como meramente “o estudo das formas dos complexos” e toma o *complexo* como uma ideia primitiva. A *forma* de um complexo será “o que um

complexo tem em comum com outro complexo obtido através da substituição de cada constituinte do complexo por algo diferente”⁴³.

Nessa primeira tentativa de definição, a lógica será *a classe de complexos lógicos*, isto é, aqueles complexos que se mantêm complexos qualquer que seja a substituição efetuada neles. Russell, no entanto, aponta uma objeção a tal definição, admitindo a dificuldade de se entender o que é uma *substituição em um complexo* quando o resultado falha em ser um complexo, pois, se tal substituição é uma relação que só ocorre entre dois complexos, não poderá ocorrer o caso em que, feita a substituição, o resultado não se mantenha um complexo. Para evitar isso, Russell passa a tomar a forma⁴⁴ como primitiva, e os valores de uma forma serão os complexos que possuem tal forma – porém, se a forma é, por definição, o que um complexo tem em comum com um complexo obtido através da substituição de cada constituinte do complexo por algo diferente, não haverá forma se não houver complexo (para uma análise mais minuciosa das de tais dificuldades que Russell tenta lidar em *What is Logic?*, cf. Griffin, 1980, pp. 144-150; Klement, 2015, pp. 214-221). Por fim, o único saldo de *What*

⁴³ Griffin (1980, p. 145) indica que, como apresentado, isso não está certo “pois permite que os complexos $/R-a-b-c/$ e $/\Sigma-a'-R'-b'/$ sejam da mesma forma (já que eles podem ser transformados um no outro por substituição)”, mas que “presumivelmente Russell requer que a substituição seja executada sem troca de tipos”.

⁴⁴ O interesse de Russell em formas geralmente é rastreado como partindo de TOK (cf. Hylton, 1990, p. 342; McGinn, 2006, p. 57). De fato, em TOK Russell está mais comprometido em enfatizar a necessidade da investigação das formas lógicas (em 2.2 dou maior atenção a isso). Todavia, é digno de nota essa menção sendo feita antes, em *What is Logic?*, de 1912. *What is Logic?* foi descontinuado e sua execução ficou a cargo de Wittgenstein. Em NL (p. 93), Wittgenstein diz que “filosofia é a doutrina da forma lógica das proposições científicas”. Isso contribui com a indicação dada por Wahl de que Russell tem NL em mente quando fala de lógica pura em OKEW.

is Logic? que parece ser mantido por Russell é uma ampla definição de lógica: a classe das formas possíveis e necessárias.

Em contrapartida, em SMP, não se fala mais de *complexo*, mas sim de *fatos* e formas lógicas, que são os *tipos de proposições que podem ocorrer*. A lógica não será “o estudo da forma dos complexos”, mas será, em uma de suas seções, a análise e a enumeração das formas dos *fatos e das proposições*. A outra seção, que está ocupada com as afirmações gerais que podem ser feitas sobre tudo sem mencionar nenhuma coisa, predicado ou relação, coincide com a segunda definição de lógica que Russell apresenta em *What is Logic?*, ou seja, a classe das formas possíveis e necessárias. Essa classe será também o que Russell atribuirá como o objeto característico da lógica filosófica, e não matemática, em OKEW (p. 34). Ele ainda parece ter dificuldade em conciliar ambas as definições de lógica, mas mascara tal dificuldade ao não falar mais de definições concorrentes, e sim de porções distintas.

Talvez por razão de seu caráter programático, Russell parece omitir muitas de suas dificuldades em SMP, o que destaca o principal ponto metodológico do artigo: ao concentrar atenção nas formas lógicas dos fatos, a filosofia poderá tratar de seus problemas passo a passo, e é permitindo tal progresso na resolução de problemas que a noção de análise introduz um novo método de se filosofar – o método científico de se filosofar. Russell (SMP, p. 92) repetirá: “A essência da filosofia assim concebida será a análise, e não a síntese”.

2 A ilustração do construcionismo

Neste segundo capítulo apresento fortes evidências textuais de que a obra que Wittgenstein tem em mente ao fazer sua crítica é OKEW, em especial a terceira palestra, mas isso não implica que a crítica se limite a ela. Espero, ao final deste capítulo, somando suas conclusões com as do capítulo I, ser feliz em mostrar que, embora as apresentações do método em SMP e OKEW sejam diferentes em forma, sendo a primeira majoritariamente programática, e a última uma exemplificação da aplicação do método a um problema da filosofia, em ambas a introdução do método científico na filosofia fará com que as proposições destas serão, ou terão como ponto de partida, verdades gerais da lógica. Além disso, é enfatizado em ambas as apresentações que a teoria do juízo e a preocupação com as formas lógicas dos fatos figuram entre os principais problemas próprios e urgentes à filosofia⁴⁵. A introdução do método científico na filosofia a torna capaz de lidar com tais problemas, mas o que permite a introdução de tal método é a análise lógica. O método científico de se filosofar é, para Russell, uma consequência do método lógico-analítico. Desse modo, não é caro supor que a disputa entre o valor diferente que cada um, Russell e Wittgenstein, atribuem ao valor de

⁴⁵ Como mencionado (cf. nota 25), Takagi (2021, p. 56) aponta uma importante diferença entre OKEW e SMP, ao ressaltar que neste Russell não inclui nenhuma discussão sobre o ceticismo. Essa diferença fornece mais evidências de que Wittgenstein esteja fazendo referência a OKEW – e não a SMP – em NB 1.5-15g.

uma obra científica é também consequência da disputa sobre os alcances do método lógico-analítico na filosofia.

Adiante, apresento OKEW em quatro segmentos. No primeiro, em 2.1, dou atenção especial ao caráter programático que a obra compartilha com SMP. Adianto que ambas apresentam um mesmo método – mas por vias diferentes. É um método que visa transferir para a filosofia o que é valioso do método científico, e que igualará a filosofia à lógica. Evidentemente esses dois aspectos estão interligados. Por essa razão, em 2.2 detenho-me em como Russell concebe a lógica em OKEW, e em 2.3 como ele aborda a ciência e o método científico.

Em 2.4 busco demonstrar a aplicação que Russell faz do método aos problemas que ele julga imprescindíveis para a filosofia, em especial ao problema do mundo exterior. É relevante ver essa aplicação, primeiramente, porque ela, como já mencionado, faz parte do modo que Russell está apresentando o método em OKEW. Tomo tal aplicação como o momento mais ilustrativo do construcionismo russelliano (ela também ocorre notavelmente em RSDP, com uma diferença em especial que abordarei durante a seção 2.4). Em segundo lugar, compreender como Russell aplica seu método a tais problemas nos oferecerá base para evidenciar um contraste entre as aplicações do método russelliano e as aplicações que Wittgenstein faz de seu método aos mesmos problemas (ou supostos problemas). Em 2.5, por fim, concluo apresentando quais seriam as principais características do construcionismo russelliano, considerando tanto aquelas compartilhadas com outros métodos de Russell quanto as que o destacam dentre esses métodos.

2.1 O caráter programático de *Our Knowledge of the External World*

Como já mencionado, através de uma aproximação cuidadosa, o livro OKEW também mostra um caráter programático. Logo no prefácio, Russell admite esse caráter, revelando suas pretensões: mostrar, por meio de exemplificações, a natureza, o alcance e as limitações do método lógico-analítico na filosofia (OKEW, p. xv). Em seguida, atribui a Frege a execução de uma primeira apresentação completa do método⁴⁶ e adianta que a análise lógica não será capaz de alcançar ambiciosos resultados como os que são usualmente desejados pelos filósofos; porém, ela é capaz de suprir o *desideratum* de fazer da filosofia uma verdadeira ciência. Há novamente a intenção russelliana de fazer com que a filosofia seja capaz de obter um progresso passo a passo. Russell segue distribuindo certos méritos, em especial para Whitehead⁴⁷, por fazer com que os pontos de vista defendidos aqui se diferenciem dos que foram defendidos em POP, isto é, o levando a conceber uma concepção do mundo físico através de uma construção em vez de uma inferência, como antes era em POP; e para Wittgenstein, que teria beneficiado muito Russell, como o

⁴⁶ Essa seria, como Landini (2007, p.27) corretamente destaca, a análise de Frege da noção de número cardinal.

⁴⁷ Se Miah (1987, pp. 22-23) está correta, aparentemente o crédito dado a Whitehead é maior do que ele era merecedor. Ela sugere que tal crédito foi somente dado em vista de “confortar Whitehead”, que teria se sentido plagiado por Russell.

próprio admite, por suas descobertas ainda não publicadas em lógica pura⁴⁸. Russell conclui o prefácio voltando a mencionar que sua intenção é ilustrar o método lógico-analítico.

O lema de Occam será um preceito metodológico de extremo valor para Russell em OKEW. Isso se torna evidente, em primeiro lugar, no momento em que Russell, mantendo o caráter programático do texto, analisa o que chama de “as tendências atuais” e destaca dessas as três principais, as quais denomina como a tradição clássica, o evolucionismo e o atomismo lógico – sendo essa a filosofia que pretende recomendar (destaco que aqui, diferentemente de SMP, Russell não apresenta nenhuma justificativa para atribuir tal nome à sua filosofia, além de assumir que lhe falta um nome melhor). As outras escolas teriam encarado erroneamente o método e os problemas da filosofia. Muitos desses problemas seriam de fato insolúveis, mas outros serão capazes de ser solucionados pelo método do atomismo lógico, o qual propõe um avanço que é comparado por Russell à revolução feita por Galileu na física, caracterizada pela “substituição de amplas generalizações, não verificadas experimentalmente [...] por resultados meticulosamente observados, detalhados e verificados passo a passo” (OKEW, p. 2). Destaco a similaridade dessa caracterização com a máxima apresentada por Russell em RSDP, segundo a qual uma filosofia científica deve seguir: “A suprema máxima no filosofar científico é essa: *sempre que possível*,

⁴⁸ Wahl (2019, p. 127) aponta que o que Russell tem em mente ao dizer isso são as *Notes on Logic* (NL) de Wittgenstein. Potter (2011, p. 133) argumenta que as influências de NL em OKEW são melhor detectadas através do que Russell deixa de fora; e que serão expostas com mais clareza em PLA. Russell só teria sido capaz de completar seu artigo sobre o problema da matéria (cf. seção 1.1) quando Wittgenstein foi para a Noruega, poupando Russell de suas críticas; permitindo, assim, que RSDP fosse publicado (Potter, 2011, p. 260).

entidades inferidas devem ser substituídas por construções lógicas" (RSDP, p. 125, destaque meu). Essa é uma formulação da navalha de Occam. Volto a esse ponto em 2.3.

Porém, mesmo indicando princípios que guiam seu método, Russell não deixa explícito de fato o que *é* nem o que compõe o método lógico-analítico – ele opta por fazê-lo por meio de exemplos da aplicação do método. Como mencionado em SMP, é a análise que fornece à filosofia um método científico; mas, para elucidar com precisão o que Russell quer dizer com isso, precisamos seguir algumas pistas. Se o método sobre qual Russell está falando e pretende aplicar fosse somente a análise, é possível que algum crédito ou menção a Moore fosse devida no prefácio – mas ela é a *análise lógica*, o que justifica a menção a Frege como o primeiro a executar o método. Tomo isso como mais uma indicação de que não há somente *uma* análise russelliana – e que tal questão não pode ser resolvida meramente ao apontar uma ambiguidade no uso de Russell da palavra, como faz Hager (2005).

Tal indicação colabora, por exemplo, para o que diz Levine (2018) ao contemplar a presença de distintas análises russelianas. Entretanto, ele o faz de maneira diferente, propondo que há uma *análise russelliana mooreana* e uma *análise russelliana pós-peano*:

Distingo a filosofia "mooreana" – especificamente, a visão mooreana de análise – que Russell adota imediatamente após romper com o idealismo, da filosofia "pós-peano" – especificamente, a visão pós-peano de análise [...]. Argumento que, enquanto a navalha de Occam não desempenha nenhum papel na concepção mooreana de análise, a concepção pós-peano de análise de Russell,

juntamente com sua visão sobre generalidade, fornece a base para sua visão madura da navalha de Occam e seu papel na análise. (Levine, 2018, p. 308)

Nota-se que a diferença das duas análises não pode estar no papel central que a epistemologia fundada em *sense-datas* ocupa na análise mooreana, pois, tendo em vista que o papel de tal epistemologia continua central no período pós-peano da filosofia de Russell, o segundo tipo de análise não seria um processo diferente do primeiro, no máximo um ajuste ou somente uma expansão teórica. Por essa razão, Landini assume posições passíveis de erro tanto em 2007 quanto em 2019. Ele está certo ao dizer que “*acquaintance* não é a fundação do atomismo lógico de Russell” (Landini, 2007, p. 31), mas está errado quando diz que o atomismo lógico independe de qualquer teoria epistemológica de fundo. Já em sua segunda posição, Landini (2019) erra ao vincular a mudança de método russelliana somente ao abandono da noção de *acquaintance*. As ideias de *acquaintance* e de *sense-data* são elas mesmas inconstantes em Russell e impõem diferentes restrições à análise em diferentes momentos – ou podem, em certas ocasiões, nem mesmo impor alguma restrição. É necessário investigar quais restrições elas estão impondo à análise e quando.

Como Levine corretamente sugere, é o papel central ocupado pela navalha de Occam (um princípio metodológico) na análise pós-peano que faz com que ela seja um rompimento em relação ao modo de análise anterior. Isso porque é a navalha de Occam que decidirá o que será feito com as entidades com as quais temos *acquaintance*. Pretendo, em 2.3, deixar claro em minha exposição que, pelo fato da máxima de Occam ocupar um papel central na dita *análise pós-peano*,

tal análise será especificamente aquela que permite a introdução do método científico de se filosofar.

Paralelamente, pela não atribuição de créditos ao uso de Moore da análise, Landini (2019) está justificado em colocar as pretensões de Russell em OKEW de modo relativamente distinto ao que o próprio autor coloca:

O livro é dedicado a ilustrações das aplicações que Russell faz das novas formas lógicas da *cp-logic* à continuidade, aos paradoxos de Zenão, ao infinito, às revoluções cantoriana e fregeana na lógica matemática, bem como às noções de *causa*, *mudança* e até mesmo *livre-arbítrio*. (Landini, 2019, p. 245)

Landini substitui o que Russell chama de o método lógico-analítico pela aplicação das novas formas lógicas do cálculo de predicados. Porém, como antes mencionei (cf. nota 28), a exposição que Landini faz de OKEW assumidamente busca defender que o livro é uma sequência de POP e uma alternativa a *Theory of Knowledge* (TOK), depois que este fora abandonado por Russell (cf. Landini, 2019, pp. 243-245). Ele, porém, assume duas posições um tanto quanto ambíguas: a de que OKEW é uma boa sequência, melhor do que TOK seria, e a de que é uma sequência desnecessária, visto que a maior parte dos problemas que aparecem em POP reaparecem da mesma forma, e a “única diferença importante é que em OKEW Russell segue a sugestão de Whitehead [mencionada no prefácio] de oferecer uma construção da matéria” (Ibid., p. 245) em vez de uma inferência. Landini (Ibid., p. 240) também argumenta que a tese defendida em

OKEW de que a “lógica é a essência da filosofia” é o que marca o apogeu da filosofia do atomismo lógico.

Landini me parece estar correto quanto a OKEW marcar o apogeu do atomismo lógico, mas incorre no erro se pensa que essa é a única função de OKEW dentro da filosofia russelliana. Pretendo mostrar, em especial⁴⁹, que OKEW tem um grande valor ao evidenciar o modo como Russell toma (erroneamente aos olhos de Wittgenstein) duas noções centrais para o seu método: a de lógica e a de teoria científica. Com o intuito de qualificar tal afirmação sobre o valor de OKEW, visto demonstrar nas seções 2.2 e 2.3 o modo como Russell toma tais noções. Depois, em 2.4, pretendo dar destaque a outro valor: OKEW é o texto definitivo do construcionismo russelliano.

2.2 O uso da palavra “*lógico*”

Antes de se concentrar em mostrar e esclarecer as mudanças e os avanços que seu novo método de filosofia traz, Russell dedica boa parte do primeiro capítulo para atacar a concorrência, apresentando um exame crítico das outras duas escolas: a tradição clássica e o evolucionismo. Pretendo tornar evidente que o papel de tais ataques é mais do que meramente retórico: a crítica de Russell à “tradição clássica” é valiosa para deixar claro o que ele quer e não quer dizer com *lógica*. A característica distintiva da filosofia nomeada por Russell como “tradição clássica” reside na atribuição de uma capacidade ao raciocínio a priori: a de revelar segredos sobre o universo que não

⁴⁹ Além disso, outro papel de OKEW dentro da filosofia russelliana é de mostrar como Russell mantém e ajusta alguns de seus posicionamentos após as críticas que Wittgenstein faz a TOK.

poderiam ser descobertos de outro modo e a de provar que a realidade é distinta de como a observação direta a apresenta. Essa atribuição de tal capacidade ao raciocínio é o principal obstáculo a uma atitude científica na filosofia. A tradição clássica também tem uma relação de proximidade com a lógica, mas sem desempenhar o que Russell considera sua verdadeira função. Na tradição clássica, a lógica se torna construtiva através da negação:

Quando várias alternativas parecem, à primeira vista, igualmente possíveis, a lógica é usada para condenar todas, exceto uma, que então é declarada como realizada no mundo real. Assim, o mundo é construído por meio da lógica, com pouca ou nenhuma referência à experiência concreta. (OKEW, pp. 5-6)

Paralelamente, a função verdadeira da lógica, como Russell a concebe, será antes analítica que construtiva, de modo que, quando utilizada a priori, prefere apontar a possibilidade de novas alternativas do que assumir a impossibilidade de alternativas que pareciam possíveis no primeiro momento: “A lógica dá asas à imaginação, em relação ao que o mundo *pode ser*, enquanto recusa a legislar sobre o que o mundo *é*” (OKEW, p. 6). A lógica de Russell, mesmo não permitindo um discurso sobre o que o mundo é, ainda permitirá o discurso sobre o que mundo pode ser – sem, portanto, abrir mão de falar sobre o mundo, mesmo em termos gerais. Esse “falar sobre o que o mundo pode ser” se concretiza justamente pela investigação das *possíveis formas dos fatos*, ou, como em SMP, por meio da análise e enumeração das formas dos fatos e das proposições.

Desse modo, Russell segue um caminho semelhante ao que adotou em SMP (cf. SMP, p. 90): tendo excluído o que *não* deve ser parte da filosofia, resta a ele apresentar o que será próprio da filosofia. Esse movimento é feito com a intenção de justificar uma importância e validade da prática filosófica: “O que ela pode fazer [a filosofia], quando depurada de qualquer aspecto prático, é nos ajudar a compreender aspectos gerais do mundo, e analisar logicamente coisas familiares, mas complexas” (OKEW, p.14). Essa preocupação é consequência da concepção russelliana (compartilhada com Frege) que toma a lógica como a ciência mais geral de todas – com o adendo de que, para Russell, como a filosofia se torna equivalente à lógica, ela ocupará essa posição de ciência mais geral.

É na segunda palestra, *Lógica como essência da filosofia*, que Russell defende a tese posta por Landini (2019, p. 240) como o apogeu da filosofia do atomismo lógico. Russell apresenta essa tese do seguinte modo:

Os temas que discutimos em nossa primeira aula, assim como os que discutiremos posteriormente, reduzem-se todos, na medida em que são genuinamente filosóficos, a problemas de lógica. Isso não ocorre por acaso, mas pelo fato de que todo problema filosófico, quando submetido à análise e depuração necessárias, revela-se ou não realmente filosófico, ou então, no sentido em que estamos empregando a palavra, “lógico”. (OKEW, p. 26)

A questão, portanto, e novamente, é entender como Russell está usando a palavra “lógico”. Ele aponta que a primeira expansão do escopo da lógica será posta pelo método indutivo utilizado por Bacon e Galileu. Ver o que Russell tem a dizer sobre o método indutivo é

importante para ressaltar como ele concebe a prática de uma teoria científica. Nesse sentido, a indução é essencial enquanto método investigativo, mas ainda é insuficiente para a ciência alcançar a maturidade. Desse modo, Russell chega a sugerir que ela pode sumir do método quando a ciência chegar em sua “forma final aperfeiçoada, na qual tudo parece ser dedutivo” ou “se manter meramente como um dos princípios de acordo com qual deduções são efetuadas” (OKEW, p. 27).

Ainda assim, a questão da validade da indução é de extrema importância para Russell – tal princípio é responsável pela expansão de nosso conhecimento empírico. Sem ele, deveríamos nos limitar ao conhecimento dos *sense data*. Isso leva Russell a se perguntar o que é esse princípio. Ele faz alusão à resposta de Mill, que aponta que o princípio de indução depende da *lei da causalidade*. Porém, como estamos autorizados a crer em tal lei? Ela será provada, de acordo com Mill, por um processo nomeado de *indução por enumeração simples*, que “consiste em atribuir a natureza de verdades gerais a todas as proposições que são verdadeiras em toda instância que nós conhecemos” (Mill *apud* Russell, OKEW, p. 28). O processo de indução por enumeração simples, porém, é admitido falho, mas sua falha será inversamente proporcional a sua generalização; ele é “ilusório e insuficiente, exatamente na proporção em que o assunto observado é específico e limitado em extensão” (OKEW, p. 28) – mas isso não é suficiente. Do modo que Mill a expõe, a enumeração simples não pode ser tomada como um método de prova válido. Para resolver isso, Russell adiciona a cláusula (apesar de todas as complicações que ela pode causar) de *probabilidade* e chega ao seguinte enunciado para a causalidade:

Teremos que dizer algo como isto: cada vez que uma proposição se mostra verdadeira, aumenta a probabilidade de que ela também seja verdadeira em um novo caso, e um número suficiente de casos favoráveis, na ausência de casos contrários, fará com que a probabilidade da verdade de um novo caso se aproxime indefinidamente da certeza. (OKEW, p. 29)

Aqui, como faz em *Problems of Philosophy* (cf. POP, VI, VII, pp. 56-70), Russell defende que, posta desse modo, a lei da indução terá um valor similar ao de um princípio a priori, o qual devemos aceitar, pois não somos capazes de prová-lo através da experiência por si só. Isso se deve ao fato de que, sem ele, é impossível justificar as inferências feitas com base na experiência, assim como por não sermos capazes de refutá-lo pela experiência devido à cláusula da probabilidade. A indução, portanto, passa a ser um exemplo do que *pode ser* um princípio lógico.

A segunda expansão da lógica que estava sendo desenvolvida é a lógica matemática. Russell aponta que tal desenvolvimento parte de Boole, “mas o primeiro avanço sério parte de Peano e Frege” (OKEW, p. 32), e ambos chegaram em seus resultados lógicos através de uma análise da matemática. Os desenvolvimentos da lógica matemática não são tão importantes para a filosofia quanto sua fundação, embora nos forneçam indiretamente muitas ferramentas para filosofar. Tais desenvolvimentos “nos permitem lidar com facilidade com conceitos mais abstratos que o discurso verbal pode somente enumerar” (OKEW, p. 33). Porém, o que Russell coloca como central – pretendendo igualar seu uso da palavra “lógico” – são as fundações filosóficas dessa lógica matemática. Tais fundações se encontram, em

especial, na noção de *forma*, que leva Russell a uma apresentação sintática de elementos lógicos formais.

Russell inicia a apresentação enfatizando que em todas as proposições e inferências existe uma forma – a forma não será um constituinte da proposição, mas como os constituintes são agrupados, e ela será o objeto próprio da lógica filosófica (OKEW, p. 34). Isso, porém, entrará em conflito com o princípio epistemológico de Russell para compreender uma proposição: ter *acquaintance* com seus constituintes. Se a forma não é um constituinte da proposição, torna-se necessário um princípio epistemológico que a leve em consideração ao ditar o que é necessário para a entender uma proposição. Em OKEW, Russell apresentará tal princípio epistemológico em uma versão que parece ter ciência dessas questões, adicionando a necessidade do conhecimento de uma instância particular da forma da sentença:

Para compreender uma sentença, é necessário ter conhecimento tanto de seus constituintes quanto da instância particular da forma. É assim que uma sentença transmite informação, pois nos diz que certos objetos conhecidos estão relacionados de acordo com uma determinada forma conhecida. Dessa maneira, algum tipo de conhecimento das formas lógicas – ainda que, para a maioria das pessoas, esse conhecimento não seja explícito – está presente em toda compreensão do discurso. Cabe à lógica filosófica extrair esse conhecimento de seus invólucros concretos e torná-lo explícito e puro. (OKEW, p. 35)

Ter conhecimento tanto dos constituintes quanto de uma instância particular de sua forma, mesmo sendo necessário para compreender a proposição, não é a mesma coisa que entender qual é o sentido de tal proposição. É preciso de mais uma cláusula ao critério que o torne capaz de distinguir o juízo de que “Sócrates precede Platão” do juízo de que “Platão precede Sócrates”. Hylton (1990, p. 344) faz bem em notar que o próprio Russell tem ciência que o problema acerca da ordem dos constituintes da proposição não é solucionado através da noção de forma.

Tais dificuldades envolvidas na formulação de Russell de um critério de entendimento de uma proposição estão intrinsecamente relacionadas às dificuldades de uma teoria do juízo. É desse modo que, em toda apresentação de Russell de uma teoria do juízo, o que está em questão é o entendimento (Hylton, 1990, p. 335). Em POP, por exemplo, Russell apresenta duas maneiras pelas quais se pode conhecer um fato complexo:

(1) por meio de um juízo, no qual suas diversas partes são julgadas como estando relacionadas da mesma forma que de fato estão; (2) por meio do conhecimento direto do próprio fato complexo [...]. O primeiro modo [...] nos fornece separadamente as partes e a relação, exigindo apenas a realidade das partes e da relação: a relação pode não relacionar essas partes daquela maneira, e ainda assim o juízo pode ocorrer. (POP, p. 79)

Ainda em POP, Russell apresenta uma teoria do juízo que toma um juízo como uma relação entre a mente e vários objetos relacionados que ocorrem separadamente. Ele afirma: “Um ato de uma crença ou de juízo é a ocorrência entre certos termos em um tempo

determinado da relação de acreditar ou julgar” (POP, p. 73). E prossegue: “Quando ocorre um ato de acreditar, existe um complexo no qual ‘acreditar’ é a relação unitiva, e o sujeito e os objetos são colocados numa certa ordem por meio do ‘sentido’ da relação de acreditar”(POP, p. 74). Como mencionei, a instância particular de uma forma, ao relacionar objetos de certa maneira, o faz através de uma ordem específica, ou seja, uma relação de direção entre os constituintes. Portanto, seria necessário acrescentar ao princípio a necessidade do conhecimento dessa ordem para a compreensão da proposição.

Russell, em TOK, pretendia apresentar uma teoria do juízo que desse conta de tais problemas, mas a obra foi descontinuada devido às críticas feitas por Wittgenstein. As seguintes cartas de Wittgenstein a Russell compõem os principais indicativos de qual seria a crítica wittgensteiniana:

Agora posso expressar minha objeção à sua teoria do juízo com precisão: acredito que é óbvio que, a partir da proposição “A julga que (digamos) a está na relação R com b”, se corretamente analisada, a proposição “ $aRb \vee \sim aRb$ ” deve seguir-se diretamente, sem a necessidade de qualquer outra premissa. Essa condição não é satisfeita por sua teoria. (LD 14, p. 40)

Lamento muito saber que minha objeção à sua teoria do juízo o paralisa. Creio que ela só pode ser superada por uma teoria correta das proposições. (LD 17, p. 42)

Como Stern (2018, p. 122) aponta, intérpretes costumam também levar duas passagens de *Notes On Logic* como complementares à objeção presente nas cartas⁵⁰:

A teoria correta do juízo deve tornar impossível julgar um contrassenso. (NL, p. 95)

Toda teoria do juízo correta deve tornar impossível que eu julgue que esta mesa porta-canetas o livro. A teoria de Russell não satisfaz esse requisito. (NL, p. 103)

Tendo noção de tais críticas, Russell não renuncia à ideia de que a teoria do juízo é um dos problemas cruciais que a filosofia deve lidar para obter progresso passo a passo. Em OKEW, Russell advoga por uma teoria do juízo múltiplo quando introduz relações ao “inventário das formas lógicas dos fatos” – já que uma teoria do juízo múltiplo seria necessária para lidar com a complexidade das relações entre as coisas do mundo. As relações fazem parte do inventário da *nova lógica*, uma adição que só teria sido possível devido uma adequada investigação das formas lógicas.

Primeiramente, diante da necessidade de conhecer uma instância particular da forma da proposição, Russell atribui uma tarefa à lógica filosófica: extrair o conhecimento de formas lógicas que não está explícito e torná-lo explícito e puro (OKEW, p. 35). Essa tarefa também deve ser feita de modo a lidar com “implicações completamente gerais e puramente formais” (OKEW, p. 36). Para ilustrar essa tarefa, Russell apresenta o que chama de forma geral da inferência: “Se uma coisa tem uma certa propriedade, e tudo o que tem

⁵⁰ Para uma análise enfocada das críticas de Wittengenstein, Cf. Wahl, 2019 e Stern, 2018.

essa propriedade tem uma certa outra propriedade, então a coisa em questão também tem essa outra propriedade” (OKEW, p. 35).

Porém, a lógica deve, antes de tratar da inferência, considerar formas de proposições mais simples, as quais são pressupostas pela inferência. É nisso que a nova lógica se mostrará superior à lógica tradicional, que sustentava haver somente uma forma simples de proposição: a forma sujeito-predicado. A nova lógica, além da forma sujeito-predicado, precisa assumir também relações, isto é, “se compromissar com a realidade de tais relações – de modo que elas não possam ser reduzidas a propriedades” (OKEW, p. 38). Tais relações podem ter qualquer número de termos e podem variar entre dois grupos de classificações – primeiro, entre simétricas, não simétricas e assimétricas; e segundo, entre transitivas, intransitivas e meramente não transitivas (cf. OKEW, p. 38). Das relações derivam-se numerosos problemas filosóficos que serão de maior importância para Russell ao longo de grande parte de seus empreendimentos filosóficos. Nesse período, entre 1912 a 1914, o problema das relações, em especial das relações assimétricas, está ainda mais latente para Russell (parte da razão disso pode ser vinculada às críticas de Wittgenstein – pretendo adentrar nessa discussão mais adiante; por ora, Cf. Ricketts, 1996). As palavras de Russell evidenciam a iminência desse problema:

As relações assimétricas estão envolvidas em todas as séries – no espaço e no tempo, maior e menor, todo e parte, e muitas outras das características mais importantes do mundo real. Em todos esses aspectos, portanto, a lógica que reduz tudo a sujeitos e predicados é obrigada a condenar como erro e mera aparência. Para aqueles cuja lógica não é maliciosa, tal condenação generalizada parece impossível. E, de fato, não há razão, exceto o preconceito,

até onde posso descobrir, para negar a realidade das relações. Uma vez que sua realidade é admitida, todos os fundamentos lógicos para supor que o mundo dos sentidos seja ilusório desaparecem. Se isso for suposto, deve ser de forma franca e simples, com base em uma visão mística sem apoio em argumentos. É impossível argumentar contra o que se pretende ser visão, desde que não se argumente em seu próprio favor. Como lógicos, portanto, podemos admitir a possibilidade do mundo do místico, enquanto ainda, enquanto não tivermos sua visão, devemos continuar a estudar o mundo cotidiano com o qual estamos familiarizados. Mas, quando ele contende que o nosso mundo é impossível, então nossa lógica está pronta para repelir seu ataque. *E o primeiro passo na criação da lógica que deve desempenhar esse serviço é o reconhecimento da realidade das relações.* (OKEW, p. 40, destaque meu)

Ressalto que aqui, como em SMP, Russell – muito motivado pelo desejo de manter nossas intuições cotidianas – busca explicar a atribuição dos predicados “verdadeiro” e “falso” a um juízo a partir da relação de correspondência (ou não) desse com algum fato. O mundo consiste em muitas coisas com qualidades e relações – afirmar que determinada coisa tem determinada qualidade, ou que certas coisas têm certa relação, é dizer o que Russell chama de *fato*. Os constituintes dos fatos, portanto, serão coisas, qualidades e relações: “Quando dizemos que há relações com mais de dois termos, queremos dizer que há fatos que consistem em uma só relação e mais de duas coisas” (OKEW, p. 41). Esse ponto evidencia que os problemas filosóficos provenientes das relações são também proeminentes do já

mencionado problema com que Russell se depara ao mudar de uma metafísica de proposições para uma metafísica de fatos.

Russell explicará com mais clareza o que tem em mente ao dizer, em SMP, que uma das tarefas do método científico na filosofia consiste na investigação da forma lógica dos fatos:

Mas, para explicar exatamente como elas diferem das relações entre dois termos, devemos iniciar uma classificação das formas lógicas dos fatos, que é a primeira tarefa da lógica, e a tarefa em que a lógica tradicional tem sido mais deficiente. (OKEW, p. 41)

Desse modo, Russell passa a um esforço de classificar tais formas lógicas dos fatos: um fato nunca será uma das coisas simples no mundo; ele será uma certa coisa que tem uma qualidade ou relação; e, dado um fato, sempre haverá uma asserção para expressá-lo (OKEW, p. 42). Tal asserção poderá ser verdadeira ou falsa. Uma proposição será algo cujo significado pode ser negado ou afirmado (OKEW, p. 41). A proposição que expressa um fato será a proposição atômica. Portanto, os fatos atômicos serão os que determinam se uma proposição atômica deve ser afirmada ou negada (ou seja, se deve receber o predicado “verdadeiro” ou “falso”). Os fatos atômicos não podem ser inferidos de um grupo de premissas em que nenhuma é um fato atômico – isso faz necessário que, para haver a possibilidade de conhecer fatos atômicos, alguns devem ser conhecidos sem inferência: esses serão os fatos da percepção sensorial. E nisso Russell está justificando seu comprometimento com uma epistemologia de *sense-data*.

Diferentemente de POP, em OKEW Russell não menciona o que é necessário para a possibilidade do conhecimento de fatos complexos. Isto é, ele não busca desenvolver o problema de – e nem apresentar – uma teoria do juízo, se limitando a fazer uma breve contextualização do problema:

O caso do juízo exige a admissão de formas mais complicadas. Se todos os juízos fossem verdadeiros, poderíamos supor que um juízo consistisse na apreensão de um fato, e que a apreensão fosse uma relação da mente com o fato. Devido à pobreza no inventário lógico, essa visão frequentemente foi sustentada. Mas ela leva a dificuldades absolutamente insolúveis no caso de erro. Suponha que eu acredite que Carlos I morreu em sua cama. Não há um fato objetivo “a morte de Carlos I em sua cama” ao qual eu possa ter uma relação de apreensão. Carlos I, a morte e sua cama são objetivos, mas não estão, exceto em meu pensamento, combinados como minha falsa crença supõe. É, portanto, necessário, ao analisar uma crença, buscar alguma outra forma lógica que não uma relação de dois termos. A falha em perceber essa necessidade tem, na minha opinião, viciado quase tudo o que foi escrito até agora sobre a teoria do conhecimento, tornando o problema do erro insolúvel e a diferença entre crença e percepção inexplicável. (OKEW, p. 47)

Assim, uma teoria do juízo múltiplo é ainda um problema atrelado à investigação das formas lógicas dos fatos (Russell parece seguir um caminho distinto do que Wittgenstein, em LD 17, p. 42, propõe ao afirmar que os problemas de sua teoria do juízo somente seriam resolvidos por meio de uma teoria correta de proposições).

Wahl (2019, p. 144) se admite confuso a respeito dessa questão, pois Russell, mesmo não desenvolvendo mais sua teoria do juízo de relação múltipla, insiste que o juízo demanda a admissão de formas mais complicadas que uma relação dual. De fato, a favor de Russell, em OKEW não há menção alguma de que o juízo deva ser tomado como uma relação – somente que deve ser compreendido como uma forma lógica mais complexa que a relação de dois termos. Faz-se necessário, então, uma contínua investigação acerca das formas lógicas dos fatos.

Da investigação das formas lógicas dos fatos se extrai um “adequado inventário de formas lógicas”. Entretanto, em lógica pura, nenhum fato é mencionado: nós nos atemos à forma e prosseguimos sem buscar preenchê-las. A consequência disso é que Russell se compromete com uma “experiência lógica”, com a necessidade de uma relação de *acquaintance* com as formas lógicas. As próprias formas precisarão ser fatos com os quais temos *acquaintance*; e a verdade de tais fatos deve ser pressuposta para compreensão de outros fatos. Russell é direto quanto a isso em TOK:

Acho que pode ser demonstrado que o conhecimento da forma lógica está envolvido antes mesmo de começarmos a pensar explicitamente sobre lógica; na verdade, assim que conseguimos entender uma sentença. Suponhamos que estamos familiarizados com Sócrates, com Platão e com a relação “precede”, mas não com o complexo “Sócrates precede Platão”. Agora, suponha que alguém nos diga que Sócrates precede Platão. Como sabemos o que ele quer dizer? É claro que a afirmação dele não nos dá o conhecimento do complexo “Sócrates precede Platão”. O que entendemos é que Sócrates, Platão e “precede” estão

unidos em um complexo da forma “xRy”, onde Sócrates ocupa o lugar de x e Platão ocupa o lugar de y. (TOK, p. 99)

Como mencionado anteriormente, essa posição já estava presente em AR, primeira apresentação da filosofia de Russell como filosofia do atomismo lógico. Em AR, os átomos lógicos são compostos por particulares e universais. Enquanto os particulares são análogos aos *sense-data*, os universais correspondem a conceitos. Russell assume uma posição realista em relação a ambos: nem *sense-data* nem conceitos dependem da mente que os conhece (AR, p. 133). Isso faz com que os ditos “conceitos universais” (que aqui aparentemente ainda não eram tratados por Russell como compostos pelo “inventário de formas lógicas” – embora logo o fossem: cf. POP, cap. 10, p. 58) tenham, reconhecidamente, um estatuto análogo ao de uma ideia platônica.

Engelmann (2021) indica como a ideia de uma experiência lógica afeta a soberania da lógica e introduz em Russell um misticismo:

No entanto, [...] em última instância, todo o nosso conhecimento está fundamentado no “conhecimento intuitivo” da familiaridade com os “dados duros”: dados sensoriais, universais e princípios, de acordo com vários graus de autoevidência (Russell, 1912: 149; 1914a: 77). Uma “experiência lógica” fundamenta a lógica de Russell. Assim, há uma tensão na ideia de Russell sobre os “limites do conhecimento”, pois seus “dados duros” lembram o “conhecimento intuitivo” místico, apesar de sua ressalva de que apenas a sensação “fornece novos dados” (1914a: 36). (Engelmann, 2021, p. 63, referências do autor)

Já em OKEW, Russell se mostra mais avesso a tal forma de platonismo. *Acquaintance* busca ser uma relação limitada ao nosso conhecimento direto com o que é dado nos sentidos (cf. OKEW, pp. 51 e 118). Entretanto, como Hylton (1990, p. 332) aponta, as doutrinas do livro ainda demandam o *acquaintance* com objetos que não podem ser confirmados empiricamente – formas lógicas, por exemplo. Hylton comenta sobre o caráter distinto que juízos sem conteúdo, isto é, juízos que expressam formas lógicas, terão em relação aos outros juízos:

Crucial para a visão de Russell sobre nossa compreensão das proposições sem constituintes (ou seja, proposições adequadas para expressar formas) é a afirmação de que a dualidade entre verdade e falsidade não se aplica a elas; todas essas proposições são verdadeiras. Além disso, é apenas porque elas são verdadeiras que podemos compreendê-las, pois aqui a compreensão é uma relação dual entre o julgador e o fato; se não houvesse um fato, não haveria compreensão, mas como há um fato, a proposição é verdadeira [...].

Os juízos sem constituintes só podem ser feitos sob circunstâncias que garantem sua verdade. Para esse caso especial, julgar sempre exige familiaridade com o fato que torna o juízo verdadeiro, pois apenas tal familiaridade torna o juízo possível. (Hylton, 1990, pp. 347-348)

Em TOK, além de *acquaintance* com formas lógicas, Russell também advogará por um *acquaintance* com as constantes lógicas presentes em proposições moleculares:

Além das formas dos complexos atômicos, existem muitos outros objetos lógicos que estão envolvidos na formação de complexos não atômicos. Palavras como *ou*, *não*, *todo*, *algum*, claramente envolvem noções lógicas; e como podemos usar essas palavras de forma inteligente, devemos estar familiarizados com os objetos lógicos envolvidos. Mas a dificuldade de isolamento aqui é muito grande, e eu não sei ao certo quais realmente são os objetos lógicos envolvidos. (TOK, p. 99)

Em OKEW, proposições moleculares – aquelas que possuem conjunções lógicas (*se*, *ou*, *e*, *etc.*) – serão de interesse da lógica, pois é a partir delas que ocorrem as inferências. Porém, em OKEW, diferentemente de TOK, Russell não admite mais que constantes lógicas são entidades:

“Constantes lógicas”, em resumo, não são entidades; as palavras que as expressam não são nomes e não podem ser significativamente transformadas em sujeitos lógicos, exceto quando são as próprias palavras, em oposição aos seus significados, que estão sendo discutidas. (OKEW, p. 168)

O fato de que, em OKEW – diferentemente de TOK –, Russell busca sustentar que há *acquaintance* apenas com objetos do sentido e que constantes lógicas não são entidades ajuda a fundamentar a ideia de Landini de que OKEW substituiria TOK como uma sequência de POP. Isso colabora também com o comentário de Wahl (2019, p. 127), segundo o qual Russell, ao falar que as breves discussões em lógica pura presentes nas palestras de OKEW provêm de contribuições de

descobertas ainda não publicadas de seu amigo Wittgenstein, tem em mente NL⁵¹.

As proposições gerais, por exemplo, “todo homem é mortal” ou “todos os triângulos equiláteros são equiângulos”, apresentam a complexidade de que, quando verdadeiras, serão assim ou por autoevidência ou por serem derivadas de outras verdades gerais. Por essa razão, se há qualquer conhecimento de uma verdade geral, deve haver algum conhecimento de verdades gerais que seja independente da evidência empírica (OKEW, p. 45). Assim, fazem-se necessárias proposições gerais de verdade autoevidentes. É na lógica pura que encontramos tais proposições gerais, autoevidentes e, conseqüentemente, puramente formais.

Esse conhecimento geral pode ser encontrado na lógica [...]. A proposição correspondente na lógica pura é: “Se algo tem uma certa propriedade, e tudo o que tem essa propriedade tem uma certa outra propriedade, então a coisa em questão tem a outra propriedade”. Essa proposição é absolutamente geral: aplica-se a todas as coisas e a todas as propriedades. (OKEW, p. 46)

Russell, similarmente como faz em SMP, porém de modo ainda mais sucinto, indica novamente que a lógica pode se dividir em duas partes: “Uma que consiste em proposições completamente gerais, que asserem a verdade de todas as proposições de certas formas” (OKEW, p. 47) – essa parte se fundirá à matemática pura – ; e outra que

⁵¹ Em NL, Wittgenstein dirá: “Proposições moleculares não contêm nada além do que está contido em seus átomos; elas não adicionam nenhuma informação material além daquela contida em seus átomos” (NL, p. 100).

“investiga o que são proposições e que formas elas podem ter; essa parte enumera os diferentes tipos de proposições atômicas, de proposições moleculares, de proposições gerais” (Idem). Essa parte, que meramente enumera formas, é a mais difícil e a mais importante filosoficamente e, dando ênfase às palavras de Russell, “é o progresso recente nessa parte, mais que qualquer coisa, que permitiu uma discussão verdadeiramente científica de muitos problemas filosóficos” (OKEW, p. 45). Hylton destaca o caráter geral da lógica como tomada por Russell:

Em particular, a lógica consiste nas proposições verdadeiras que contêm apenas constantes lógicas e variáveis; as variáveis, como veremos, devem ser irrestritas, ou seja, abranger tudo [...].

Na concepção de Russell sobre lógica, como já mencionei, não há questão de especificarmos o que as variáveis devem abranger; elas abrangem tudo. Assim, faz parte de sua concepção que não há espaço para a especificação de um universo de discurso [...]. Assim, as proposições da lógica são totalmente gerais: elas contêm variáveis, e as variáveis abrangem tudo. (Hylton, 1990, pp. 200-201)

Essa concepção de Russell elimina a necessidade de especificar um “universo de discurso” ao lidar com proposições lógicas. Ele enfatiza que as variáveis devem ser irrestritas, podendo abranger tudo, sem limitações. Em outras palavras, as proposições lógicas são completamente gerais, pois suas variáveis não têm limites em termos do que podem abranger. Essa concepção acerca das proposições da lógica é fundamental para sua aplicação na fundamentação de

diversas áreas do conhecimento, pois não restringe as possibilidades de interpretação. Dedico-me mais a esse aspecto em 2.5.

Cito novamente a tese de Russell em OKEW que, segundo Landini (2019), marcaria o apogeu da filosofia do atomismo lógico:

Os temas que discutimos em nossa primeira aula, assim como os que discutiremos posteriormente, reduzem-se todos, na medida em que são genuinamente filosóficos, a problemas de lógica. Isso não ocorre por acaso, mas pelo fato de que todo problema filosófico, quando submetido à análise e depuração necessárias, revela-se ou não realmente filosófico, ou então, no sentido em que estamos empregando a palavra, lógico. (OKEW, p. 26)

Delonguei-me em mostrar em que sentido Russell está usando a palavra “lógico” [*logical*] e quais problemas ele enfrenta com esse uso. Russell segmenta a *nova lógica* em duas partes i) uma que consiste em proposições completamente gerais, autoevidentes, e que asserem a verdade de tudo – essa será a lógica matemática; ii) uma que, através de uma investigação da forma dos fatos e das proposições, enumera e constrói um inventário adequado de formas lógicas. A ideia de inventário reaparece em PLA: “Eu acho que se poderia descrever a lógica filosófica [...] como um inventário, ou se você preferir uma palavra mais humilde, como um ‘zoológico’ contendo todas as diferentes formas que os fatos podem ter” (PLA, p. 47). Por fim, minha delonga nesse aspecto é justificada pelo fato de que tal inventário é o que permite a introdução do método científico de se filosofar:

E onde uma solução parece possível, a nova lógica fornece um método que nos permite obter resultados que não

apenas incorporam idiossincrasias pessoais, mas devem obter o assentimento de todos aqueles que são competentes para formar uma opinião. (OKEW, p. 48)

Os problemas da filosofia resultarão em problemas lógicos, pois a “análise necessária” (OKEW, p. 26) à qual eles serão sujeitados é uma análise lógica, que faz uso do inventário de formas lógicas, demonstrando que a fundação de tais problemas parte de questões lógicas. A seguir, investigo como Russell compreende uma teoria científica, de modo a esclarecer por que a análise lógica é o que permite à filosofia mimetizar a capacidade mais valiosa das teorias científicas: a capacidade de progresso passo a passo.

2.3 O valor de uma teoria científica

É, então, a análise lógica e o inventário de formas lógicas que permitem a introdução do método científico na filosofia. Russell é explícito quanto a isso:

Ao mesmo tempo, e como um auxílio essencial à percepção direta da verdade, é necessário desenvolver fertilidade na imaginação de hipóteses abstratas. Isso é, creio eu, o que mais tem faltado até agora à filosofia [...]. É dessa forma que o estudo da lógica se torna o estudo central da filosofia: *ele fornece o método de investigação na filosofia, assim como a matemática fornece o método na física*. E assim como a física, que, de Platão ao

Renascimento, foi tão estagnada, obscura e supersticiosa quanto a filosofia, tornou-se uma ciência por meio da nova observação dos fatos feita por Galileu e da subsequente manipulação matemática, da mesma forma a filosofia, em nossa época, está se tornando científica por meio da aquisição simultânea de novos fatos e métodos lógicos. (OKEW, p. 193, destaque meu)

Disso ressalto que o método científico na filosofia é um espelhamento do – e não o – método científico propriamente dito: a lógica dá o método de pesquisa em filosofia, enquanto a matemática dá o método na física. A razão pela qual o método científico de se filosofar recebe esse nome certamente não será por fazer com que a filosofia atue como uma ciência natural, mas por permitir que ela obtenha progresso através das mesmas capacidades que a ciência tem devido ao seu método. Assim, para compreender a atribuição de tal título ao método, é preciso compreender quais capacidades da ciência são valiosas para Russell e como a análise fornece à filosofia tais capacidades.

Russell, ao se dedicar a um exame crítico da segunda tendência filosófica concorrente ao atomismo lógico – o evolucionismo –, nos fornece caminhos para evidenciar qual o valor que atribui a um trabalho científico. O evolucionismo aparece como uma alternativa à tradição clássica, embora não seja a alternativa adequada. Russell (OKEW, p. 8) vê que o evolucionismo se considera firmemente baseado na ciência, “um libertador das esperanças, capaz de revigorar a fé no poder do homem”, mas aponta que tudo isso não passa de um ardor característico de uma juventude que ainda não teria alcançado a maturidade. Os problemas que constituem o evolucionismo são práticos e especializados demais para tratarem de questões

genuinamente filosóficas (OKEW, p. 12). Além disso, sob a influência da teoria evolucionista darwiniana, ele cai sob uma visão de progresso demasiadamente antropocêntrica para ser mesmo uma filosofia científica. O evolucionista deve ser lembrado que a biologia não é a única ciência, e nem sequer é o modelo ao qual as outras ciências devem se adaptar (OKEW, p. 8). Uma filosofia verdadeiramente científica deverá se inspirar em uma disciplina mais severa, mas ainda “deve consistir em proposições que não ocorrem em outras ciências” (OKEW, p. 13).

Russell, ao narrar o processo de obtenção dos *data*, isto é, o corpo de conhecimento comum a partir do qual a investigação de todo problema filosófico deve começar, menciona uma definição da física junto a uma capacidade que ela possui:

Primeiro, há nossa familiaridade [*acquaintance*] com objetos particulares da vida cotidiana – móveis, casas, cidades, outras pessoas e assim por diante. Em seguida, há a extensão desse conhecimento particular para coisas específicas fora de nossa experiência pessoal, por meio da história, da geografia, dos jornais etc. E, por fim, há a sistematização de todo esse conhecimento sobre particulares por meio da ciência física, que adquire uma imensa força persuasiva devido ao seu surpreendente poder de prever o futuro. (OKEW, pp. 51-52)

Russell aqui toma a física como a sistematização de todo o conhecimento de particulares – e associa a isso uma capacidade de prever o futuro. Porém essa é uma capacidade que resulta em proposições e, como mencionado, a filosofia não deve consistir em proposições de outras ciências:

O conhecimento sobre o futuro – que é o tipo de conhecimento que deve ser buscado se quisermos saber sobre o destino humano – é possível dentro de certos limites estreitos. É impossível dizer até que ponto esses limites podem ser ampliados com o progresso da ciência. Mas o que é evidente é que qualquer proposição sobre o futuro pertence, pelo seu próprio tema, a alguma ciência específica e, se for verificável, deve sê-lo pelos métodos dessa ciência. A filosofia não é um atalho para alcançar os mesmos resultados que as outras ciências: se pretende ser um estudo genuíno, deve ter um domínio próprio e buscar resultados que as demais ciências não possam nem provar nem refutar. (OKEW, p. 13)

As proposições da ciência, por sua vez, devem se limitar ou a ser puramente descritivas, ou a expressar uma lei geral que dita como um fenômeno ocorre:

E se a pergunta “por quê?” significa algo além da busca por uma lei geral segundo a qual um fenômeno ocorre, então é certo que essa questão não pode ser respondida pela física e não deveria ser formulada. (OKEW, p. 180)

Para evidenciar o valor que Russell estaria atribuindo a uma teoria científica, retomo a máxima apresentada em RSDP que a filosofia orientada pela ciência deve seguir: “Sempre que possível, as entidades inferidas devem ser substituídas por construções lógicas” (RSDP, p. 125). Essa máxima, exposta de tal forma, se assemelha ao modo como Russell, em PLA (p. 112), tendo admitido que navalha de Occam perpassa por toda sua exposição até ali, narra a atuação dela:

Você descobre que algo estabelecido como uma entidade metafísica pode ser assumido dogmaticamente como real, mas, nesse caso, não haverá qualquer argumento possível nem a favor nem contra sua realidade. Ou, em vez disso, você pode construir uma ficção lógica com as mesmas propriedades formais – ou, mais precisamente, com propriedades formalmente análogas às da suposta entidade metafísica – e composta de elementos empiricamente dados. Essa ficção lógica pode então ser substituída pela entidade metafísica suposta, cumprindo todos os propósitos científicos que se possa desejar. (PLA, p. 113)

As entidades inferidas de RSDP serão equivalentes às entidades metafísicas de PLA:

Por entidades metafísicas, refiro-me àquelas coisas que se supõe serem parte dos constituintes últimos do mundo, mas que não são do tipo de coisa que jamais é empiricamente dada – não digo apenas que não são elas mesmas empiricamente dadas, mas que não são do tipo de coisa que é empiricamente dada. (PLA, p. 113)

Em OKEW, Russell será claro acerca do papel da navalha enquanto máxima que inspira o filosofar científico:

[...] um exemplo do princípio que inspira toda a filosofia científica, a chamada “Navalha de Occam”: entidades não devem ser multiplicadas sem necessidade. Em outras palavras, ao lidar com qualquer assunto, descubra quais entidades estão inegavelmente envolvidas e expresse tudo em termos dessas entidades. (OKEW, p. 85)

É possível, portanto, estabelecer certa relação de transitividade entre o modo como Russell toma a navalha de Occam e o valor que ele atribui a uma obra científica. Nesse sentido, para entender o valor que Russell atribui a uma obra científica, torna-se necessário entender o valor que ele atribui ao lema de Occam. Para isso, é conveniente retomar a discussão com Levine (2018), na qual apresentei a divisão que este propõe entre análise mooreana e análise pós-peano, sendo a segunda caracterizada pelo valor central à máxima da navalha de Occam. Como, então, a análise lógica (pós-peano) cumprirá com a máxima de Occam? Russell apresenta a natureza da análise filosófica da seguinte forma:

A natureza da análise filosófica, como ilustrado em nossas palestras anteriores, pode agora ser formulada em termos gerais. Partimos de um corpo de conhecimento comum, que constitui nossos dados. Ao examiná-los, descobrimos que são complexos, vagos e, em grande parte, logicamente interdependentes. Por meio da análise, reduzimos esses dados a proposições tão simples e precisas quanto possível e as organizamos em cadeias dedutivas, onde um certo número de proposições iniciais serve como garantia lógica para todas as demais. (OKEW, p. 169)

Reduzir, por meio da análise, os dados complexos e vagos a proposições o mais simples e precisas possível permitirá arranjá-las em cadeias dedutivas, de modo a encontrar as proposições que desempenham o papel de premissas lógicas. Dessas premissas, porém, encontraremos problemas de maior complexidade e abstração:

Os grandes problemas que provocam a investigação filosófica revelam-se, ao serem examinados, complexos e dependentes de vários problemas componentes, geralmente mais abstratos do que aqueles dos quais são compostos. No entanto, apesar da nova possibilidade de progresso na filosofia, *o primeiro efeito, como no caso da física, é reduzir drasticamente a extensão do que se considera conhecido*. Descobre-se, em geral, que todos os nossos dados iniciais, todos os fatos que aparentemente conhecemos desde o começo, padecem de vaguidade, confusão e complexidade. (OKEW, p. 195, destaque meu)

Desse modo, enquanto a “observação de Galileu de novos fatos seguida da manipulação matemática desses” (OKEW, p. 193) permitiu que a física pudesse ver “que tipos de problemas podem ser solucionados, e quais devem ser abandonados” (OKEW, p. 48), será “a aquisição de novos fatos e métodos lógicos” que permitirá à filosofia se tornar mais científica. O resultado disso será a impressão de saber menos coisas – mas estaremos apenas comprometidos com aquilo que é indubitável. Cito Levine:

Ele [Russell] sustenta que a análise começa com sentenças que consideramos obviamente verdadeiras, mas que são “vagas” ou “ambíguas”, e que a tarefa da análise é atribuir significados precisos a essas sentenças para torná-las verdadeiras. Como essas sentenças não possuem um significado definido antes da análise, não se afirma que o significado preciso atribuído corresponde exatamente ao que pretendíamos expressar originalmente [...]. É no contexto de sua concepção de análise pós-Peano que a Navalha de Occam passa a desempenhar um papel central

para Russell. Em particular, ela orienta a escolha entre diferentes formas de tornar precisas as sentenças vagas que iniciam a análise (preservando os valores de verdade que atribuímos a essas sentenças). Entre as análises possíveis, deve-se escolher aquela que implica um compromisso apenas com entidades indubitáveis – ou seja, entidades com as quais temos, ou ao menos podemos ter, familiaridade. E, dentre as análises que consideram apenas entidades indubitáveis, deve-se optar pela mais simples. (Levine, 2018, p. 313)

A navalha de Occam, portanto, nos indica qual dos caminhos devemos tomar ao tornar preciso o significado das sentenças vagas: devemos escolher aquela que envolve o compromisso apenas com entidades indubitáveis. E, entre as análises que consideram apenas entidades indubitáveis, escolher a mais simples.

Ter que nos comprometer somente com as entidades indubitáveis – *os sense-data* e, possivelmente, as constantes lógicas ocuparão esse espaço – impõe à análise, em termos hyltonianos, uma restrição/condição de sucesso: terminar o processo de modo a mostrar que temos *acquaintance* com todo constituinte final da proposição, visto que somente o conhecimento direto é indubitável (cf. POP, p. 26). O fato de haver mais de uma possível análise que nos entrega somente entidades indubitáveis, e destas escolhermos a mais simples, também revela que não há a pressuposição de um isomorfismo entre as sentenças não analisadas e as sentenças que resultarão da análise. Como mencionado, a escolha da análise mais simples também consistirá numa aplicação da navalha Occam. Desse modo, a navalha de Occam será o princípio que dita o que escolher dentre diferentes

maneiras de deixar sentenças vagas mais precisas (Levine, 2018, p. 319).

A alusão à máxima de Occam ocorre novamente em OKEW. Adiante, ao propor a construção do espaço e do tempo em OKEW, sobre a qual tratarei em 2.4, Russell justifica seu uso da navalha da seguinte forma:

Portanto, em conformidade com a Navalha de Occam, devemos nos abster seja de assumir ou de negar pontos e instantes. Isso significa, no que diz respeito à aplicação prática, que adotamos a teoria relacional; pois, na prática, a recusa em assumir pontos e instantes tem o mesmo efeito que a negação dos mesmos. (OKEW, p. 119, destaque meu)

Russell está tomando a navalha de modo que somente evita asserir, mas sem negar a existência de entidades além daquelas utilizadas na construção lógica proposta (Levine, 2018, p. 313). Em PLA, onde Russell faz menção ao seu próprio uso da navalha em OKEW, isso é reforçado:

Quero deixar claro que não estou negando a existência de nada; estou apenas me recusando a afirmá-la. Recuso-me a afirmar a existência de qualquer coisa para a qual não haja evidência, mas igualmente me recuso a negar a existência de qualquer coisa contra a qual não haja evidência. Portanto, nem afirmo nem nego, mas apenas digo que isso não está no campo do cognoscível e certamente não faz parte da física; e a física, se for interpretada, deve ser interpretada em termos de algo que possa ser empírico [...]. O mesmo processo que se aplica à

física aplica-se também a outros campos. A aplicação à física eu expliquei brevemente no meu livro *Sobre o mundo exterior* [*On the External World*], capítulos III e IV. (PLA, p. 115)

Esse uso da navalha – que não nega a existência de entidades para as quais não há evidência – é o que permite a Russell sustentar a existência, em relação à física, de coisas que estão além do “reino do conhecimento” (cf. OKEW, p. 180).

Como Levine (2018, p. 308) aponta, tal uso da máxima de Occam só é possível pela visão que Russell tem da generalidade. Essa visão aparece no modo como Russell aborda as proposições da lógica, como tratei em 2.2. Se, como mencionei, parte da lógica “consiste em proposições completamente gerais, que asserem a verdade de todas as proposições de certas formas” (OKEW, p. 47), é preciso que Russell tome como posição uma generalidade universal irrestrita, em que, como Hylton (1990, p. 201) coloca, por ela não dar espaço para se especificar o universo de discurso, “podemos dizer que o único universo de discurso, na concepção de lógica de Russell, é o universo, o universo atual, composto por tudo que há”. Levine também enfatiza como a visão de quantificação adotada por Russell afeta a sua filosofia:

No entanto, o que permite a Russell levantar a questão sobre a existência de entidades além daquelas com as quais ele está atualmente familiarizado [...] é uma visão da quantificação segundo a qual as entidades sobre as quais uma variável específica em minha linguagem pode variar não estão, em princípio, restritas às entidades com as quais estou atualmente familiarizado e, assim, para Russell, às

entidades que agora estou em posição de nomear. (Levine, 2018, p. 315)

É, portanto, essa visão da generalidade que permite a Russell, primeiramente, ainda trabalhar com a possibilidade da existência de coisas que não possuam evidências, e, em segundo lugar, diga que a “física, se interpretada, deve ser em termos empíricos”.

Wittgenstein, ainda nos NB, mostra ter ciência do uso particular de Russell do lema de Occam: “A navalha de Occam’ não é, naturalmente, uma regra arbitrária ou justificada por seus resultados práticos: o que ela afirma é que unidades notacionais desnecessárias não significam nada” (NB 23.4.15). Essa ênfase também aparecerá em TLP 3.328 e 5.47321. Evidentemente, esse problema terá fortes repercussões na filosofia científica de Russell, visto que esta toma a navalha de Occam como uma máxima a ser seguida. Lido com tal questão no capítulo III.

2.4 A aplicação do método

Meu tratamento de OKEW até então não tem sido síncrono ao de Russell – ao menos não como ele anuncia no prefácio. Russell diz que pretende ilustrar a natureza, capacidades e limitações do método lógico-analítico na filosofia por meio de exemplos (OKEW, p. 9). Eu busquei mostrar que, antes de aplicá-lo, Russell já está apresentando características centrais de seu método e sublimando algumas de suas falhas. Agora passo a abordar como o método aparece, seguindo as pretensões russellianas, através de sua aplicação.

Desse modo, volto para a terceira palestra do livro, na qual Russell executa o que menciona no prefácio: aplicar o método a um problema chave da filosofia. No caso: “Como podemos ter certeza e conhecer o mundo exterior?”. Ele justifica a escolha de tal problema dizendo que é um dentre os muitos caminhos que motivam a filosofia. Além disso, esse problema carrega uma preocupação recorrente que Russell tem com a física: as razões para se acreditar na física dependem de se reconhecer a validade dos dados dos sentidos, pois é através deles que a física se torna verificável. Relembro que os fatos precisam, em última análise, ser inferidos de um fato atômico que não foi inferido. A física, enquanto disciplina que busca falar do mundo – para ser justificada –, precisa de algo que a legitime a falar do mundo além dos dados do sentido (embora esse seja um interesse antes do filósofo do que do físico; ao físico, pouco importa tal legitimação para realizar seu ofício). Nagel (1951, p. 329) indica que “o problema da relação entre os dados puros do sentido e o espaço, tempo e a matéria da física matemática” domina quase que exclusivamente a preocupação de Russell com as ciências positivas. Weitz (1951, p. 102), por sua vez, destaca que a pretensão de Russell de “superar o abismo” que há entre o mundo dos *sense-data* e o mundo da física como central em sua relação com a ciência. Essa também é a preocupação de Russell em RSDP, que nos servirá de apoio. Esse desejo é – como pretendo argumentar adiante – somente mais uma questão que não faz parte dos problemas com os quais os filósofos deveriam se importar. Falta a Russell, portanto, o que Wittgenstein coloca como capacidade que deveria ser central para o filósofo: não se ocupar com questões que não lhe dizem respeito (cf. NB 1.5.15f).

O que me interessa centralmente aqui, porém, não é a razão da escolha desse problema, mas como ocorre a aplicação do método. De

acordo com Russell, o ponto de partida de toda investigação filosófica será um *datum*, isto é, um conhecimento comum, complexo, vago e inexato. Disso poderia ser dito que o dever do filósofo é questionar as crenças frágeis do conhecimento comum e as substituir por crenças mais sólidas. De certa forma, isso será um efeito da análise, mas em outro sentido tal feito é impossível: Russell enfatiza que não há uma camada superfina de conhecimento que possa ser obtida pelo filósofo e que servirá como um ponto de partida para criticar o conhecimento do cotidiano. Desse modo, o que pode ser feito é examinar e purificar nosso conhecimento comum através de uma *investigação interna* (OKEW, p. 52).

Porém, tal escrutínio interno, mesmo cético em certa medida, não pode se comprometer por completo ao ceticismo universal – e não por razão de uma “confiança dogmática, mas pelo seu oposto; não é que o conhecimento comum *deve* ser verdadeiro, mas nós não temos nenhum tipo radicalmente diferente de conhecimento que seja derivado de alguma outra fonte” (OKEW, p. 53). Algo possível de ser feito, porém, é distinguir determinados graus de certeza do conhecimento comum – os conhecimentos derivados das evidências do sentido são os com maior grau de certeza, enquanto os de testemunho e os conhecimentos da ciência têm um grau variante. Os vários graus de certeza ligados a distintos conhecimentos podem, eles próprios, ser encarados como *data*, eles “compõem, junto a outros *data*, o corpo de conhecimento vago, complexo, e inexato que o filósofo tem o dever de analisar” (OKEW, p. 53). Uma análise desses *data* nos mostrará que parte dele é primitivo (em que acreditamos sem a necessidade de nenhuma evidência exterior) e outra parte é derivativo (em que acreditamos por ser inferido, não necessariamente no sentido lógico, de algum outro conhecimento). Russell verá nisso

um entrelaçamento entre lógica e psicologia, já que encontraremos dois tipos distintos de conhecimento primitivos: os logicamente e os psicologicamente primitivos⁵². Esses vão ser independentes um do outro, de forma que muitos de nossos conhecimentos logicamente primitivos serão derivativos em sentido psicológico e vice-versa.

Considerando o pano de fundo em que os *data* podem variar entre graus de certeza, Russell apresenta, de forma explícita, a distinção entre o que chamará de *hard data* e *soft data*:

Somos, assim, levados a uma distinção um tanto vaga entre o que podemos chamar de dados “rígidos” [*hard data*] e dados “tenros” [*soft data*]. Eu entendo por dados “rígidos” aqueles que resistem à influência dissolvente da reflexão crítica e por dados “tenros” aqueles que, sob a operação desse processo, se tornam mais ou menos duvidosos para a nossa mente. (OKEW, p. 56) (cf. NB 1.5.15e)

O *hard data* será aquele cuja certeza sobrevive a reflexão crítica, enquanto o *soft*, ao passar por esse processo, se torna duvidável. O *hard data* será composto, primeiramente, por fatos particulares do sentido e por verdades gerais da lógica:

Os dados mais rígidos entre os rígidos são de dois tipos: os fatos particulares do sentido e as verdades gerais da lógica

⁵² A diferença entre premissas “psicologicamente derivadas” e “logicamente derivadas”, distinção que antecede a distinção entre *hard* e *soft data* em OKEW, aparece já em DPM como uma diferença entre “premissas empíricas” e “premissas lógicas” (DPM, p. 573).

[...] A dúvida genuína, nesses dois casos, creio eu, seria patológica. (OKEW, p. 56) (cf. NB 1.5.15c)

Uma dúvida real acerca desses dois casos, dirá Russell, seria patológica; e, se não assumirmos isso, ficaremos sob perigo de cair em um ceticismo universal, que é infrutífero e irrefutável:

O ceticismo universal, embora logicamente irrefutável, é praticamente estéril; pode, portanto, apenas conferir um certo tom de hesitação às nossas crenças, mas não pode ser usado para substituí-las por outras. (OKEW, p. 53) (cf. NB 1.5.15b)

Devemos, para continuar filosofando, evitar trabalhar com a hipótese cética; portanto, devemos aceitar os fatos particulares do sentido e as verdades gerais da lógica como parte do *data* rígido:

Se quisermos continuar filosofando, devemos reconhecer a hipótese cética e, embora admitamos a elegância concisa de sua filosofia, seguiremos adiante considerando outras hipóteses que, embora talvez não sejam certas, têm pelo menos o mesmo direito ao nosso respeito que a hipótese do cético. (OKEW, p. 56) (cf. NB. 1.5.15d)

Russell enfatiza que a distinção entre o *hard data* e o *soft data* é uma distinção que diz respeito aos graus de certeza – o que já pode indicar um problema que possivelmente resulta em uma regressão ao infinito: tendo em mente que os graus fazem parte do *data* a ser analisado (OKEW, p. 53), onde posicioná-los na distinção entre *hard* e

soft data? De outro modo, qual grau de certeza devemos atribuir a nossos graus de certeza?

É claro que devemos, de alguma forma, tratar como um *hard data* o próprio *status* de *hard data* que atribuímos aos dados sensoriais e às verdades gerais de lógica – afinal, de outro modo cairemos sob o ceticismo. Nesse sentido, devemos também tratar como um *hard data* o *status* de *hard data* que acaba de ser atribuído à atribuição do *status* de *hard data* aos dados sensoriais e às verdades da lógica – e assim por diante. Para evitar essa regressão, poder-se-ia dar outro tratamento que não o de *data* aos graus de certeza que atribuímos aos *data*, mas a consequência última disso seria tornar a distinção algo com o que não se pode trabalhar, já que os *data* são o objeto que o filósofo deve analisar. Russell, parece-me, é impelido a deixar de tratar a certeza que depositamos na distinção entre *hard* e *soft data* como um conhecimento – ao menos, deixar de tratá-la como um conhecimento proposicional, que se pode pôr em dúvida.

Além disso, por mais que seja o oposto do que Russell deseja, tomar a lógica como um *data* faz com que ela seja passível de dúvida como qualquer outro. A lógica deixa de servir como o único caminho para a verdade sobre o mundo e se torna um *data* entre os demais, sendo sua única peculiaridade o fato de que teorias devem levá-la em conta para que as aceitemos (Hylton, 1990, p. 357).

Weitz (1951, p. 106, n. 169) corretamente aponta a distinção entre *hard* e *soft data* como uma instância da aplicação de Russell do método cartesiano, que resultará em uma hierarquia do que é duvidável. Isso é admitido pelo próprio Russell:

Pela prática da dúvida metodológica, se for genuína e prolongada, é induzida uma certa humildade em relação

ao nosso conhecimento: passamos a nos alegrar por saber qualquer coisa em filosofia, por mais trivial que pareça. (OKEW, p. 194)

Em certas passagens de POP e de PLA, ele será ainda mais claro quanto ao uso do método cartesiano (cf. POP, p. 8; PLA, p. 6). Mas, diferentemente de Descartes, Russell não pretende inferir a existência de Deus para não se limitar a viver no mundo do *hard data* e impedir a consequência cética:

Assim, o mundo a partir do qual nossa reconstrução deve começar é muito fragmentário. O melhor que podemos dizer sobre ele é que é ligeiramente mais extenso do que o mundo ao qual Descartes chegou por um processo semelhante, já que aquele mundo continha nada além de si mesmo e de seus pensamentos. (OKEW, p. 58)

Russell, na verdade, não quer inferir nenhuma entidade que não possa ter confirmação empírica. Deve haver uma maneira de sair do mundo fragmentário ao se construir, a partir do nosso próprio *hard data*, a existência de outra coisa. O que Russell pretende então, especialmente na terceira e quarta conferência de OKEW, é uma construção do mundo da física a partir somente dos *hard data* (tenha em mente essa pretensão ao ler NB 1.5.15f), e com isso responder à pergunta primeiramente posta como: “Podemos conhecer a existência de qualquer realidade que é independente de nós mesmos?” (OKEW, p. 58).

Russell, porém, lida com dificuldades em encontrar o modo adequado de colocar tal pergunta⁵³. Primeiramente, ele critica a ambiguidade presente na questão já citada: “Podemos conhecer a existência de qualquer realidade que é independente de nós mesmos?”. Essa formulação sofre de ambiguidade em dois termos: “independente” e “eu” [*self*]⁵⁴. Russell seleciona dois significados de “eu” como mais importantes: i) o sujeito vazio [*bare subject*] que pensa e está consciente sobre os objetos; ii) “todo o conjunto de coisas que necessariamente deixariam de existir se nossas vidas chegassem ao fim” (OKEW, p. 58). Russell toma o sujeito vazio – que “eu” poderia significar – como uma inferência, excluindo-o do âmbito do *data*. Quanto ao outro significado, “eu” demanda um esforço para determinar quais coisas são dependentes de nossas vidas para existir. Assim, ao introduzir a palavra “dependente”, surgem as mesmas ambiguidades já presentes em “independente”.

Ao dizer que algo é “independente” de outro – Russell aponta –, podemos querer significar que é logicamente possível que um exista sem o outro, ou que não há relação causal entre os dois, de modo que um somente ocorra como um efeito do outro. Se tomarmos o primeiro significado, a questão se resolverá com facilidade:

A única maneira, até onde sei, pela qual uma coisa pode ser logicamente dependente de outra é quando essa outra é parte da primeira [...]. Assim, nesse sentido, a questão “podemos conhecer a existência de alguma realidade

⁵³ Ironicamente, tal dificuldade sinaliza uma possível consequência do que é dito por Wittgenstein em NB 1.5.15b. Naturalmente surgirão dificuldades ao se tentar duvidar de algo sobre o qual nenhuma pergunta possa ser feita.

⁵⁴ Russell utiliza “*self*” extraído da palavra “*ourselves*”, presente na forma original de se colocar a pergunta.

independente de nós mesmos?” reduz-se à questão “podemos conhecer a existência de alguma realidade da qual nosso Eu não seja parte?”. Dessa forma, a questão nos remete ao problema de definir o Eu; mas penso que, independentemente da definição adotada para o Eu – mesmo quando considerado apenas como sujeito nu –, ele não pode ser suposto como parte do objeto imediato da sensação. Desse modo, nessa formulação da questão, devemos admitir que podemos conhecer a existência de realidades independentes de nós. (OKEW, p. 59)

Porém, a questão sobre a relação causal será mais problemática:

Para saber que um tipo de coisa é causalmente independente de outra, devemos saber que ela realmente ocorre sem a outra. Agora, é bastante óbvio que, qualquer que seja o significado legítimo que atribuímos ao Eu, nossos pensamentos e sentimentos são causalmente dependentes de nós mesmos, ou seja, não ocorrem quando não há um Eu ao qual pertencem. Mas, no caso dos objetos sensíveis, isso não é óbvio; de fato, como vimos, a visão do senso comum é que tais objetos persistem na ausência de um percipiente. Se isso for verdade, então eles são causalmente independentes de nós; se não, não. Assim, nessa formulação, a questão se reduz à questão de saber se podemos conhecer que os objetos sensíveis, ou quaisquer outros objetos que não sejam nossos próprios pensamentos e sentimentos, existem em momentos nos quais não os estamos percebendo. Essa forma, na qual a difícil palavra “independente” não ocorre mais, é a forma na qual formulamos o problema há pouco. (OKEW, pp. 59-60)

Russell trabalha a questão até que ela se desdobre na possibilidade de sabermos se os *sense-data* persistem enquanto não são percebidos. Assim, é valioso para a compreensão dessa construção do mundo a partir dos *sense-data* e das verdades gerais da lógica ter clareza sobre o que são, de fato, tais *sense-data*. Esse valor se reforça quando lembramos que eles ocuparão o papel de entidades indubitáveis que resultam da análise – e, desse modo, impõem condições de sucesso a ela. Cito RSDP, onde Russell é mais explícito sobre a motivação de resolver o problema da verificabilidade da física que subjaz esse esforço de construir os objetos a partir dos *sense-data*:

Se tais objetos devem ser verificados, isso deve ocorrer unicamente por meio de sua relação com os *sense-data*: eles devem ter algum tipo de correlação com os *sense-data* e devem ser verificáveis apenas por meio dessa correlação. Mas como essa correlação é estabelecida? Uma correlação só pode ser determinada empiricamente quando os objetos correlacionados são constantemente encontrados juntos. (RSDP, p. 117)

Podemos definir os objetos da física em função dos *sense-data*, de modo que, embora a posição padrão e mais intuitiva seja dizer que os *sense-data* são funções dos objetos físicos, somos impelidos a dar a posição contrária:

A física não pode ser considerada como validamente baseada em dados empíricos até que as ondas tenham sido expressas como funções das cores e de outros *sense-data*.

Assim, se a física deve ser verificável, enfrentamos o seguinte problema: a física apresenta os *sense-data* como funções de objetos físicos, mas a verificação só é possível se os objetos físicos puderem ser apresentados como funções dos *sense-data*. Portanto, devemos resolver as equações que expressam os dados sensoriais em termos de objetos físicos, de modo a reformulá-las para expressar os objetos físicos em termos dos *sense-data*. (RSDP, p. 118)

Nesse sentido, Russell passa a descrever as características dos *sense-data*. Há uma dificuldade apontada por ele em decidir o que será considerado um *sense-datum*. Este não corresponde ao todo que é dado aos sentidos de vez, mas sim a uma parte de um todo que pode ser excluída pela atenção: manchas de cor, sons particulares etc. Nós sabemos que os *sense-data* estão lá enquanto são *data*. Tanto em RSDP quanto em OKEW, Russell assume a posição de que os *sense-data* são entidades físicas (RSDP, p. 112; OKEW, p. 69). De outro lado, o fato de eles serem tudo que sabemos diretamente não dá nenhuma pressuposição de que sejam tudo que existe: “Se pudéssemos construir uma metafísica impessoal, independente dos acidentes de nosso conhecimento e de nossa ignorância, a posição privilegiada dos *data* desapareceria” (RSDP, p. 119). Desse modo, enfatiza Russell, a importância especial dos *sense-data* só existe em relação à epistemologia, e não à metafísica.

A física, porém, deve ser reconhecida enquanto metafísica: ela é impessoal e não dedica nenhuma atenção especial ao *sense-data*. Isso fica mais claro quando levamos em consideração o que Russell considera metafísica:

Por “entidades metafísicas” refiro-me àquelas coisas que supostamente fazem parte dos constituintes últimos do mundo, mas que não são do tipo de coisa que é dada empiricamente – não digo apenas que elas próprias não são empiricamente dadas, mas que não são sequer o tipo de coisa que pode ser empiricamente dada. (POP, pp. 113-114)

Russell dá início à sua construção do mundo físico assumindo que não conhece uma solução detalhada para o problema; sua esperança é indicar por meio de quais tipos de método uma solução deve ser procurada, e tornar o problema sensível (OKEW, p. 81). Ele parte de uma breve descrição dos dois mundos contrastados: apesar de ser inferido, o mundo da física nos é mais familiar – ele parte da crença do senso comum em corpos minimamente permanentes e rígidos. A permanência não é necessária para a possibilidade da ciência, mas sua pressuposição nos permite encarar os fenômenos de um modo que concorda com nosso preconceito, dirá Russell (OKEW, p. 82; RSDP, p. 117). Por outro lado, no mundo dos *sense-data*, nada é permanente – cadeiras só são *data* quando as percebemos, e não são dadas imediatamente como existentes em outros momentos. O esforço consistirá em alcançar, partindo do mundo dos *sense-data*, as características do mundo da física: permanência e rigidez.

O primeiro passo de Russell será levantar a hipótese de se montar um sistema de perspectivas, isto é, um sistema que consiste em todas as visões do universo percebido e não percebido. Esse sistema será composto por nosso mundo, por nossos *sense-data*, pelas perspectivas de outros observadores – ou potenciais observadores, já que não temos a certeza de suas existências – e pelos *sensibilia*. Russell, em RSDP (p. 120), dá a definição de *sensibilia*: aqueles objetos que

possuem o mesmo *status* metafísico e físico que os *sense-data*, porém sem necessariamente serem *datas* para alguma mente. Já em OKEW, essa definição é tomada como uma entidade desnecessária, como elementos ideais que são definidos a partir de elementos atuais, os *sense-data*⁵⁵. Desse sistema de perspectivas – traçando correlação entre uma série de perspectivas imaginadas –, podemos chegar a uma construção lógica do que é comumente chamado de coisa:

A partir disso, podemos agora definir o “objeto” momentâneo do senso comum, em contraste com suas aparências momentâneas. Pela similaridade das perspectivas vizinhas, muitos objetos em uma [perspectiva] podem ser correlacionados com objetos em outra, ou seja, com os objetos semelhantes. Dado um objeto em uma perspectiva, a partir do sistema de todos os objetos correlacionados a ele em todas as perspectivas, esse sistema pode ser identificado com o “objeto” do senso comum no momento. Assim, um aspecto de um “objeto” é um membro do sistema de aspectos que constitui o “objeto” naquele momento. (A correlação dos tempos de diferentes perspectivas levanta certas complicações, do tipo considerado na teoria da relatividade; mas podemos ignorá-las por ora). (OKEW, p. 71)

Há inúmeros espaços possíveis para cada pessoa – e podemos obter um só espaço através da correlação entre nossos espaços e aqueles que acreditamos existir no mundo sensível de outras pessoas

⁵⁵ Weitz (1951, p. 105) aponta OKEW como o melhor exemplo do construcionismo justamente porque Russell não trabalha com entidades inferidas, partindo somente de entidades com as quais temos *acquaintance*. OKEW, de fato, é o melhor exemplo, mas Russell não consegue se livrar por completo das entidades inferidas.

(OKEW, p. 83). Para meus propósitos, é suficiente apresentar o modo como Russell constrói o espaço, isso porque a construção do tempo será, para ele, um tanto quanto mais trabalhosa. A construção do tempo do mundo privado de uma só pessoa não oferece tanta dificuldade, mas a correlação entre um tempo privado e outro envolve grandes obstáculos:

A correlação de diferentes tempos privados é regulada pelo desejo de garantir a declaração mais simples possível das leis da física, e assim levanta problemas técnicos complicados; esses problemas são tratados pela teoria da relatividade e mostram que é impossível construir validamente um único tempo abrangente com qualquer significado físico. (OKEW, p. 98)

O que nos serve de consolo, dirá Russell (OKEW, p. 83), é saber que a ideia de coisas permanentes – tempo e espaço – deixou de ser parte da estrutura real do mundo, para ser admitida pela física da relatividade como construções.

Ao tentar construí-los a partir de *sense-data* e particulares estruturalmente análogos aos *sense-data*, estamos, portanto, *levando o procedimento da teoria da relatividade um estágio mais para trás*. (OKEW, p. 83, destaque meu) (cf. NB 1.5.1915g)

Destaco que a presença de entidades como *sensibílias* – necessárias para a construção do mundo feita por Russell em RSDP – só será possível por conta de como ele toma a generalidade, conforme discutido em 2.3 (cf. Levine, p. 315). Russell não parece satisfeito com o uso de *sensibílias* em sua construção, já que essas são entidades inferidas, e busca reduzir o papel delas em OKEW. Porém, mesmo em

OKEW, ele não consegue se livrar de entidades inferidas, fazendo um apelo, por exemplo, à possível existência de outros observadores.

Além disso, todo o propósito da aplicação do método, seja feita em OKEW ou RSDP, só é válido pelo uso que Russell faz da máxima de Occam. A função do construcionismo em relação a entidades inferidas não é negá-las nem afirmá-las. O que ele busca é substituir os símbolos que as representam – que seriam símbolos incompletos, isto é, símbolos cuja denotação não é dada na experiência, e sim inferida – por símbolos cuja denotação nos é dada pela experiência (Weitz, 1951, p. 104). Em seguida, me proponho a esclarecer o que, por fim, tomo como construcionismo de Russell, ou seja, o método científico na filosofia.

2.5 O que é, portanto, o método científico de se filosofar?

Mesmo tendo indicado fortes evidências de que o texto que Wittgenstein tem em mente ao fazer sua crítica (NB 1.5.15g) é OKEW, com isso não pretendo sustentar que a crítica se limite a tal texto de Russell. Para evitar esse erro, é importante ter clara noção do papel que essa obra ocupa dentro da filosofia russelliana. Retomo os dizeres de Landini (2018), ao afirmar que OKEW representa o ápice da filosofia do atomismo lógico. Contudo, seu valor não pode se reduzir a isso. OKEW tem um papel especialmente relevante ao revelar a posição de Russell em relação ao valor de uma obra científica durante esse período – posição que Wittgenstein menciona como imensamente

diferente em LD 50. Minha maior pretensão, porém, era de mostrar OKEW é a maior ilustração do método construcionista de Russell.

É bem evidente que certos aspectos do método construcionista são recorrentes e constantes na maior parte dos métodos russellianos. E certamente o que leva intérpretes a defender que há um só método em todos os empreendimentos filosóficos de Russell é a existência de constantes que perpassam grande parte desses empreendimentos. A meu ver, Hager (2003) se sairia melhor defendendo algo próximo disso, em vez de sustentar que a análise lógica é invariavelmente o método russelliano; pela mesma razão, a defesa de Weitz (1951) me pareceu mais bem-sucedida. Porém, detalhes importantes dessas constantes metodológicas se alteram nos diversos usos que Russell faz delas – e perceber tais alterações é central para compreender por qual motivo Russell está apelando a elas.

Por exemplo, como mencionado (cf. nota 52), a distinção entre premissas psicologicamente e logicamente derivadas não é exclusiva do construcionismo. Em DPM, Russell diz que “em toda ciência começamos dum corpo de proposições do qual temos uma razoável certeza. Essas são nossas premissas empíricas” (DPM, p. 573). Quando passamos a investigar o que se segue dessas proposições ou do que elas derivam, vemos que as “leis da ciência são proposições logicamente mais simples do que as premissas empíricas, de modo que as premissas empíricas, ou parte delas, podem ser derivadas de tais leis” (Ibid.). Essas são, portanto, as premissas lógicas. Russell afirma que a vantagem das premissas lógicas em relação às premissas empíricas reside no fato de que as primeiras nos oferecem

[...] uma maior chance de isolar um possível elemento penetrante de falsidade, em parte, que organiza nosso

conhecimento; e, em parte, que as premissas lógicas têm, como regra, muito mais consequências do que as premissas empíricas e, assim, levam à descoberta de muitas coisas que, de outra forma, não poderiam ser conhecidas. (DPM, p. 577)

A divisão entre o *hard* e o *soft*, mesmo sendo apresentada desse modo somente em OKEW, aparece com outra roupagem em outros momentos da filosofia russelliana dos anos 1910. Em POP, por exemplo, Russell dirá:

Todo o conhecimento, descobrimos, deve ser construído sobre nossas crenças instintivas, e se estas forem rejeitadas, nada resta. Mas entre nossas crenças instintivas, algumas são muito mais fortes do que outras, enquanto muitas, por hábito e associação, se entrelaçam com outras crenças, não realmente instintivas, mas falsamente supostas como parte do que é acreditado instintivamente.

A filosofia deve nos mostrar a hierarquia de nossas crenças instintivas, começando pelas que temos com mais força e apresentando cada uma delas isolada e o mais livre possível de adições irrelevantes. Ela deve se preocupar em mostrar que, na forma em que finalmente são apresentadas, nossas crenças instintivas não entram em conflito, mas formam um sistema harmonioso. Nunca pode haver razão para rejeitar uma crença instintiva, exceto se ela entrar em conflito com outras; assim, se forem encontradas harmonizando, o sistema inteiro torna-se digno de aceitação. (POP, pp. 11-12)

Perceba também que os dois tipos de átomos que, de acordo com AR, compõem a filosofia do atomismo lógico são, em OKEW, o *hard data*: as verdades gerais da lógica são tomadas enquanto átomos universais, e os *sense-data* enquanto átomos particulares.

A divisão *hard/soft data* passa a vir à tona no pensamento russelliano quando este começa a se interessar cada vez mais pelos problemas filosóficos que surgem sobre nosso conhecimento do mundo exterior. Hylton (1990) aborda dois distintos desenvolvimentos no pensamento de Russell no período de 1906–1913. O primeiro é uma mudança de metafísica de base, a qual já mencionei (junto de sua relação com a teoria do juízo múltiplo). O segundo consiste numa mudança de interesse, em que Russell passa a ficar cada vez mais preocupado com a questão do conhecimento, ou seja, como, e em que medida, podemos saber as coisas das quais nos consideramos como sabedores (Hylton, 1990, p. 328). Hylton conecta esses dois desenvolvimentos através de algo que aparece com destaque especial no segundo: o construcionismo como um método filosófico geral (Ibid., p. 328). Meu ponto aqui é que o método científico de filosofar coincide com o construcionismo – isso se torna mais claro ao levarmos em consideração a máxima do filosofar científico dita em RSDP:

A implementação da máxima é, portanto, apresentada como uma tarefa para o filósofo cientificamente orientado, a tarefa de realmente elaborar as construções lógicas que “exibiriam a matéria inteiramente em termos de *sense-data*, e até mesmo, podemos dizer, os *sense-data* de uma única pessoa, uma vez que os *sense-data* de outros não podem ser conhecidos sem algum elemento de inferência”; o ideal é, portanto, “estabelecer a física sobre uma base solipsista”. (RSDP, p. 116)

A navalha de Occam, ao mesmo tempo que ocupa o papel de máxima científica para Russell, é o que protegeria sua filosofia da dúvida cética e de suas “consequências avassaladoras e inférteis” (cf. OKEW, p. 53). Em SMP, Russell parte da preocupação com o progresso na filosofia. Em OKEW, ele tenta formular uma resposta ao ceticismo sobre o mundo exterior. A meu ver, há uma relação a ser traçada entre o fato das outras doutrinas filosóficas (tradição clássica e evolucionismo) não terem um modo de barrar o ceticismo acerca de suas teses e a intenção de Russell de descartá-las enquanto opções válidas para o filósofo científico. É o uso que Russell faz da navalha de Occam que lhe permite apresentar seu construcionismo como um modo de advogar por um programa filosófico capaz de obter progresso passo a passo e satisfazer as demandas científicas. O comprometimento com a navalha de Occam se dá justamente através da análise lógica. É a análise que me dá entidades indubitáveis, e a construção do mundo, ao se comprometer somente com essas entidades, não permite espaço para o ceticismo.

O cético que Russell quer tanto evitar, por vezes, é ele mesmo (cf. Miah, 1987; Irvine, 2004); entretanto, ele aceita somente começar com o ceticismo, buscando no caminho encontrar algum modo de evitar as conclusões céticas. Não em vão, o método construcionista começa pela dúvida cartesiana (Weitz, 1951, pp.104-105). Como não encontramos meios de confirmar os objetos físicos, não temos razões para acreditar em sua existência ou que tenham algum papel na produção de nossos *sense-data* (Miah, 1987, p. 21). Por meio da navalha de Occam, tal como Russell a emprega, não afirmamos nem negamos a existência de tais objetos; partimos somente daqueles cuja existência, demonstrada pela análise lógica, é indubitável. Em OM,

Russell é explícito sobre o construcionismo ser uma opção para aqueles que buscam evitar as conclusões céticas:

Pode ser que existam argumentos conclusivos contra essa hipótese, e é dificilmente possível que haja argumentos conclusivos a seu favor; mas, para aqueles que se rebelam contra as conclusões céticas às quais aparentemente estamos sendo levados, recomendo esta hipótese como, pelo menos, não obviamente falsa, e como mais consonante com nossas crenças instintivas do que qualquer outra hipótese que os fatos permitam. (OM, p. 95)

Entretanto, começar com a dúvida cartesiana e ser uma estratégia contra o ceticismo universal não é suficiente para distinguir o construcionismo de outros métodos russellianos. Em POP, onde é possível argumentar que o método de Russell era *inferencialista* (i.e., concebia nosso acesso ao mundo externo através de uma inferência), ele também usa da dúvida cartesiana e busca fornecer respostas ao ceticismo acerca do nosso acesso ao mundo exterior.

Como mencionado, não é tão simples rastrear o início do construcionismo (cf. Introdução). Notam-se indícios de que a aplicação do método construcionista já começa antes de ser empregado o termo “construção lógica”⁵⁶ (cf. Linsky, 2013, p. 408; Hylton, 1990, p. 385; Miah, 1987). Em POP, indiquei que, junto do interesse de Russell em justificar nosso acesso ao mundo externo, há também a aplicação do método de dúvida cartesiana para que

⁵⁶ Dito isso, é possível que Weitz (1951, p. 92) tenha razão em utilizar “método de resolução dos símbolos incompletos” em vez de construcionismo, para evitar a associação direta do método com o termo construções lógicas.

possamos chegar em entidades completamente empíricas (Weitz, 1957, p. 105). Linsky (2013, p. 408) assevera que as construções lógicas de Russell aparecem primeiramente em *On Denoting* (1905)⁵⁷. Dentre os exemplos de construções lógicas estariam: a teoria das descrições definidas, a teoria “*no-classes*” das classes, a definição de números como classes de equivalência e a teoria do juízo múltiplo (Linsky, 2013, p. 408). Wrinch (1917, p. 451) e Hylton (1990, p. 385), por sua vez, apontam o paralelo entre a tentativa de fornecer construções lógicas para os objetos da física e o projeto logicista. Uma possível alternativa pode surgir a partir da já mencionada divisão proposta por Levine (2018), entre a análise moorena e a análise pós-peano, tendo em mente que é este segundo modo de aplicação da análise que toma a máxima de Occam como lema a ser seguido.

De todo modo, defendo que, apesar da presença de diversas constantes metodológicas, o que define o método construcionista e o distingue dos outros é o fato de ser um processo que leva em conta as três etapas já mencionadas: (i) a aplicação da dúvida cartesiana em função de “purificar” nosso conhecimento pré-análise, identificando quais são as entidades inferidas. Tendo aplicado a dúvida, (ii) utiliza-se a navalha de Occam, de modo a se comprometer com as entidades indubitáveis, visando assim se proteger de que a dúvida continue sem um ponto de parada – o que, caso contrário, geraria o infecundo ceticismo universal. A aplicação da navalha, porém, não busca negar a existência das entidades inferidas. Então, ao se comprometer somente com entidades indubitáveis, (iii) busca-se fornecer *construções lógicas* que partam de tais entidades, cuja função seria justificar e

⁵⁷ Não se pode, porém, confundir o fato de Wittgenstein aceitar a teoria de descrições com ele aceitar o construcionismo – dedico-me a isso em 3.4.

fundamentar nosso conhecimento. Essa definição de construcionismo apresentada é ilustrada pelas seguintes palavras de Russell:

É necessário praticar a dúvida metodológica, como Descartes, para afrouxar o domínio dos hábitos mentais; e é necessário cultivar a imaginação lógica, para ter uma série de hipóteses sob comando, e não ser escravo daquela que o senso comum tornou fácil de imaginar. Esses dois processos, de duvidar do familiar e imaginar o não familiar, são correlativos e formam a parte principal do treinamento mental necessário para um filósofo. (OKEW, p. 193)

A intenção é que o processo de (i) a (iii) seja repetido para cada problema da filosofia, e não se limite a resolver um problema fundamental, de modo que a resolução dos outros problemas seria inferida desse.

Vê-se que é possível interpretar o construcionismo russelliano como a busca por fundamento e justificativa para o conhecimento científico e suas diversas áreas. É justamente por essa razão que ele demandará do filósofo uma parcela de conhecimento extracurricular:

Espera-se que os filósofos reconheçam que não podem alcançar sucesso sólido em tais problemas sem algum conhecimento básico de lógica, matemática e física. Enquanto isso, devido à falta de estudantes com a formação necessária, esse problema vital permanece sem tentativa e desconhecido. (OKEW, pp. 100-101)

Deve-se, por exemplo, saber quais propriedades determinada entidade (inferida) física tem para que se possa fornecer uma

construção lógica que também tenha tais propriedades e, desse modo, se abster em relação à existência de tal entidade.

Com tais fatores em mente, não me parece absurdo afirmar que o construcionismo pode ser lido como uma ramificação ou sequência prática do atomismo lógico – já que se baseia no átomo lógico como constituinte último da análise –, e partirá dele para a execução das construções lógicas. Se, como Landini coloca, OKEW marca o apogeu da filosofia do atomismo lógico, e, como pretendi demonstrar, OKEW é a ilustração do construcionismo russelliano, então parece cabível inferir que o construcionismo coincide com apogeu da filosofia do atomismo lógico.

Portanto, resumidamente, tomo o método de Russell em seu “método científico em filosofia” (NB 1.5.15g) como o construcionismo russelliano. Este pode ser definido, grosso modo, como uma empreitada para justificar o conhecimento científico. Tal justificação, por sua vez, se dá através da substituição dos símbolos incompletos da ciência por construções lógicas. Destaco que é a substituição de símbolos incompletos *da ciência*, a fim de delimitar mais claramente o período da filosofia russelliana em que o construcionismo se situa.

3 O método de Wittgenstein

Dou início a este capítulo apresentando NB 1.5.1915 novamente. Desta vez, no entanto, lanço mão de mais um recurso, tendo em vista seu esclarecimento. Atribuo uma citação de Russell em OKEW a cada índice que fora atribuído antes a NB 1.5.1915, obtendo o seguinte quadro comparativo⁵⁸:

⁵⁸ Takagi (2021, p. 56) apresenta uma tabela similar. Como mencionado (cf. nota 24), só tive conhecimento e acesso ao trabalho de Takagi em 2025, portanto, ao propor a tabela acima, não havia tido contato com a que fora apresentada por Takagi. Além de uma tabela comparando NB 1.5.15 com OKEW, Takagi (p. 54) elabora uma tabela mais extensa, mostrando similaridade temática entre diversos trechos dos NB escritos em 1915 com dizeres de Russell em OKEW. Entretanto, parece escapar a Takagi algumas maiores similaridades – que exponho na tabela acima – como, por exemplo, entre NB 1.5.15g e OKEWg. De todo modo, tanto minha tabela quanto a de Takagi emergem como uma consequência similar da percepção de que Wittgenstein comentara as passagens de OKEW uma a uma, ou mesmo as parafrasea a fim de criticar Russell. Concordo também com a afirmação de Takagi (Ibid., p. 55) de que a nota do dia 1º de maio – dentre as notas dos NB que sugerem que Wittgenstein teria lido OKEW – é a mais fundamental para tal suposição, tornando-a “suficientemente plausível”.

Quadro 1 – NB/OKEW

<i>a.</i> O fato que $p \sim p$ é uma contradição mostra que $\sim p$ contradiz p [Cf. 6.1201].	<i>a.</i> Esse conhecimento geral pode ser encontrado na lógica [...]. A proposição correspondente na lógica pura é: “Se algo tem uma certa propriedade, e tudo o que tem essa propriedade tem uma certa outra propriedade, então a coisa em questão tem a outra propriedade”. Essa proposição é absolutamente geral: aplica-se a todas as coisas e a todas as propriedades. (OKEW, p. 46)
<i>b.</i> O ceticismo <i>não</i> é irrefutável, mas manifestamente um contrassenso, se pretende duvidar onde não se pode perguntar [Veja 6.51].	<i>b.</i> O ceticismo universal, embora logicamente irrefutável, é praticamente estéril; pode, portanto, apenas conferir um certo tom de hesitação às nossas crenças, mas não pode ser usado para substituí-las por outras. (OKEW, p. 53)
<i>c.</i> Pois só pode existir dúvida onde exista uma pergunta; uma pergunta só onde exista uma resposta; e esta só onde algo <i>possa</i> ser <i>dito</i> [cf. Veja 6.51]	<i>c.</i> Os dados mais rígidos entre os rígidos são de dois tipos: os fatos particulares do sentido e as verdades gerais da lógica [...]. A dúvida genuína, nesses dois casos, creio eu, seria patológica. (OKEW, p. 56)
<i>d.</i> Todas as teorias que dizem: “É assim que deve ser, caso contrário nós não poderíamos filosofar” ou “caso contrário, nós certamente não poderíamos viver” etc., etc., devem, claramente, desaparecer.	<i>d.</i> Se quisermos continuar filosofando, devemos reconhecer a hipótese cética e, embora admitamos a elegância concisa de sua filosofia, seguiremos adiante considerando outras hipóteses que, embora talvez não sejam certas, têm pelo menos o mesmo direito ao nosso respeito que a hipótese do cético. (OKEW, p. 56)

e. Meu método não é separar o rígido do tenro, mas sim ver a rigidez do tenro.	e. Somos, assim, levados a uma distinção um tanto vaga entre o que podemos chamar de dados “rígidos” (<i>hard data</i>) e dados “tenros” (<i>soft data</i>). Eu entendo por dados “rígidos” aqueles que resistem à influência dissolvente da reflexão crítica e por dados “tenros” aqueles que, sob a operação desse processo, se tornam mais ou menos duvidosos para a nossa mente. (OKEW, p. 56)
f. É uma das habilidades principais do filósofo não se ocupar com questões que não lhe dizem respeito.	f. Espera-se que os filósofos reconheçam que não podem alcançar sucesso sólido em tais problemas sem algum conhecimento básico de lógica, matemática e física. (OKEW, p. 101)
g. O método de Russell em seu <i>Scientific Method in Philosophy</i> é simplesmente um regresso do método da física.	g. Ao tentar construí-los a partir de <i>sense-data</i> e particulares estruturalmente análogos aos <i>sense-data</i> , estamos, portanto, <i>levando o procedimento da teoria da relatividade um estágio mais para trás</i> . (OKEW, p. 83).

Fonte: Autoria própria, 2023.

Cada índice passa a representar, portanto, uma dupla. Por praticidade, ao fazer referência à citação de Russell atribuída a determinado índice x, utilizarei OKEWx. Em relação aos NB, mantenho como tenho feito. Meu intuito com a formação dessas duplas a partir dos índices é solidificar as intenções do capítulo II, concluindo o primeiro passo em direção aos esclarecimentos de NB 1.5.15 – os quais penso ter dado ao indicar a semelhança entre as

citações de OKEW e as passagens de NB. Uma vez estabilizado esse primeiro passo, poderei continuar o caminho sem cambalear.

As duplas exemplificam sobre quais problemas presentes na filosofia russelliana Wittgenstein está falando. Desse modo, cada dupla representa um problema que, direta ou indiretamente, se relaciona à distinta concepção que cada um, Russell e Wittgenstein, sustentam acerca do método adequado de se filosofar. Tenho ciência de que a apresentação de tais duplas pode, em certo sentido, aparentar uma estruturação desmedida das anotações presentes nos NB – lidar com os NB, porém, exige algum esforço de estruturação, visto que, por vezes, o desenvolvimento das ideias de Wittgenstein contidas ali passam longe de ser linear. Admitindo a ocorrência de certa estruturação, peço ao leitor que avalie os méritos explicativos dela em comparação com outras (por exemplo, com a de Diamond, que será discutida adiante).

Além disso, a formação das duplas NB/OKEW é uma maneira perspicua de enfatizar o que diz Engelmann (2021, p. 20): “Veremos como esse método surge do embate de Wittgenstein com a filosofia e o método de Russell, e como ele está conectado com a estratégia geral do *Tractatus*”.

Assim, é importante também mostrar que a disputa de Wittgenstein com a filosofia e o método de Russell não termina nos NB – faço isso enfatizando que muitas anotações de Wittgenstein nos NBs, diversas das quais tomo como direcionadas a OKEW, reaparecem no TLP. Por essa razão, a formação das duplas também oferece uma justificativa do uso dos NBs enquanto fonte interpretativa para o TLP.

Entretanto, somente emparelhar as anotações um tanto quanto enigmáticas de NB 1.5.15 com citações de Russell não ajuda muito a torná-las menos enigmáticas. O passo seguinte, portanto, será mostrar

como as anotações nos NB ganharão clareza quando contextualizadas pela filosofia russelliana. No processo de elucidá-las – se eu for feliz em minhas pretensões –, importantes aspectos da filosofia tractariana virão à tona. E, através de tais aspectos, pretendo determinar o método do TLP, buscando validar minha hipótese anterior: a mudança drástica no método de Wittgenstein, mencionada em LD 50, corresponderia à transição de um método *que separa* para um método *que vê*, como descrita nos NB 1.5.15. Em outras palavras, trata-se, respectivamente, de um método que busca estabelecer fundamentos para a realidade e a linguagem a partir do que devemos tomar como indubitável, e de um método que indica como aquilo que está implícito na linguagem já nos fornece a garantia de seus fundamentos.

Segmento este capítulo nas seguintes seções: em 3.1 lido com a dupla *a*, que representa um contraste entre a visão wittgensteiniana sobre o estatuto das leis lógicas (e sobre o que mostra uma proposição da lógica) e a perspectiva de Russell. Esse contraste está intrinsecamente relacionado à disputa entre ambos acerca do caráter da generalidade. Tal disputa também perpassa os outros comentários de Wittgenstein. Em 3.2 tratarei da dupla *b*, ou seja, da resposta de Wittgenstein à posição russelliana acerca do ceticismo, e da dupla *c*, que discute os limites do que se pode duvidar e, logo, do que pode ser dito. Em 3.3, analiso a dupla *d*, que, grosso modo, diz respeito à exclusão de argumentos transcendentais da filosofia. Em 3.4, dedicado à dupla *e*, apresento qual seria o método wittgensteiniano e como este difere do método russelliano justamente por não ser um *método que separa*, e sim um *método que vê*. Em 3.5, na dupla *f*, discorro sobre as questões que, de acordo com Wittgenstein, não dizem respeito ao filósofo, e como Russell está envolto por elas. E em 3.6, na dupla *g*, dedico-me a esmiuçar a crítica de Wittgenstein ao método russelliano,

destacando a divergência entre ambos quanto ao valor que cada um atribui a um trabalho científico (cf. LD 36, p. 68). Minha pretensão é que cada seção se beneficie mutuamente uma da outra. Entretanto, em certa medida, minha leitura dá prioridade ao primeiro comentário dentre as anotações de Wittgenstein (NB 1.5.15a), o que justifico a seguir.

Com isso, adianto que a leitura contra a qual mais vou disputar é a que Diamond (2014) apresenta em seu *The Hardness of the Soft: Wittgenstein's Early Thought About Skepticism*. Primeiramente, por ser a principal leitura detalhada de NB 1.5.15. Em segundo lugar, porque Diamond, como já mencionado, toma também tais notas do dia 1º de maio de 1915 como uma referência a OKEW ou SMP (como espero ter demonstrado nos capítulos anteriores, é relevante que seja algum desses textos, mas não é relevante *qual* desses textos). Meu movimento argumentativo, porém, é distinto do dela: Diamond (2014, p. 145) pretendeu mostrar que “o tratamento de Wittgenstein do ceticismo revela que ele está preocupado com a má compreensão do método da filosofia baseado no modelo do método da ciência, já que este último método pode ser mal interpretado”. Paralelamente, a minha estratégia será argumentar que o tratamento wittgensteiniano do ceticismo – assim como a má compreensão do método da filosofia, que se assemelha a um método mal compreendido da ciência, ou seja, todas essas más compreensões – parte de uma má compreensão do funcionamento das proposições lógicas, isto é, das tautologias. É nesse sentido que, em certa medida, dou prioridade à NB 1.5.15a.

Desse modo, parto de uma discussão acerca do caráter da generalidade para me dirigir aos comentários sobre o ceticismo. Vejo-me justificado nisso, pois, conforme mencionei em 2.3 e 2.4, seguindo Levine (2014), tomo que é a concepção de Russell da generalidade que

permite seu uso dissonante da navalha de Occam. A navalha de Occam, para Russell, é a máxima do filosofar científico, que, por sua vez, é uma estratégia para responder aos ataques céticos à filosofia. Logo, antes de focar o que Wittgenstein discordaria da visão russelliana de ciência, é preciso ver como Wittgenstein discorda do modo como Russell toma a generalidade. Colocando de outro modo: se NB 1.5.15 é uma crítica à maneira como Russell toma a ciência, é primeiramente uma crítica ao modo como Russell concebe a generalidade.

3.1 *a*: O estatuto das leis lógicas e a disputa sobre o caráter da generalidade

Diamond (2014, p. 146) estabelece como exigência para uma boa leitura do TLP que esta consiga dar uma resposta às perguntas sobre o ceticismo que vêm à tona pelas anotações em 1.5.15 (apresento tais perguntas adiante, em 3.2). Diamond, porém, mesmo atribuindo NB 1.5.15 à OKEW, deixa especificamente 1.5.15a de fora de sua interpretação em seu *The Hardness of the Soft* (2014), artigo no qual pretende clarificar os dizeres de Wittgenstein em NB 1.5.15. Creio que uma leitura que propõe NB 1.5.15 como uma resposta à OKEW precisa também incluir um modo de relacionar 1.5.15a a OKEW.

É natural, porém, que das duplas formadas esta seja a mais digna de contestação, já que é nela que se percebe a menor similaridade entre o uso das palavras de Wittgenstein e de Russell (em NB 1.5.15b-g,

por sua vez, Wittgenstein aparenta parafrasear OKEWb-g). No entanto, a proposição do TLP que Wright e Anscombe associam a NB 1.5.15a contribui para que a compatibilidade da dupla fique mais evidente⁵⁹:

TLP 6.1201 Que, por exemplo, as proposições “ p ” e “ $\sim p$ ”, na ligação “ $\sim(p \cdot \sim p)$ ” resultem numa tautologia mostra que elas se contradizem. Que as proposições “ $p \supset q$ ”, “ p ” e “ q ”, ligadas entre si na forma “ $(p \supset q) \cdot (p) \supset (q)$ ”, resultem em uma tautologia mostra que q se segue de p e $p \supset q$. Que “ $(x) \cdot fx \supset fa$ ” seja uma tautologia mostra que fa se segue de $(x) \cdot fx$. etc. etc.

O que está primeiramente em questão é, como coloca McGinn (2006, p. 54), um embate entre a visão universalista da lógica, de Frege e Russell, e a visão estrutural [*framework*] da lógica. Na concepção universalista da lógica, como a de Russell, não há diferentes universos de discurso para os quantificadores, e nenhum uso é feito de interpretações variantes da linguagem, como mencionei em 2.2. Cito Ricketts:

Os quantificadores e variáveis nas leis lógicas generalizam sem restrições sobre os tipos lógicos [...]. Na visão universalista, então, a lógica é uma ciência por direito próprio, que se dirige à realidade da mesma forma que a física, mas aos aspectos mais gerais da realidade.

⁵⁹ Se compararmos NB 1.5.15a com trechos de POP (cf. POP, cap. VII), a similaridade será ainda mais evidente. Mantenho na tabela um trecho de OKEW em função do argumento.

[...] Na concepção universalista, a máxima generalidade das leis lógicas garante sua aplicabilidade universal [...]. A ciência da lógica, devido à generalidade de suas leis fundamentais, fornece assim uma estrutura que abrange todas as ciências. (Ricketts, 1996, p. 60)

Essa visão da generalidade permite que os quantificadores variem sobre objetos além dos que temos *acquaintance* – objetos cuja existência não é afirmada e nem negada pelo uso da navalha de Occam que Russell faz. Junto a isso, Russell, assim como Frege, trata a quantificação de nomes próprios e a de predicados; desse modo, lhe é coerente tratar os conectivos lógicos como relações entre sentenças (Ricketts, 2013, p. 126). Isso impede Russell de ver que há dois tipos distintos de generalidade – a generalidade propriamente dita e a generalidade formal (Idem).

O lógico universalista, como Russell, quer ao mesmo tempo argumenta que a lógica fornece uma estrutura para todo o pensamento e que as proposições da lógica são verdades universais. Essas duas posições geram uma tensão que não é percebida por ele: na concepção universalista, as inferências devem ser baseadas em leis objetivas da verdade; desse modo, a ciência da lógica seria um “sistema de verdades completamente gerais e objetivas que estabelecem nossa prática de inferências” (McGinn, 2006, p. 55). Essa concepção, porém, ao tomar as proposições da lógica como verdades objetivas, obscurece o fato de que elas não dizem nada sobre o mundo – a principal consequência de seu caráter *a priori*.

Wittgenstein está atento a essa tensão e a soluciona ao manter somente a visão estrutural da lógica (cf. Ricketts, 1996; McGinn, 2006, pp. 54-60). Tal solução é bem ilustrada no contraste entre as duas

citações que compõem a dupla *a*. Perceba que *OKEWa* é também a proposição que Russell apresenta como a forma da inferência (*OKEW*, p. 35): “Se algo tem certa propriedade, e o que quer que tenha essa propriedade tenha outra certa propriedade, então o algo em questão tem essa outra propriedade”, que poderia ser formalizada como $((x) . \varphi x \supset \psi x) . \varphi a : \supset : \psi a$. Essa proposição é, para Russell, uma proposição absolutamente geral, que se aplica a todas as coisas e todas as propriedades, e configura uma proposição da lógica. Já para Wittgenstein, esse é somente um exemplo de uma tautologia. Sua generalidade só *mostra* que ψa se segue de $(x) . \varphi x \supset \psi x$ e φa . Isto é: mostra uma propriedade formal entre proposições. Uma proposição geral como as que encontramos na lógica (i) não é uma verdade que diz algo de todas as proposições e (ii) apenas mostra como as proposições se relacionam em uma inferência.

Posso expressar (i) de modo ainda mais radical – e ainda correto –, dizendo que “uma proposição geral como as que encontramos na lógica não diz nada sobre coisa ou proposição nenhuma” (TLP 5.43). Ou seja, posso dizer que uma proposição da lógica não é uma proposição no sentido usual do termo. A razão disso é que todas as ditas “proposições completamente generalizadas” podem ser formadas a partir do momento em que obtemos uma linguagem – pois são formadas somente a partir de propriedades lógicas (NB 14.10.14). Não há nessas proposições uma correlação de seus elementos com os objetos do mundo. A consequência disso é que não pode haver uma ciência de proposições completamente generalizadas, ou seja, uma ciência da lógica. A ideia de Russell de que as proposições da lógica falam de todo objeto e, desse modo, distinguem-se das proposições das ciências específicas, não pode ser mantida.

As proposições da lógica (e, logo, da filosofia), para Russell, como mostrei, devem ser de generalidade máxima e apriorísticas. Um primeiro modo de demonstrar porque isso resultará em um problema parte de admitirmos que há, sim, um critério de sentido no TLP; ao contrário de Conant e Diamond (2004), que admitem não haver um critério geral para o sentido no TLP. Nas palavras de Diamond:

Qualquer sinal desse tipo pode ser usado com um sentido (ver TLP. 4.5), de modo que se relacione logicamente com outras construções de sinais às quais foi atribuído um sentido. Se um ou mais de seus constituintes não tiverem significado no contexto específico, a sentença será sem sentido. Essa explicação esclarece o que se entende por “estabelecer limites para a expressão dos pensamentos”. Wittgenstein não tenta demarcar esse limite especificando tipos de sentenças que são sem sentido por causa do tipo de sentença que são. No *Tractatus*, não há uma “demarcação” do sentido nessa perspectiva. Uma sentença sem sentido não é um tipo especial de sentença; é um símbolo que possui a forma geral de uma proposição, mas que não tem sentido simplesmente porque não lhe atribuímos nenhum. (Diamond, 2000, p. 151)

Diamond diz que uma sentença sem sentido é meramente um símbolo que tem a forma geral da proposição e que só não tem sentido porque não lhe atribuímos nenhum. Se toda proposição com sentido deriva da forma geral (TLP 4.5; 5.3), como é possível que uma proposição poderia em um momento não derivar (quando não fomos capazes de atribuir sentido a ela) e em outro momento passar a derivar (quando lhe atribuímos sentido)? Por mais que manter a ideia de que

Wittgenstein apresenta um critério de sentido envolve um risco de amarelar (*chickenning out*), isso não pode estar correto.

Um primeiro possível critério de sentido é a bipolaridade: uma proposição que possua um sentido – o qual deve ser afirmado ou negado – será uma função de verdade que permite dois polos, o verdadeiro e o falso. Porém, ela não deve ser tomada como um princípio *sui generis* (cf. Engelmann, 2021, pp. 52-55; McGinn, 2006, p. 245). Proposições são bipolares pois são funções de verdade, construídas a partir da proposição elementar (TLP 4.4). Ser uma proposição com sentido é ser uma função de verdade. Da mesma forma, ser uma proposição com sentido é também ser uma figuração. Uma figuração, por sua vez, é um modelo da realidade. E um modelo da realidade é o que comparamos à realidade; logo, tais modelos são intrinsecamente verdadeiros ou falsos (TLP 2.201-2.225). Desse modo, a bipolaridade enquanto critério de sentido será um critério formal, isto é, não há no TLP uma teoria que apresente uma definição do critério de sentido como sendo a bipolaridade. Pressupõe-se o que são proposições, e a bipolaridade será o critério de sentido por consequência direta da natureza das proposições.

A pressuposição do que são proposições, ou seja, figurações da realidade, também não virá através de uma teoria sobre a linguagem, mas sim enquanto consequência de um aspecto formal e notacional. Deve-se ter em mente que, como aponta Kuusela (2008, p. 60), a teoria da figuração nada mais é que a delimitação de uma conceitografia. Essa delimitação resulta da exigência presente no TLP de que a análise lógica deve tomar proposições como funções de verdades da proposição elementar (TLP 5). A construção de uma função de verdade se inicia a partir da proposição elementar. Na proposição elementar, um nome simboliza, substitui [*go proxy*], um objeto. É

importante ter em mente que “ser um objeto” é um conceito formal (TLP 4.1271; 4.1272)⁶⁰ – dedico-me a tratar disso em 3.2. Nomes simbolizam objetos por meio de uma regra de projeção, e, através das formas, um nome se relaciona a outro, formando o que Russell chama de proposição molecular.

Os conectivos lógicos que aparecem nas tabelas de verdade não poderão ser entidades, nomes]de entidades ou relações, como Russell chegou a considerar⁶¹ (cf. seção 2.2). A tabela de verdade da implicação $\supset$, por exemplo, nos mostra como a projeção de “p” e de “q”, na realidade, se relaciona com a projeção de “ $p \supset q$ ”. “Nós estipulamos como ‘ $p \supset q$ ’ deve ser comparado com a realidade em termos das comparações de ‘p’ e de ‘q’ na realidade”, como diz Ricketts (2002, p. 237). É próprio de tais conectivos que eles sejam iteráveis. Nesse sentido, a iteração dos conectivos é capaz de gerar qualquer função de verdade – no TLP, a demonstração disso é feita através da aplicação sucessiva da operação N (TLP 5.5; 5.501; 5.502). A introdução das tabelas de verdade em TLP 5.101 nos mostra um esquema perspicuo das possíveis funções de verdades, e nelas vemos dois casos limítrofes: as tautologias e as contradições. Explico isso a seguir.

Tautologias não determinam a realidade de maneira alguma, pois não causam restrição nenhuma nos fatos; elas deixam “à realidade todo o – infinito – espaço lógico” (TLP 4.463). Segundo McGinn:

⁶⁰ Ramsey (*apud* Levine, 2018, p. 322) diz que Wittgenstein inclusive toma “ser dado na experiência” como um conceito formal.

⁶¹ Russell trata a quantificação de predicados como a de nomes próprios, por isso faz sentido para ele tratar conectivos lógicos como sentenças relacionais (cf. Ricketts, 2013, p. 126).

Não é que Wittgenstein seja forçado a chamar as proposições da lógica de sem sentido porque elas não atendem ao seu critério de ser uma proposição (ter polos verdadeiro-falso). Em vez disso, ao tornar a falta de sentido das tautologias transparente, Wittgenstein conseguiu esclarecer o *status* único das proposições da lógica. (McGinn, 2006, p. 246)

Wittgenstein assevera em TLP 6.1: “As proposições da lógica são tautologias”, o que permite a afirmação que “todas as proposições da lógica, porém, dizem o mesmo. A saber, nada” (TLP 5.43). As proposições da lógica e as tautologias não derivam de nenhuma estrutura no mundo, elas resultam inteiramente das propriedades lógicas dos símbolos (Ishiguro, 1990, p. 32). Desse modo, a generalidade da lógica não tem relação com a verdade geral, mas sim com a forma geral da proposição (que será dada em TLP 6). Vê-se que as proposições que para Russell devem ser o resultado da filosofia – por deterem generalidade máxima e por serem apriorísticas, de modo a coincidir com as proposições da lógica – não possuem conteúdo algum; e, logo, para Wittgenstein, não dizem nada.

Em TLP 6, Wittgenstein apresenta a forma geral da proposição: $[p, \xi, N(\xi)]$. Esta será equivalente a uma regra para a construção de todas as proposições (McGinn, 2006, p. 59). Desse modo, a generalidade é essencialmente conectada à forma elementar (NB 20.1.15). Ela é a forma mais geral para a construção de funções de verdade a partir de sentenças elementares (Ricketts, 2013, p. 140) e é alcançada ao se expurgar o arbitrário da lógica, transformando todos os sinais cujo significado fora arbitrariamente determinado em variáveis. Assim, resta à forma lógica um protótipo lógico de figuração (TLP 3.315). A generalidade formal será, portanto, a generalidade do

protótipo lógico, e é ela que fornece a forma da figuração (TLP 3.315; 4.014; 4.12).

Em outros termos, a forma geral nos dará uma forma que permite compararmos proposições com a realidade. Tal comparação de proposições com a realidade faz com que elas sejam figurações e que possam ser verdadeiras ou falsas (Engelmann, 2021, p. 56). As regras do protótipo lógico, ao mesmo tempo que estruturam a projeção das sentenças, também restringem projeções (Engelmann, 2021, p. 44). Desse modo, o que não está de acordo com tais restrições não configura projeção alguma (Idem) e não passará a ser, mesmo através de um ato de significação, como crê Diamond.

Em (ii), eu disse que as proposições da lógica apenas mostram como as proposições se relacionam em uma inferência. Dito isso, não há sentido em dizer que as leis lógicas são leis que prescrevem como deve ser o pensamento lógico, visto que não há a possibilidade de o pensamento ser ilógico (TLP 3.03). A lógica toma conta de si. Tudo que devemos fazer é olhar e ver (NB 13.10.14; TLP 5.473). É justamente por levar a sério a visão estrutural da lógica que Wittgenstein diz que tudo está em perfeita ordem na linguagem ordinária (TLP 5.5563). Na visão estrutural, a lógica passa a se preocupar com o que é essencial para a proposição expressar seu sentido, tendo em mente a proposição ser um símbolo que pode ser comparado à realidade em vista de se determinar a sua verdade ou falsidade (McGinn, 2006, p. 59).

Entretanto, deve-se frisar que, apesar da concepção universalista, Russell também toma a lógica enquanto estrutural. Porém, junto a isso, ele crê na possibilidade de uma “ciência da lógica”, que se distinguiria das outras ciências por sua máxima generalidade. Por ser de máxima generalidade, essa ciência da lógica seria capaz de fornecer fundamento lógico para o nosso conhecimento – com isso,

ela teria um aspecto normativo. Ao tentar explicar a aplicação da lógica, apelando para sua verdade objetiva, a concepção universalista falha em tornar perspícuo, a priori, o *status* das proposições da lógica (McGinn, 2009, pp. 68-69). Wittgenstein, por outro lado, vê que todo fundamento lógico necessário já está implícito na linguagem ordinária. Ao investigar os fatos no mundo, já possuímos uma linguagem com sua lógica interna; nenhum fato descoberto no mundo, de modo algum, seria capaz de alterar a estrutura lógica de nossa linguagem (Ishiguro, 1990, p. 22).

Com isso em mente, Kuusela (2014, p. 600) afirma que, para Wittgenstein, a tarefa da lógica é a descrição. Entretanto, isso não pode ser assim. A lógica não é descritiva nem prescritiva, visto que tais características são propriedades de proposições. Poder-se-ia dizer que a lógica é descritiva, pois ela mostra, do mesmo modo em que se pode dizer que um quadro é descritivo. Contudo, isso me parece um uso frouxo de descritivo; melhor seria dizer que ela é representativa. Ela nunca será descritiva como uma ciência é. Suas proposições – aliás, suas tautologias – mostram, não descrevem.

Busquei especificar como Wittgenstein e Russell tomam a generalidade lógica de modos totalmente distintos. Retomo: a generalidade lógica é a generalidade estrutural. É a generalidade do protótipo lógico, e será ela que dará a forma da figuração (TLP 3.315; 4.014). Essa forma, porém, não pode ser representada pela proposição (TLP 4.12; 4.121). Wittgenstein admite a possibilidade de proposições completamente generalizadas (TLP 5.526). Essa é a generalidade que não é própria das proposições da lógica (TLP 6.1231). Essa é a generalidade propriamente dita. Tais proposições gerais serão assim por acidente; elas falarão do mundo (NB 17.10.14), mas não da estrutura do mundo (NB 18.10.14). Rememoro que, por serem acidentais, elas

não satisfarão os critérios de Russell para serem proposições da lógica e da filosofia (cf. seção 1.3). Assim, as verdades de máxima generalidade, de fato, não dizem nada sobre algo particular, mas não serão detentoras do *status* de proposições da lógica – ao menos, não a priori. Devido a generalidade delas consistir numa generalidade accidental (McGinn, 2006, p. 63), elas são, portanto, uma proposição material (NB 22.10.14).

Na seguinte proposição, temos uma coincidência entre o TLP e um dos aspectos que ressaltai do método de Russell: a necessidade do conhecimento se fundar nas propriedades internas:

2.01231 Para conhecer um objeto, na verdade não preciso conhecer suas propriedades externas – mas preciso conhecer todas as suas propriedades internas.

Porém o conflito surge quando, partindo do fato de que precisamos conhecer as propriedades internas, assumimos, junto de Russell, que é necessário que as proposições filosóficas tratem dessas propriedades internas. As seguintes proposições do TLP mostram que isso não pode ser dessa forma:

4.122 Podemos, em certo sentido, falar de propriedades formais dos objetos e estados de coisas, ou seja, de propriedades da estrutura dos fatos e, no mesmo sentido, de relações formais e relações entre estruturas.

(Em vez de propriedades de estrutura, digo também “propriedade interna”; em vez de relação entre estruturas, “relação interna”. Introduzo essas expressões para mostrar o que funda a confusão muito difundida no meio dos

filósofos entre as relações internas e as relações propriamente ditas (externas)).

A presença de tais propriedades e relações internas não pode, todavia, ser asserida por proposições; mostra-se, sim, nas proposições que representam aqueles estados de coisas e tratam daqueles objetos.

Mesmo sendo a fonte central de nosso conhecimento acerca dos objetos, as propriedades internas não podem ser assunto das proposições. O conhecimento acerca de propriedades internas equivale ao conhecimento acerca de necessidades (TLP 4.123), e estas são, como consequência de seu caráter necessário, generalidades formais. Não se pode dizer as propriedades internas de um objeto pois o próprio objeto é impensável sem tais propriedades, de forma que as dizer não seria nada mais do que um mero truísmo, uma tautologia que não diz nada de fato. O que de fato podemos fazer é mostrar as propriedades internas. A crença de que é possível falar sobre esses objetos permite a ilusão de que a dúvida cética é uma posição legítima, enquanto ela não passa de um contrassenso.

3.2 *b* e *c*: O nonsense da dúvida cética e o que pode ser dito

Como mencionei na seção anterior, Diamond (2014) elenca as perguntas que NB 1.5.15*b* levanta e põe como um requisito para boa leitura do TLP que esta seja capaz de responder a tais perguntas:

[1] Por que as perguntas que o cético tenta levantar são consideradas não-perguntas? [2] Por que o cético é descrito como alguém que tenta levantar dúvidas onde nenhuma pergunta pode ser feita? A resposta de Wittgenstein para isso é que só pode haver uma pergunta onde existe uma resposta, e só pode haver uma resposta onde algo pode ser dito. [3] Mas por que não se pode dizer que a resposta à pergunta, por exemplo, se os objetos físicos [...] existem independentemente da experiência, é “Não, eles não existem?” [4] Por que isso não seria algo que pode ser dito? [...] [5] Por que isso não seria uma resposta? [...] [6] Se o ceticismo deve ser obviamente sem sentido ao tentar levantar dúvidas onde nenhuma pergunta pode ser feita, onde está essa obviedade? [7] Por que Wittgenstein pensa que as perguntas e respostas aqui tentam dizer algo onde nada pode ser dito? (Diamond, 2014, pp.145-146, intervenções minhas)

Diamond (2014) fornece uma leitura que busca responder a tais perguntas tendo como ponto de partida a distinção no modo como Russell e Wittgenstein veem a ciência, e como Wittgenstein leva em consideração o uso de uma proposição. Ela afirma que o método filosófico de Wittgenstein permite descrever a maneira como uma proposição é usada:

O método filosófico de Wittgenstein permite, como resposta, uma descrição da maneira como se está usando uma expressão, uma proposição ou uma construção semelhante a uma proposição. Se há uma justificativa para pensar que o cético ou o realista nos devem uma explicação sobre o uso de suas afirmações, essa justificativa reside na suspeita de que eles querem que

suas afirmações se assemelhem, em sua capacidade de falar sobre o mundo, às da física, mas não completamente, pois não querem que suas afirmações falem sobre o mundo por meio de sua aplicação a proposições sobre coisas que podemos observar. (Diamond, 2014, p. 168)

De acordo com Diamond, o cético tenta fazer uma pergunta onde não pode haver uma, porque as afirmações científicas não possuem o mesmo estatuto das afirmações ordinárias – diferentemente das proposições ordinárias, as proposições da ciência só falam do mundo a partir de suas aplicações. Ela afirma que o cético pretende que suas afirmações falem, de alguma maneira, do mundo da física, mas não através de suas aplicações. Esse não pode ser o modo com que Wittgenstein toma as afirmações céticas. Se o cético pretende falar do mundo da física, então o ceticismo estaria colocando uma dúvida onde algo que pode ser dito (TLP 6.53), o que contradiz Wittgenstein em NB 1.5.15b. Logo, sua leitura falharia em responder à pergunta [2] “Por que o cético é descrito como tentando levantar uma dúvida onde nenhuma questão pode ser feita?”⁶².

Diamond, corretamente, vê que Wittgenstein está respondendo ao modo como Russell toma o ceticismo (Diamond, 2014, p. 147), o qual ela define do seguinte modo:

Quando Russell diz que o ceticismo é irrefutável, ele o considera no modelo de uma hipótese dentro das ciências e como uma alternativa a outras hipóteses filosóficas sobre

⁶² Também me parece difícil dizer que a leitura de Diamond responde à pergunta [6]. Saber que as proposições da ciência falam do mundo somente através de suas aplicações não é algo imediatamente óbvio. O óbvio deve estar, em alguma medida, ligado ao ordinário.

a experiência e o que está além dela. (Diamond, 2014, p. 152)

No entanto, Russell não parece tomar o ceticismo como uma hipótese dentro das ciências. Em OKEWc, quando é dito que duvidar do *hard data* seria patológico, essa patologia é o ceticismo universal (cf. OKEW, p. 56). O ceticismo irrefutável, de acordo com Russell, é aquele que duvida do *hard data*, ou seja, dos *sense-data* e das verdades gerais da lógica. Essa dúvida, claro, impediria nosso acesso também aos objetos da física, mas deve-se ter em mente que os objetos do mundo da física são distintos dos objetos do mundo do *hard data* (cf. RSDP, pp. 135-138).

Como mencionei ao final de 3.1, o contrassenso da dúvida cética está relacionado à tentativa de se falar de propriedades estruturais das coisas. O ceticismo tenta pôr a realidade em dúvida. Por conseguinte, duvidar da realidade é duvidar da lógica (me delongo sobre isso mais adiante); mas, como mencionado em 3.1, as proposições da lógica não dizem nada, não há o que se duvidar sobre elas. O ceticismo universal busca duvidar de nosso acesso aos objetos (antes mesmo de serem construídos ou inferidos enquanto objetos da física), mas ser um objeto é um conceito formal (TLP 4.1272). O mundo que o ceticismo tenta pôr em dúvida é um mundo logicamente anterior ao mundo da física. Não há, porém, como asserir ou negar a existência de tal mundo por meio de alguma proposição com sentido (Engelmann, 2021, p. 65).

Diamond (2014, p. 162) apela para o que sugere ser a “filosofia das coisas” de Wittgenstein. Ela relaciona tal filosofia com os dizeres wittgensteinianos de que nos é contado algo sobre o mundo através da maneira que podemos descrevê-lo ao usar um sistema particular de leis físicas (TLP 6.342). Mas Wittgenstein não está dizendo que o único

modo em que algo sobre o mundo nos é contado deve ser dessa forma. Toda proposição com sentido nos conta sobre o mundo (NB 16.5.15).

Para esclarecer isso, dedico-me mais a algo já mencionado *en passant* em 3.1: uma figuração é um modelo da realidade. Para Russell, o modo de responder tal ceticismo será, primeiramente, aplicar o método de dúvida cartesiano, para em seguida assumir – por razões mais práticas do que lógicas – os *sense-data* e as verdades da lógica como integrados aos *hard data*, partindo deste para uma construção lógica do mundo e tomando tal construção como uma instanciação da máxima de Occam. Contra Russell, porém, a proposição com sentido, a figuração da realidade, já constrói o mundo com a ajuda de uma armação lógica (TLP 4.023). Em outras palavras, a tarefa que Russell toma para si, de fazer uma construção lógica do mundo, ocorre trivialmente pela posse e pelo uso da linguagem. Para Wittgenstein, já temos um modelo do mundo ao fazemos uma figuração, através de uma proposição. A proposição com sentido, a figuração, já dá conta de uma construção do mundo.

A questão é que a forma exterior (a da linguagem ordinária) foi constituída segundo fins inteiramente diferentes dos de tornar reconhecível a forma do corpo (TLP 4.002). O cético falha em perceber isso. Nesse sentido, o ceticismo provém da má compreensão da lógica de nossa linguagem; não podemos, de modo algum, responder às questões dessa espécie (4.003). Ele é uma questão que não pode ser respondida assim como qualquer espécie de questão contrassensual não pode sê-lo (TLP 4.003). Uma questão que não pode ser respondida, isto é, aquela que pergunta onde não pode haver resposta, não é de fato uma questão (NB 1.5.15c). O cético tenta duvidar da existência das coisas. A proposição verdadeira mostra como estão as coisas e diz que estão assim (TLP 4.022); desse modo, pode-se somente

duvidar que elas estejam de determinada forma. A tentativa de duvidar da existência do mundo e das coisas é uma tentativa de sair da lógica, de sair de dentro da armação do mundo representada pelas proposições lógicas. Não há, porém, como sair; em outros termos, não há o que duvidar sobre o *hard* (TLP 3.03).

A proposição é uma figuração da realidade (TLP 4.01). A figuração da realidade, por sua vez, nos dá o mundo. Isso acontece desse modo porque as proposições lógicas representam a armação do mundo (TLP 6.124; NB 12.9.16). Por ser representada pela lógica, não há como pô-la em dúvida. Dúvida pressupõe que algo seja dito. A essência da realidade, porém, é uma forma vazia. Nosso mundo não influencia nada na lógica. Não é a essência das coisas no mundo que configura a lógica, mas sim a forma lógica da proposição que dá a essência do mundo (Ishiguro, 1990, p. 22). Não há objetos lógicos dos quais tratam as proposições da lógica (TLP 6.124).

Como, diferentemente de Russell, Wittgenstein não crê em um domínio universal onde as variáveis possam ser instanciadas, um objeto precisa que lhe seja especificado um domínio para ser instanciado. Isto é, não há como individuar um objeto fora de um domínio (Ishiguro, 1990, p. 28). O único modo de falar sobre a existência dos objetos é através do simbolismo. Cito Engelmann:

Assim, o que se deve perceber sobre a chamada “ontologia” do *Tractatus* é que o próprio simbolismo mínimo a demonstra por meio de suas variáveis, que permitem qualquer forma conhecida a priori para quaisquer fatos [...]. A ontologia mínima poderia ser expressa por “algo existe”. (Engelmann, 2021, pp. 36-37)

Quando Russell coloca o seu *soft data* a ser analisado pela dúvida cética cartesiana, ele toma para si o papel do cético. E a resposta que encontra para sua própria indagação será uma busca por reconstruir, a partir do que restou, o conteúdo vago dissolvido pela dúvida. Essa reconstrução é o que atribuirá sentido à proposição vaga; e a navalha de Occam ditará qual caminho devemos optar ao atribuir sentido à proposição: o que nos compromete somente com entidades indubitáveis – tais entidades serão os objetos últimos.

A resposta de Wittgenstein à indagação cética será bastante distinta. Para ele, é claro de antemão o que se quer dizer por meio de uma proposição vaga (NB 22.6.15). Se o cético busca fazer com que ele negue isso, sua resposta será bem menos complacente em comparação com a de Russell:

Se alguém me encurralasse dessa maneira para mostrar que eu não sabia o que queria dizer, eu diria: “Eu sei o que quero dizer; quero dizer exatamente ISTO”, apontando para o complexo apropriado com o meu dedo. E, nesse complexo, eu realmente tenho os dois objetos em uma relação. – Mas tudo o que isso realmente significa é: o fato pode, DE ALGUMA FORMA, ser representado por meio desta forma também. (NB 22.6.15)

O “ISTO” de Wittgenstein não apontará para um objeto, ou seja, não será um nome logicamente próprio. Ele aponta para um complexo, para objetos em uma relação. No TLP, Wittgenstein não falará mais de complexo, mas de fatos (*Tatsachen*) (TLP 2.n). Entretanto, ainda me parece claro que “se alguém [o cético] o encurralasse para mostrar que ele não sabia o que queria dizer”, sua resposta não seria como a de Russell, buscando objetos indubitáveis

para que possa apontar: “Só posso falar *sobre* eles [os objetos], não posso *enunciá-los*” (TLP 3.221). O “ISTO” de Wittgenstein, no TLP, aponta para algo que tem a forma proposicional geral: as coisas estão assim (TLP 4.5).

Porém, deve estar claro que Wittgenstein não está se posicionando contra o cético propondo uma defesa do senso comum, como Moore (1925) fará. Ele está dizendo que “o que vacila são nossas determinações, não o mundo” (NB 17.6.15). Wittgenstein também não está negando que uma proposição ordinária seja de fato vaga, mas crê que essa vagueza pode ser justificada e que lhe é claro o que se quer dizer com uma proposição vaga (NB 22.6.15). Em outras palavras, tal proposição é, mesmo antes de sua análise, uma figuração completa (NB 16.6.15; TLP 5.156). O modo de justificá-la será através de seu método. Dou maior atenção a tal resposta em 3.4.

Com isso, deve-se ter claro que, tanto em 6.53 quanto em 7, Wittgenstein não está advogando uma posição que desdenhe da capacidade comunicativa da linguagem ordinária e que creia na ciência como provedora última de qualquer resposta. Proposições da ciência natural surgem enquanto alternativas quando se quer dizer algo de metafísico (TLP 6.53). A filosofia, como Russell pretende, quer falar do mundo através de proposições completamente gerais; mas a alternativa que há para ela são as proposições da ciência.

Os princípios da ciência, que não dizem nada se não são aplicados, apenas manifestam a possibilidade de ocorrer proposições com a forma de uma lei específica. As proposições da ciência dizem algo sobre o mundo quando são fornecidas suas aplicações (NB 20.6.15). Desse modo, a “construção” do mundo pela mecânica newtoniana é um processo distinto da construção que o protótipo lógico fornece. Ela provê as pedras para a construção, dita com quais

pedras o “edifício” deve ser construído e restringe a construção a somente tais pedras (TLP 6.341). Sendo assim, as proposições da ciência não são uma alternativa às proposições da linguagem ordinária, nem são mais valiosas do que as proposições desta (TLP 6.4). Contrassensos não partem da linguagem ordinária, mas sim da má compreensão de sua lógica, e estão intimamente relacionados à filosofia: há um desencaixe entre as proposições da filosofia e a lógica da linguagem. As perguntas filosóficas partem da má compreensão da lógica da linguagem.

3.3 *d*: Filosofia que deve desaparecer

Em OKEW*d*, Russell está dizendo que devemos assumir o *hard data* caso tenhamos a pretensão de filosofar. Ele afirma que “é assim que deve ser, caso contrário não poderíamos filosofar” sobre uma série de coisas: devemos assumir objetos platônicos, devemos crer em uma espécie de experiência lógica, devemos tomar os *sense-data* como nomes logicamente próprios etc., caso contrário não poderíamos filosofar. Por que isso é um problema?

Como mencionado em 3.1, as proposições da lógica são completamente formais e somente mostram como proposições se relacionam em uma inferência. Se essas são também as proposições da filosofia, a filosofia propriamente dita será similar a uma

conceitografia e a análise lógica será o *device*⁶³ próprio da filosofia; porém, para que seja feita corretamente, esta deve seguir as restrições corretas.

O fato de a lógica ditar a estrutura de toda proposição possível causa consequências no critério de adequação de uma conceitografia e, logo, no que dita a análise correta. Uma conceitografia deve ter como componente lógico de sua gramática o que toda linguagem tem (Diamond, 1991b, p. 126). De outro modo, uma conceitografia errada tem características estruturais que divergem de sua própria estrutura interna (Ibid., p. 127). A ideia de Russell de que uma análise efetiva é aquela que melhor exprime a forma lógica dos fatos dá um critério externo para a adequação lógica. No entanto, uma visão da lógica que faz com que ela tenha de se adequar a algum critério externo não pode estar correta, já que a lógica é interna e estruturante de qualquer proposição que expresse um fato e, portanto, anterior a qualquer critério externo que se possa supor. Um *deve ser assim* busca justamente eleger algum critério externo.

Desse modo, 1.5.15d também contribui para mostrar que, contra a interpretação tradicional, Wittgenstein não pode ter uma teoria de nomes como a de Russell – em que o significado de um nome pode ser garantido independentemente do seu uso em proposições por meio de um método que conecta um nome a um objeto (Ishiguro, 2006, p. 20). Isso será essencial para a leitura que proponho de 1.5.15e, na seguinte seção.

É interessante também notar que o próprio Wittgenstein não escapa de fornecer uma filosofia que dita um “deve ser”. A ideia de que

⁶³ Uso *device* para não gerar maiores confusões com a palavra “método”. Por exemplo, que a análise é o *device* da filosofia é algo que Wittgenstein concordaria com Russell, mas isso não implica que Wittgenstein esteja de acordo com o método de Russell.

as proposições elementares *devem ser* logicamente independentes inseriu na conceitografia do TLP um critério de adequação distinto da lógica interna da linguagem. Tal interpretação é corroborada pela reforma que Wittgenstein promoveu na filosofia do TLP em 1929: sua correção – proposta em *Some Remarks on Logical Form* – buscava justamente se livrar desse *deve ser* que levou o TLP ao erro (cf. Engelmann, 2013).

3.4 e: A diferença entre os métodos

Diamond resume da seguinte maneira sua interpretação de 1.5.15e:

O “tenro” parece sujeito à dúvida porque o uso da linguagem das leis, seu tipo de relação com o mundo, é mal compreendido. Ver a rigidez do tenro é compreender o uso das declarações ou crenças supostamente “tenros”, perceber como as proposições com o tipo de uso das leis da mecânica (incluindo leis derivadas) falam sobre o mundo por meio de sua aplicação. (Diamond, 2014, p. 165)

Se fosse desse modo, parece-me que Wittgenstein poderia ter dito algo como “meu método é ver que o tenro não é de fato tenro”. Para além disso, o maior problema de tal leitura é que ela restringe o comentário de Wittgenstein – que é sobre o próprio método – a um comentário sobre o método pelo qual ele lida com a maneira como as proposições da mecânica se relacionam com o mundo.

Diamond não parece encontrar um meio de fornecer uma leitura para NB 1.5.15e que, ao mesmo tempo, trate do método filosófico de Wittgenstein em sentido estrito e seja consistente com ideia de *frame*. Por tal razão, ela limita NB 1.5.15e à relação entre Wittgenstein e as proposições da ciência. Retomo o que Conant e Diamond (2004) entendem como as observações metodológicas presentes no TLP:

6.53 O método correto de filosofia seria propriamente este: nada dizer senão o que se pode dizer; portanto, proposições da ciência natural – ou seja, algo que nada tem a ver com filosofia; e então, sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais a suas proposições. Esse método seria, para ele, insatisfatório – não teria a sensação de que lhe estivéssemos ensinando filosofia; mas esse seria o único rigorosamente correto.

6.54 Minhas proposições elucidam desta maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contrassensos, após ter escalado através delas – por elas – para além delas. (Deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela.)

Uma leitura atenta deve ser capaz de perceber que Wittgenstein não está falando sobre seu próprio método em 6.53 ou em 6.54. Em 6.54, ele está somente descrevendo de que maneira suas proposições elucidam. Já em 6.53, limita-se a afirmar que o método correto da filosofia *seria* dizer somente proposições da ciência natural e mostrar ao metafísico que este não conferiu significado a certos sinais de suas proposições. Ao dizer “*seria*” (*wäre*), Wittgenstein nos mostra que esse não é de fato o método estritamente correto. Uma razão de que esse

seria – porém não *é* – o método correto da filosofia é que, ao formular proposições da ciência, a filosofia faria o papel de uma teoria e não uma atividade, contrariando a afirmação em 4.112 de que ela é uma atividade e de que seu fim é o esclarecimento lógico dos pensamentos. Por outro lado, o método de *ver* a rigidez (*hardness*) do tenro (*soft*) estaria de acordo com TLP 4.112⁶⁴.

Por essas razões, a melhor indicação que Wittgenstein faz de seu método está – junto da única ocorrência de “meu método” (Engelmann, 2018b, p. 606) – em TLP 4.1121⁶⁵:

4.1121 A psicologia não é mais aparentada com a filosofia que qualquer outra ciência natural.

A teoria do conhecimento é a filosofia da psicologia.

Meu estudo da linguagem por sinais não corresponderia ao estudo dos processos do pensar, estudo que os filósofos sustentaram ser tão essencial para a filosofia da lógica? No mais das vezes eles só se emaranharam em investigações psicológicas irrelevantes, e um perigo análogo existe também no caso do *meu método*. (destaque meu)

Então, como o método indicado em TLP (o estudo da linguagem por sinais) coincide com o método indicado nos NB? Essa coincidência está ligada primeiramente ao fato de que, ao dizer algo sobre um objeto, já mostro a sua forma lógica e, em segundo lugar, ao fato de que todas as proposições da nossa linguagem ordinária estão em perfeita ordem:

⁶⁴ Curiosamente, Wittgenstein chega até a se indagar se *ver* é uma atividade (NB 29.7.16).

⁶⁵ Como antes mencionado (cf. nota 11), Diamond, seguindo a ideia de *frame*, não pode apelar para as observações metodológicas em 4n (Hacker, 2000, pp. 369-370).

5.5563 De fato, todas as proposições de nossa linguagem corrente estão logicamente, assim como estão, em perfeita ordem. O que há de mais simples, que nos cumpre aqui especificar, não é um símile da verdade, mas a própria verdade plena.

(Nossos problemas não são abstratos, mas talvez os mais concretos que existam).

Dessa forma, se o método do *Tractatus* é o estudo da linguagem por sinais, isto é, do simbolismo lógico, e a linguagem ordinária está logicamente em perfeita ordem, esse estudo da linguagem de sinais resulta em ver o que está garantindo a ordem da linguagem ordinária. No prefácio, Wittgenstein fala que filósofos não compreendem “a lógica da nossa linguagem”. A nossa linguagem é composta de “proposições” que operam de maneira muito distintas umas das outras. Uso “proposições” entre aspas porque, por vezes, algumas nem sequer são proposições – podem muito bem ser formas de proposições, como as leis da ciência (TLP 6.32), ou cálculos e equações, como na matemática (TLP 6.2). As proposições da lógica, por sua vez, comportam-se de uma maneira ainda mais específica, como procurei esclarecer em 3.1.

Assim, a linguagem ordinária, o *soft*, possui ela mesma uma firmeza (*hardness*) que garante a sua estrutura e seu entendimento. Essa firmeza é a lógica, que já estrutura toda a nossa linguagem e o seu potencial de projetar os fatos do mundo. O método do *Tractatus* é então, por transitividade, ver e apontar a lógica que está por trás da linguagem ordinária, e isso é o que faz dele uma atividade de elucidação. Russell, em contraposição, ao buscar “purificar” a linguagem, dar fundamento e oferecer construções para os símbolos incompletos através de um método que se esforça em dizer algo,

revela uma pretensão de separar a firmeza que já está presente naquilo é mole. De acordo com Engelmann:

O simbolismo de Wittgenstein “no qual tudo está certo” (TLP 4.1213) apresenta a essência da linguagem, o “rígido”, em sua unidade formal, como “a lógica de nossa linguagem”. (Engelmann, 2021, p. 42)

Porém, parece-me que o melhor modo de expor a questão seria dizer que a lógica não pode nunca ser tomada como um *hard*, pois é justamente isso que a separa de seu caráter estrutural. Tal perspectiva permite que seja crível alguém duvidar da lógica. Ela deve ser tomada como *hardness* (um atributo, qualidade, propriedade), que não pode ser encontrado independentemente de um portador de tal qualidade, ou seja, sem relação com o *soft*. O *hard* só pode ser visto ao olharmos para o *soft*. O suposto *hard data* são propriedades internas que não podem ser asseridas por proposições (TLP 4.122).

Engelmann (2021, p. 22) diz que as descrições definidas russellianas garantem que a lei do terceiro excluído se mantenha em vigor na linguagem enquanto estamos comprometidos com a análise. Trata-se de uma instância de separação do *hard* do *soft*. Wittgenstein, em distinção a Russell, toma a análise de descrições definidas como uma garantia de que a lógica de nossa linguagem ordinária não seja perturbada por uma análise enganosa (Engelmann, 2021, p. 28). Ela nos ajuda a ver o que é dito em TLP 5.5563. Isso é um exemplo também de como um mesmo *device* de análise ganha diferentes funções de acordo com as restrições que estabelecemos sobre ele. Se, como mencionei no primeiro capítulo, são as restrições postas sob a análise que definem que método ela será (cf. Hylton, 2005), pode-se dizer que

as restrições russellianas separam, enquanto as wittgensteinianas veem.

Podemos ver com mais clareza a distinção entre o método de Wittgenstein e o de Russell quando analisamos a extensa discussão de Wittgenstein sobre objetos simples e complexos (que também mencionei em 3.2), que vai de NB 13.5.15 até NB 24.5.15. É preciso cautela, pois em tais passagens Wittgenstein parece lidar com uma tensão⁶⁶ entre duas distintas concepções a respeito da relação dos objetos simples com os nomes que os significam: uma essencialmente russelliana, em que o significado de um nome pode ser garantido independentemente do seu uso em proposições (Ishiguro, 2006, p. 20); e outra, menos realista, em que a identidade do objeto referido é estabelecida somente através do uso de um nome em proposições (Idem). Apesar dessa tensão, acredito que já parece haver maiores indícios de que Wittgenstein está mais inclinado para a segunda concepção, a qual será plenamente assumida no TLP (3.3; 4.23). Essa inclinação é justamente uma consequência de utilizar um método que vê que a linguagem ordinária já está em perfeita ordem lógica e que busca justificar a vagueza das sentenças ordinárias (NB 22.6.15).

Mostrei que, para Russell, as proposições da física são construções lógicas, símbolos incompletos. O construcionismo russelliano busca a resolução dos símbolos incompletos. Wittgenstein dirá contra Russell:

Toda proposição que tem um sentido tem um sentido
COMPLETO, e é um modelo da realidade de tal forma que o

⁶⁶ McGinn (2007) fornece mais detalhes da tensão em que Wittgenstein se encontra nesse grupo de anotações.

que ainda não é dito nela simplesmente não pode pertencer ao seu sentido [...].

Se uma proposição nos diz algo, então ela deve ser um modelo da realidade tal como ela é, e um modelo completo. – Haverá, é claro, também algo que ela não diz – mas o que ela diz, ela diz completamente, e deve ser passível de uma definição clara. (NB 16.6.15)

Além disso, o construcionismo buscará executar tal resolução a partir daqueles que seriam os símbolos completos: os objetos simples. Para Russell, os objetos simples são um *sense data*. Isso fornece um critério epistêmico para a lógica, que deve cuidar de si mesma, o que significa que a demanda pelo objeto simples não pode ser uma demanda que surge quando buscamos justificar nosso acesso ao mundo exterior visando responder o cético, como Russell crê. A demanda pelo objeto simples é uma demanda formal e diz respeito ao que é essencial em um simbolismo (McGinn, 2007, p. 209). Objetos simples devem ser *possíveis* para que tenhamos sentido definido (NB 18.6.15; TLP 3.23). Porém, dizer que devem ser possíveis objetos simples e dizer que devemos chegar nos nomes deles ao final da análise são duas afirmações distintas; os nomes também devem somente ser possíveis (Ishiguro, 2006, p. 43). Não é em vão que o critério para uma proposição elementar será plenamente lógico no TLP: a independência lógica (TLP 4.211; 5.134).

Nomes estão implícitos na linguagem, eles são a priori; a exigência de se chegar em um nome logicamente simples para que se possa determinar o sentido de uma proposição, portanto, não é coerente com o caráter a priori dos nomes. Um nome simples será meramente um nome que aparece em uma proposição elementar, e isso nos dá um critério contextual para nomes simples (Engelmann,

2021, p. 30). Objetos simples, por sua vez, “serão os significados que correspondem aos signos simples e indefiníveis que são os constituintes das proposições elementares” (McGinn, 2007, p. 217). Desse modo, é um erro tomar a questão “há coisas simples?” como uma questão a respeito da realidade. Uma conceitografia adequada não permitirá a formulação dessa pergunta (Kuusela, 2006, pp. 56-57). Ela será um contrassenso (NB 5.5.15).

Como mencionado em 3.2, Russell precisa separar o *hard* do *soft* para construir o mundo; Wittgenstein, por sua vez, vendo o *hardness* do *soft*, vê também que tal construção do mundo já está lá e que ela ocorre através da proposição – que é uma figuração da realidade (TLP 3.01). Por isso Wittgenstein diz estar consciente, durante muito tempo, de que poderia escrever um livro chamado *The World I Found* (NB 23.5.15). O modo como ele toma a filosofia “equivale a uma convicção de que esses *insights* são alcançados permitindo que a própria linguagem deixe claro como ela significa” (McGinn, 2006, p. 76). O construcionismo de Russell faz exatamente o contrário disso. Como também mencionado em 3.2, a construção é já comum a todos através do protótipo lógico. Cito o TLP:

4.014 O disco gramofônico, a ideia musical, a escrita musical, as ondas sonoras, todos mantêm entre si a mesma relação interna afiguradora que existe entre a linguagem e o mundo.

A construção lógica é comum a todos.

(Como, no conto, os dois jovens, seus dois cavalos e seus lírios. Todos são, em certo sentido, um só.)

4.0141 Que haja uma regra geral por meio da qual o músico pode extrair a sinfonia dos sulcos do disco e, segundo a primeira regra, derivar novamente a partitura, é

precisamente nisso que consiste a semelhança interna dessas configurações, que parecem tão completamente diferentes. E essa regra é a lei da projeção, lei que projeta a sinfonia na linguagem das notas. É a regra de tradução das notas na linguagem do disco gramofônico.

Malcom (1986, p. 108) diz que os exemplos de 4.014 e 4.0141 não ajudam a dar suporte à teoria da figuração. Porém, ele força os limites da analogia, e está, por assim dizer, sendo tiranizado pela metáfora (PR, 49a). O ponto dos exemplos de 4.014 e 4.0141 é somente a existência de uma regra geral. Wittgenstein, ao afirmar que a construção lógica é comum a todas as representações, indica que ela é uma conexão interna entre os elementos de uma figuração, feita através de regras de projeção que nos permitem construir um do outro. O que há de comum, portanto, entre os elementos de uma figuração, é a possibilidade de serem derivados uns dos outros a partir de uma regra de projeção (McGinn, 2006, p. 80). O que é comum a todos, logo, é o protótipo lógico. A única construção lógica necessária é a construção do protótipo lógico.

Milkov (2012) também aponta como significativo o modo distinto com que Wittgenstein e Russell tomam a ideia de construção lógica. Ele diz, porém, que as construções de Wittgenstein, assim como as de Frege, sugerem outra maneira de alcançar resultados sólidos na filosofia: traçando os limites normativos do mundo lógico (Milkov, 20123, p. 153). Isso não pode ser assim. Como mostrei em 3.1, Wittgenstein não quer resultados sólidos (se tomamos os resultados como verdades firmemente erigidas); além disso, ele não pode tomar “normatividade” no mesmo sentido de Frege. Sua pretensão é somente de tornar clara a presença de tais “construções”, sem fazer isso através

da apresentação de uma doutrina inefável. Pelo contrário, ele quer que sejamos capazes de ver por nós mesmos. E não faz isso por meio de contrassensos que iluminam, mas sim por meio de uma obra que é clara como um cristal (LD 56, p. 89), isto é, uma obra através da qual é possível ver. Tal obra consiste na apresentação de uma (ou das demandas de uma) conceitografia que possa tornar visível a lógica interna da linguagem. Esse é o seu *estudo da linguagem de sinais* (TLP 4.1121).

3.5f: Questões que não dizem respeito ao filósofo

Em OKEWf, Russell dá uma listagem das habilidades que o filósofo científico precisa para obter sucesso (cf. OKEW, pp 100-101) e, nos momentos finais do livro (cf. pp. 191-196), levanta uma série de deveres que o filósofo científico precisa seguir. A obtenção de sucesso na filosofia estaria, nesse sentido, ligada à posse de conhecimento extracurriculares, visto que a filosofia, como concebida por Russell, teria a função de fornecer fundamento para o nosso conhecimento científico. É preciso, por exemplo, saber quais são as propriedades físicas da matéria para apresentar uma construção lógica que contenha tais propriedades.

Não incidentalmente, das duplas, essa é a de mais fácil concepção. Russell está envolvido com muitas coisas que não dizem respeito ao filósofo. Ao contrário do que (OKEW, p. XV; cf. seção 1.3.1) afirma, o método lógico-analítico não será capaz de suprir o *desideratum* dos que pretendem fazer com que a filosofia se torne uma

verdadeira ciência, pois não há a possibilidade de existir uma ciência da lógica, como mencionei em 3.1. Como não há uma ciência da lógica, o projeto russelliano – que visava encontrar a forma dos fatos e trabalhar com um inventário de formas lógicas para a resolução de problemas filosóficos – deve ser abandonado (NB 3.9.14; TLP 4.0312) (cf. Engelmann, 2021, p. 27). Ao tratar a lógica como um *data*, seja ele *hard* ou *soft*, permite-se que seja duvidável e, com isso, introduz-se psicologismo na lógica – algo que deveria ser irrelevante para ela. Essa, especificamente, será a resposta que Diamond (2014, p. 149) aponta como interpretação de NB 1.5.15f.

Mas todas as questões mencionadas são questões que não dizem respeito ao filósofo. Por tal razão, parece-me coerentemente defensável que o que está especialmente em questão em NB 1.5.15f é novamente o método construcionista de Russell. Como mencionei em 2.5, aspectos desse método foram antes exemplificados em diversos momentos da filosofia russelliana. A teoria do juízo russelliana, por exemplo – outro possível exemplo de algo que o filósofo não deve se preocupar –, pode ser lida como mais uma aplicação do construcionismo russelliano (cf. Hylton, 1990, p. 336). As máximas que Russell toma como guias para o seu método, que são por vezes indicativas do modo como ele toma a navalha de Occam, resultam em uma filosofia construcionista. É, porém, a má interpretação da navalha de Occam – colocada como centro do construcionismo russelliano – que faz com que Russell acredite que seu método seja capaz de evitar o ceticismo. O ceticismo, no entanto, não chega a ser algo que deve ser evitado, como mencionei em 3.2.

3.6 *g*: O método de Russell e o método da física

Diamond (2014) oferece uma interpretação que disputa com a de Baker e Hacker. Enquanto na interpretação de Hacker o problema do método filosófico russelliano deriva de este ser modelado de acordo com o da ciência, para ela o problema é que ele é modelado conforme uma má concepção do método da ciência (Diamond, 2014, p. 152, n. 16). Diamond lê de modo que o *passo atrás* que o método de Russell seria em relação ao método da física consistiria num estágio anterior ao desenvolvimento da física como uma ciência genuína. Em suas palavras:

Nas observações do *Notebooks* citadas acima [NB 1.5.15], Wittgenstein rejeita a concepção de método científico de Russell na filosofia como uma regressão em relação ao método da física. Ele vê isso como um passo para trás em relação ao que o método realmente é, presumivelmente no sentido de que, antes do desenvolvimento da física como uma ciência genuína, houve uma fase do pensamento envolvendo um método semelhante ao que Russell considera “método científico”. A crítica de Wittgenstein a Russell vai além de simplesmente modelar o método filosófico de acordo com o das ciências. Ele critica Russell por modelar o método filosófico segundo o método da física, pois o entende de maneira equivocada. (Diamond, 2014, p. 151)

Porém, o modo como ela toma a concepção russelliana do método da física em momento nenhum coincide com um estágio anterior ao que Wittgenstein toma o método da física. Para Russell, como apresentado por Diamond (2014, p.163), o método da física consistiria em apresentar afirmações muito gerais sobre o mundo. Já para Wittgenstein, as leis da física só dizem algo sobre o mundo através de sua aplicação. Isto não configura, portanto, um estágio adiante a como Russell toma o método da física.

De fato, a concepção de Russell sobre o método da física não é aceita por Wittgenstein. No entanto, o modo como Wittgenstein escreve mostra claramente que sua crítica está endereçada ao método russelliano, e não ao método da física como Russell toma em seu *Scientific Method in Philosophy*.

Tanto a interpretação Baker/Hacker quanto a de Diamond, mesmo buscando associar NB 1.5.15 a OKEW⁶⁷, falham por não oferecer uma explicação que leve em consideração a similaridade no uso das palavras entre Wittgenstein e Russell, isto é, não levam em conta que Wittgenstein está parafraseando Russell. Creio que uma interpretação que busque associar NB 1.5.15 a OKEW deve dar conta do fato de que Wittgenstein escolhe utilizar palavras que remetem às que Russell utiliza no próprio OKEW.

Como mencionei em 1.1, temos evidências conclusivas de que Wittgenstein leu *On Matter*. Em OM, Russell diz que:

⁶⁷ Mesmo não propondo de fato o paralelo com NB 1.5.15g, Engelmann (2021, p. 55) diz que o resultado do TLP consistirá no final amargo do que Russell sugere em OKEW sobre o que acontece com a questão “por quê?” na física (cf. OKEW, p.180). Essa comparação acaba incidentalmente sugerindo outra possível leitura para o comentário de Wittgenstein que o vincule a OKEW.

- [1] Ao interpretar e aplicar a física, temos que retroceder da matéria como a ciência a concebe para os dados sensoriais como os conhecemos na experiência imediata.
- [2] Ao filosofar sobre os dados sensoriais, avançamos do dado imediato em direção a um conjunto de entidades inferíveis que possuam, se possível, as propriedades que a física atribui à matéria (OM, p. 85).

Esse comentário é muito similar ao que é feito em OKEWg; porém, em OKEWg, Russell não incluiu a segunda parte, onde afirma que “ao filosofar sobre *sense-data*, nós andamos adiante, do dado imediato até algum conjunto de entidades inferíveis possuindo as propriedades que a física atribui para a matéria”. Parece possível, portanto, que em NB 1.5.15g Wittgenstein esteja enfatizando que o método de Russell consegue realizar *simplesmente* a parte que retrocede da matéria – como concebida pela ciência – até os *sense-data*, tal como o conhecemos da experiência imediata. (Pode-se até supor que Russell teria tido contato com essa crítica de Wittgenstein, quando esse leu *On Matter*, e, por essa razão, tivesse mantido em OKEW somente a parte em que constata que estamos um passo atrás do método da física.) Essa interpretação, porém, tem um problema quando levamos em consideração que as anotações de NB 1.5.15 são feitas com OKEW em mente: como em OKEW Russell não reitera a ideia de que “ao filosofar sobre *sense-data*, avançamos do dado imediato para um conjunto de entidades inferíveis que possuem propriedades semelhantes às atribuídas pela física à matéria”, não haveria razões para Wittgenstein fazer um comentário destinado a criticar tal afirmação.

Assim, para fornecer uma leitura a tal comentário – que seja consistente com a hipótese de que Wittgenstein teria lido OKEW e

direcionado a crítica à obra –, começo retomando o que Russell quis dizer quando afirmou que seu método é um passo atrás do método da física. Cito novamente OKEWg:

Enquanto nos engajamos nas necessárias construções lógicas, podemos nos consolar com o conhecimento de que coisas permanentes, espaço e tempo deixaram de ser, para a física da relatividade, parte dos elementos essenciais do mundo, e agora são admitidos como construções. Ao tentar construí-los a partir de *sense-data* e particulares estruturalmente análogos aos *sense-data*, estamos, portanto, *levando o procedimento da teoria da relatividade um estágio mais para trás*. (OKEW, p. 83)

Quando Russell diz que está um passo atrás do método da física, ele está falando sobre seu construcionismo. Como mostrei no capítulo II, o construcionismo de Russell é fortemente inspirado por um uso da navalha de Occam, e, como argumentado em 3.4, há uma dissonância nos modos como Russell e Wittgenstein tomam esse princípio. Nesse sentido, o uso da navalha de Occam difere entre o método de Russell e o método de Wittgenstein.

NB 1.5.15g, portanto, poderia estar chamando atenção para a diferença entre o uso da navalha de Occam feito por Russell e o uso feito pela física. Como colocado por Levine, a visão de Russell sobre generalidade (junto de sua concepção de análise) é o que baseia o modo como ele toma a navalha de Occam e a sua função na análise. Tal interpretação conectaria, com certa facilidade, NB 1.5.15a a NB 1.5.15g. Porém, Wittgenstein já teria escrito críticas diretas ao modo como Russell toma a navalha de Occam em NB 23.4.15. Assim, a crítica de NB 1.5.15g não pode se limitar a isso.

Com isso, parece-me que a melhor maneira de ler tal passagem é sugerida – mas pouco desenvolvida – por Hacker:

Pois, como Hertz havia mostrado, o método da física é a construção de imagens da realidade. Estas são, de fato, opcionais e tentativas, permitindo aproximações maiores ou menores em suas consequências hipotético-dedutivas para os fatos. Mas a lógica, na medida em que é uma condição para o sentido, não pode admitir hipóteses. Se a filosofia é uma descrição da forma lógica, não pode haver nada fragmentado ou meramente/provavelmente correto nela. Pois o que seria uma mera aproximação na ciência seria um absurdo na filosofia. É inconcebível que a filosofia compartilhe os métodos das ciências naturais. (Hacker, 1986, pp. 13-14)

O central é que os objetos que Russell pretende encontrar através de sua aplicação prática da navalha de Occam já nos são dados formalmente através da lógica (TLP 4.1272). Já os objetos que poderão ser chamados de “matéria”, ou seja, aqueles que satisfazem as propriedades da mecânica – os objetos que Russell quer construir –, serão dados de acordo com o modo pelo qual determinada mecânica dita e seleciona as descrições utilizadas para a construção do mundo (TLP 6.432; 6.433). A física pode trabalhar com hipóteses dentro de tais descrições: nela podemos imaginar um tipo de objeto sem que saibamos se há mesmo tal objeto (NB 7.7.16). Perceba que esse é um dos modos pelos quais Russell tenta usar a navalha de Occam em sua filosofia – cujo uso também busca ser justificado por sucesso prático (cf. OKEW, p. 119).

3.7 A determinação do método de Wittgenstein a partir do método de Russell

Apesar de já ter me delongado acerca do método de Wittgenstein no TLP, na seção 3.4, aqui retraço e busco evidenciar o caminho que segui neste capítulo, concluindo o esclarecimento que me propus a executar de NB 1.5.15. Comecei a partir de uma diferença no modo como Wittgenstein e Russell tomam as proposições da lógica. Enquanto, para Russell, as proposições da lógica são verdades universais e necessárias, para Wittgenstein, devido ao caráter formal que as caracteriza, elas são tautológicas, vazias de conteúdo e não dizem verdade alguma, somente mostram como proposições se relacionam em uma inferência (NB 1.5.15a).

Desse modo, a posição de Russell fornece legitimidade (não só fornece legitimidade, como também se esforça para respondê-lo) a um ceticismo universal, que seria irrefutável ao colocar em dúvida até mesmo as verdades mais sólidas em que podemos nos agarrar: *o hard data* – visto que é natural que se possa pôr uma verdade em dúvida. Enquanto, para Wittgenstein, a lógica, por ter caráter estruturante, dá a essência de toda proposição e, logo, a essência da realidade. Essa é, porém, uma forma vazia. Uma forma vazia não diz nada; portanto, não há o que se perguntar (NB 1.5.15b; 1.5.15c). A lógica já está pressuposta em nossa linguagem. É ao fazer filosofia que caímos em contrassenso. Assim, uma filosofia que afirma que “deve ser desse modo” precisa

desaparecer por ser geradora de contrassensos ao buscar critérios externos de adequação para uma conceitografia (NB 1.5.15d).

Russell, buscando responder ao ceticismo, exige que tomemos o *hard data* como indubitável. O método de Russell busca, em suas palavras, “montar um zoológico de formas lógicas”⁶⁸ (PLA, p. 47). Paralelamente, Wittgenstein quer fazer jus ao ordinário; para isso, a tarefa da filosofia será meramente apontar aquilo que garante a ordem lógica da linguagem ordinária (1.5.15e), isto é, a tarefa da filosofia será o estudo da linguagem de sinais (TLP 4.1121).

Não pode ser função da análise fornecer sentido a uma proposição – toda figuração é uma figuração completa. Como consequência disso, o filósofo não deve se preocupar em obter conhecimento para fornecer a fundamentação de alguma ciência específica, ou para fazer uma hierarquia (essencialmente psicológica) daquilo que é ou não duvidável (1.5.15f). Suas proposições visam somente o esclarecimento lógico das proposições. A filosofia, portanto, não deve buscar ser “científica”; uma suposta filosofia científica nunca será capaz de falar do mundo e criar hipóteses, como faz uma ciência, e, assim, deve se contentar em ser somente um passo atrás das ciências específicas (1.5.15g).

⁶⁸ É curioso a analogia do zoológico partir do próprio Russell. Em um zoológico, os animais estão separados de seu hábitat natural. Isso permite interpretar que o método de Wittgenstein, mais em termos com o ambiente, busca ver tais “animais lógicos” bem onde estão, na linguagem ordinária.

Considerações finais

Apesar de não negar que se tenha permitido a manutenção de um certo caráter aporético na disputa sobre se Russell teria somente um método constante em sua filosofia ou estaria sujeito a mudanças ou alternância de métodos, vejo que essa aporia não se fez presente quando busquei indicar de qual método especificamente Wittgenstein está falando em NB 1.5.15g. Como procurei demonstrar, ele está tratando do construcionismo russelliano. Ainda assim, parece-me possível, com poucos ajustes, ampliar tais comentários de Wittgenstein para uma tendência de Russell também presente, por exemplo, em seu momento inferencialista (POP) ou mesmo centralmente logicista (*Principia*). Por tal razão, pode-se apontar que a delimitação do construcionismo como alvo das críticas de Wittgenstein foi guiada por razões majoritariamente práticas, mas isso não diminui sua coerência.

Delimitar bem o que Wittgenstein está considerando como método de Russell por volta de 1915, quando as ideias do TLP passam a tomar forma, ajuda a esclarecer duas ocorrências em que Wittgenstein fala do próprio método, as quais não me parecem ter recebido suficiente relevância na discussão acerca do método do TLP, a saber: LD 50 e NB 1.5.15. Para delimitar o método de Russell, apoiei-me no que Hylton (2005) chama de *restrições à análise*. Assim, defendi que a crítica de Wittgenstein é direcionada ao construcionismo russelliano, o qual, por sua vez, impõe à análise a restrição de terminar em entidades indubitáveis, com as quais podemos realizar construções lógicas que tenham as mesmas propriedades dos

símbolos incompletos da ciência. Tais entidades são os átomos do atomismo lógico russelliano, ou o *hard data*, composto pelas verdades da lógica (universais) e pelos *sense-data* (particulares). Como Russell demanda que essas entidades sejam indubitáveis – caso contrário cairíamos em um ceticismo universal, que seria irrefutável e infrutífero –, é necessário que ele assuma um *acquaintance* com formas lógicas.

Não faz sentido, para Wittgenstein, dizer que devemos ter *acquaintance* com formas lógicas ou que devemos assumir que os nomes logicamente próprios correspondem a um *sense-datum*. Isso faz com que a lógica dependa de uma epistemologia, quando deveria ser ao contrário. A lógica fornece a estrutura de qualquer acesso ao mundo através de uma forma vazia. Desse modo, temos a garantia de que todo *soft-data*, isto é, toda proposição vaga e ainda não analisada, já possui um sentido determinado, já é uma figuração completa. Não pode ser função da análise dar sentido para uma proposição – sua função deve ser de nos mostrar com mais clareza o que garante o sentido da proposição. Assim, o método de Wittgenstein, o *estudo da linguagem de sinais*, consiste em *ver a rigidez do tenro*.

Tendo em mente a pretensão de fornecer mais relevância às menções do método em LD 50 e NB 1.5.15, ao mesmo tempo que me parece claro que o objetivo secundário – realizado nos capítulos II e III – de analisar com mais detalhes a relação entre certas anotações presentes nos NBs e nas passagens de OKEW poderia partir de outras notas de NBs (e.g., da crítica ao uso de Russell da navalha Occam feita em NB 23.4.15; dos comentários acerca da causalidade em NB 29.3.15; ou mesmo da passagem em NB 23.5.15, onde Wittgenstein, de forma que parece escarnecer OKEW, diz: “Tenho estado consciente por muito que me seria possível escrever um livro: *The World I Found*”), a

decisão de trabalhar com as notas do dia 1.5.15 ainda me parece justificada. São elas as que mais destacam a diferença metodológica entre Wittgenstein e Russell. E, dada a proximidade temporal, são capazes de esclarecer qual foi a mudança metodológica mencionada em LD 50.

Como mencionado (cf. nota 23), trabalhar com a ideia de que a mudança de método mencionada por Wittgenstein em LD 50 consiste na transição de um *método que separa* – como o de Russell – para um *método que vê*, deixar-me-ia com a tarefa de mostrar que o método wittgensteiniano, em algum momento, já foi um método que separa. Essa é uma tarefa um tanto quanto extensa, que não foi realizada neste trabalho. Porém, aqui, dedico-me a sugerir um possível caminho para sua resolução.

O texto de Wittgenstein que pode nos mostrar que seu método foi, em algum momento, um método que vê é *Notes on Logic*, de 1913. Em NL, Wittgenstein parte de uma premissa, que, como espero ter mostrado nos capítulos I e II, contém um caráter bastante separatista (i.e., bastante relacionado ao *método que separa*): “Desconfiar da gramática é o primeiro requisito para filosofar” (NL, p. 93). Tendo em mente que LD 50 foi escrita próximo ao final de maio de 1915, deveríamos ser capazes, portanto, de rastrear o ponto de virada metodológico em algum momento entre 1913 e maio de 1915. A mudança mencionada em LD 50, porém, não parece ter sido tão radical como as outras mudanças na filosofia wittgensteiniana, e, por tal razão, não é tão simples rastrear as diferenças que surgem como consequência da opção de passar a confiar na gramática. Por exemplo, o Wittgenstein do TLP ainda argumentaria que desconfiar da gramática é um requisito para filosofar, mas requisito da prática filosófica tradicional, aquela que está sendo alvo de suas críticas. A

ideia de que constantes lógicas não denotam, sendo esse o *Grungedanke* do TLP (4.0312), também já ocorria a Wittgenstein em NL (cf. NL, p. 99).

Destaco que, diferentemente de Conant e Diamond, que tendem a descartá-lo junto da escada, minha determinação do método faz jus ao *Grungedanke* do TLP (4.0312), visto que, como mencionei em 3.1, Wittgenstein, ao tomar a generalidade lógica como a generalidade do protótipo lógico – que não passa de uma regra através da qual se pode gerar qualquer proposição –, vê que é necessário que as constantes lógicas não representem para que sejam iteráveis. Seu método, como mencionado, parte de reconhecer que as proposições da lógica, devido ao caráter formal de sua generalidade, somente mostram como proposições se relacionam em uma inferência e, desse modo, não dizem nada.

Os resolutos estão corretos ao afirmar que há, em Wittgenstein, uma conexão firme entre a ideia do que é uma conceitografia e quais são os métodos apropriados na filosofia. Falta a eles perceber, porém, que esse *é* não apenas o método utilizado no TLP, como também o método pelo qual ele advoga. Diamond pareceu ter noção disso ao afirmar: “O desenvolvimento de uma conceitografia está conectado com o desaparecimento da filosofia como tem sido praticada” (Diamond, 1991b, p. 116). Surge, então, a questão: como conciliar sua interpretação – de que Wittgenstein exige de nós um ato imaginativo ou um *framing* de nossas sentenças – com a associação entre o método correto e o desenvolvimento de uma conceitografia?

É nesse desenvolvimento que o método de Wittgenstein se distingue dos métodos da filosofia tradicional – nada há de distinto em seu conteúdo, no que está sendo dito, em suas doutrinas ou teorias. Suas elucidações nada mais são do que o delineamento de uma

conceitografia adequada. É desse modo que a escada pode ser descartada (e junto dela a prática filosófica): se um dia detivermos uma conceitografia que nos mostre claramente a lógica de nossa linguagem, não haverá mais espaço para a filosofia – não de modo normativo e impositivo, mas sim porque não haverá mais o desentendimento da nossa linguagem, o que motiva as perguntas filosóficas.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

Obras de Bertrand Russell

- Russell, B. (1905) On Denoting. *Mind*, New Series. Oxford: n. 56, v. 14, pp. 479-493.
- _____. (1975) *My Philosophical Development*. London: Unwin Books.
- _____. (1984) Theory of Knowledge: The 1913 Manuscript [TOK]. In: _____. *The Collected Papers of Bertrand Russell*, v. 7. London; Boston; Sydney: George Allen & Unwin.
- _____. (1986) *The Philosophy of Logical Atomism and Other Essays 1914-19*; The Collected Papers of Bertrand Russell, v. 8. London; Boston; Sydney: George Allen & Unwin.
- _____. (1992a) What is Logic? [1912]. In: _____. *Logical and Philosophical Papers 1909-13*; The Collected Papers of Bertrand Russell, v. 6. London; New York: Routledge.
- _____. (1992b) On Matter [OM] [1912]. In: _____. *Logical and Philosophical Papers 1909-13*; The Collected Papers of Bertrand Russell, v. 6. London; New York: Routledge.
- _____. (1992c) Analytic Realism [AR] [1911]. In: _____. *Logical and Philosophical Papers 1909-13*; The Collected Papers of Bertrand Russell, v. 6. London; New York: Routledge.
- _____. (2001) *The Problems of Philosophy* [POP]. Oxford: Oxford University Press.

- _____. (2009a) *Our Knowledge of The External World: As a Field for Scientific Method in Philosophy* [OKEW]. New York: Taylor & Francis Routledge. ISBN 0-203-87536-2. E-book.
- _____. (2009b) *The Philosophy of Logical Atomism* [PLA]. New York: Taylor & Francis Routledge. ISBN 0-203-86477-8. E-book.
- _____. (2010a) On Scientific Method in Philosophy [SMP]. In: _____. *Mysticism and Logic*. Auckland: The Floating Press, pp. 80-100.
- _____. (2010b) The Relation of *Sense-data* to Physics [RSDP]. In: _____. *Mysticism and Logic*. Auckland: The Floating Press, pp. 117-143.
- _____. (2010c) On the Notion of Cause [ONC]. In: _____. *Mysticism and Logic*. Auckland: The Floating Press, pp. 144-166.
- _____. (2014) The Regressive Method of Discovering the Premises of Mathematics [DPM] [1907]. In: _____. *Toward "Principia Mathematica" 1905-08: The Collected Papers of Bertrand Russell*, v. 5. London; New York: Routledge.

Obras de Ludwig Wittgenstein

- Wittgenstein, L. (1929) Some Remarks on Logical Form [SRLF]. *Proceedings of the Aristotelian Society: Supplementary Volumes*, vol.9, pp.162-171.
- _____. (1969a) *Notebooks 1914-1916* [NB]. Tradução Anscombe, G. E. M. 2. ed. New York: Harper Torchbook.
- _____. (1969b) Notes on Logic [NL]. In: _____. *Notebooks 1914-1916*. Tradução Anscombe, G. E. M. New York: Harper Torchbook, pp. 93-106.
- _____. (2012) *Wittgenstein in Cambridge: Letters and Documents* [LD]. McGuinness, B. (org.). 4. ed. Oxford: Blackwell.

_____. (2017) *Tractatus Logico-Philosophicus* [TLP]. Tradução Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2017.

Fontes secundárias

Baker, G. P.; Hacker, P. M. S. (2005) *Wittgenstein: Understanding and Meaning*. 2. ed. Oxford: Blackwell Publishing.

Carey, R.; Ongley, J. (2009) *Historical Dictionary of Bertrand Russell's Philosophy*. Lanham, Ma; Toronto; Plymouth, Uk: The Scarecrow Press, Inc.

Conant, J. (1993) Kierkegaard, Wittgenstein and Nonsense. In: Cohen, T; Guyer, P; Putnam, H. (eds.). *Pursuits or Reason: Essays in Honor of Stanley Cavell*. Lubock, TX: Texas University Press, pp. 195-224.

_____. (2002) The Method of the Tractatus. In: Reack, E. (ed.). *From Frege to Wittgenstein: Perspectives on Early Analytic Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, pp. 374-462.

_____. (2014) Wittgenstein's Methods. In: Kuusela, O.; McGinn, M. (eds.). *The Oxford Handbook of Wittgenstein*. United Kingdom: Oxford University Press, pp. 620-646.

Conant, J.; Diamond, C. (2004) On Reading the *Tractatus* Resolutely: Reply to Meredith Williams and Peter Sullivan. In: Kölbel, M; Weiss, B. (eds.). *Wittgenstein's Lasting Significance*. London; New York: Routledge, pp. 42-97.

Descartes, R. (2006) *A Discourse on the Method of Correctly Conductiong One's Reason and Seeking Truth in the Sciences*. Tradução Ian Maclean. Oxford: Oxford University Press.

_____. (2015) *Meditações Metafísicas*. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Folha de S. Paulo.

- Diamond, C. (1991a) Throwing Away the Ladder: How to Read the Tractatus, In: _____. *The Realistic Spirit: Wittgenstein, Philosophy and the Mind*. London: MIT Press, pp. 179-204.
- _____. (1991b) What Does a Concept-Script Do? In: _____. *The Realistic Spirit: Wittgenstein, Philosophy and the Mind*. London: MIT Press, pp. 115-144.
- _____. (2000) Ethics, imagination and method. In: Cray, A; Read, R. (eds.). *The New Wittgenstein*, London: Routledge.
- _____. (2014) The Hardness of the Soft: Wittgenstein's Early Thought About Skepticism. In: Conant, J.; Kern, A. (eds). *Varieties of Skepticism*. Boston: Walter de Gruyter GmbH, pp. 145-183.
- Engelmann, M. L. (2013) *Wittgenstein's Philosophical Development: Phenomenology, Grammar, Method, and The Anthropological View*. United Kingdom: Palgrave Macmillan.
- _____. (2017) A crítica a Russell: os capítulos II, III, e IV das PB. In: Carvalho, M. et al. *Fenomenologia Análise e Gramática: comentário às observações filosóficas de Wittgenstein parte 1*. São Paulo: Mundaréu, Nonada. pp. 61-79
- _____. (2018a) Instructions for Climbing the Ladder (The Minimalism of Wittgenstein's Tractatus). *Philosophical Investigations*, Oxford, v. 41, n. 4, pp. 446-470.
- _____. (2018b) What Does It Take To Climb the Ladder? (a Sideways Approach). *Kriterion: Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, v. 59, n. 140, pp. 591-611.
- _____. (2021) *Reading Wittgenstein's Tractatus*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Engelmann, P. (1967) *Letters from Ludwig Wittgenstein With a Memoir*. Oxford: Basil Black Well.
- Ferrari, J. (2023) *Language and Science in the Tractatus*. Preprint.

- Geach, P. T. (1976) Saying and Showing in Frege and Wittgenstein. In: Hintikka, J. (ed.). *Essays on Wittgenstein in Honour of G.H. von Wright*. Amsterdam: North-Holland, pp. 54-70.
- Grayling, A. C. (2003) Russell, Experience and the Roots of Science. In: Griffin, N. (ed.). *The Cambridge Companion to Bertrand Russell*. New York: Cambridge University Press, pp. 449-474.
- Griffin, N. (1980) Russell on the nature of logic (1903–1913). *Synthese*, v. 45, n. 1, Bertrand Russell's Early Philosophy, Part I. Dordrecht: Springer, pp. 117-188.
- Hacker, P. M. S. (1986) *Insight and Illusion*. 2. ed. New York: Oxford University Press.
- _____. (2000) "Was He Trying to Whistle It?". In: Crary, A; Read, R. (eds.). *The New Wittgenstein*. London: Routledge, pp. 353-388.
- Hager, P. (2003) Russell's Method of Analysis. In: Griffin, N. (ed.). *The Cambridge Companion to Bertrand Russell*. New York: Cambridge University Press, pp. 310-332.
- Hatfield, G. (2013) Perception and sense-data. In: Beaney, M. (ed.). *The Oxford Handbook of The History of Analytic Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, pp. 948-974.
- Hylton, P. (1990) *Russell, Idealism, and the Emergence of Analytic Philosophy*. Oxford: University Press.
- _____. (2005) Beginning with Analysis. In: _____. *Propositions, Functions, and Analysis: Selected Essays on Russell's Philosophy*. Oxford: Clarendon Press.
- Irvine, A. D. (2004) Russell on Method. In: Link, G. (ed.). *One Hundred Years of Russell's Paradox*. Berlin; New York: Walter de Gruyter, pp. 481–500.
- Ishiguro, H. (1990) Can the World Impose Logical Structure on Language? In: Haller, R.; Brandl, J. (eds.). *Wittgenstein - Eine*

- Neubewertung. Akten des 14. Internationalen Wittgenstein-Symposiums*, Wien: Hölder-Pichler-Tempsky, pp. 21-34
- _____. (2006) Use and Reference of Names. In: Winch, P. (ed.). *Studies in the Philosophy of Wittgenstein*. London: Routledge, pp. 20-50.
- Janik, A.; Toulmin, S. (1973) *Wittgenstein's Vienna*. New York: Touchstone.
- Kahane, G.; Kanterian, E.; Kuusela, O. (eds.). (2007) *Wittgenstein and his interpreters: Essays in memory of Gordon Baker*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Kuusela, O. (2008) *The Struggle Against Dogmatism*. London: Harvard University Press.
- _____. (2011) The Dialectic of Interpretations: reading Wittgenstein's Tractatus. In: Read, R.; Lavery, M. (eds.). *Beyond the Tractatus Wars: The New Wittgenstein Debate*. Routledge, pp. 119-148.
- _____. (2014) The Development of Wittgenstein's Philosophy. In: Kuusela, O.; McGinn, M. (eds.). *The Oxford Handbook of Wittgenstein*. United Kingdom: Oxford University Press, pp. 595-619.
- _____. (2022) *Wittgenstein on Logic and Philosophical Method*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Landini, G. (2019) Russell's Logic as the Essence of Philosophy. In: Wahl, R. (ed.). *The Bloomsbury Companion to Bertrand Russell*. London: Bloomsbury Publishing Plc, pp. 236-271.
- _____. (2007) *Wittgenstein's apprenticeship with Russell*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (2014) Wittgenstein Reads Russell In: Kuusela, O.; McGinn, M. (eds.). *The Oxford Handbook of Wittgenstein*. United Kingdom: Oxford University Press, pp. 27-60.

- Levine, J. (2018) Wittgenstein and Russell Occam razor. In: Elkind, L. D. C.; Landini, G. (ed.). *The Philosophy of Logical Atomism: a centenary reappraisal*. London: Palgrave Macmillan.
- Linsky, B. (2003) The Metaphysics of Logical Atomism. In: Griffin, N. (ed.). *The Cambridge Companion to Bertrand Russell*. New York: Cambridge University Press, pp. 371-391.
- _____. (2013) Russell's Theory of Descriptions and the idea of logical construction. In: Beaney, M. (ed.). *The Oxford Handbook of the History of Analytic Philosophy*. United Kingdom: Oxford University Press, pp. 407-429.
- Malcolm, N. (1986) *Nothing is Hidden*. Oxford: Blackwell.
- Miah, S. (1987) The emergence of Russell's logical construction of physical objects. *Russell: the Journal of Bertrand Russell Studies*, v. 7, n. 1, pp. 11-24.
- _____. (1997) Construcionism: Russell's Resolution of Realism-Empiricism Dilemma. *Indian Philosophical Quarterly*, v. 24, n. 4, pp. 481-496
- McGinn, M. (2006) *Elucidating the Tractatus: Wittgenstein's Early Philosophy of Logic and Language*. New York: Oxford University Press.
- _____. (2007) Simples and the Idea of Analysis in the *Tractatus*. In: Kahene, G.; Kanterian, E.; Kuusela, O. (eds.). *Wittgenstein and his interpreters*. UK: Blackwell Publishing, pp. 200-220.
- McGuinness, B. (1969) Philosophy of Science in the *Tractatus*. *Revue Internationale de Philosophie*, v. 23, pp. 155-64.
- Milkov, N. (2003) The Method of the *Tractatus*. *Papers of the 26th International Wittgenstein Symposium* 3-9 August 2003. Wissen und Glauben - Knowledge and Belief. Löffler, W.; Weingartner, P. (ed.). Kirchberg am Wechsel: ALWS, pp. 239-241.

- _____. (2012) The Construction of the Logical World: Frege and Wittgenstein on Fixing Boundaries of Human Thought. In: Nemeth, E. (ed.). *Crossing Borders: Thinking (Across) Boundaries*. University of Vienna, pp. 151-61.
- _____. (2017) The Method of Wittgenstein's Tractatus: Toward a New Interpretation. *Southwest Philosophy Review*, v. 33, pp. 197-212.
- Moore, G. E. (1925) A Defense of Common Sense. In: Muirhead, J. *Contemporary British Philosophy*.
- Nagel, E. (1951) Russell's Philosophy of Science. In: Schilpp, P. A. (ed.). *The Philosophy of Bertrand Russell*. New York: Tudor Publishing Company, pp. 319-349.
- Pears, D. (1977) The Relation Between Wittgenstein's Picture Theory of Propositions and Russell's Theory of Judgment. *Philosophical Review*, v. 86, pp. 177-196.
- _____. (1987) *The False Prison: A Study of the Development of Wittgenstein's Philosophy - Volume One*. Oxford: Clarendon Press.
- Potter, M. (2011) *Wittgenstein's Notes on Logic*. Oxford University Press.
- _____. (2023) Wittgenstein and the external world programme. In: Stadler, F. (ed.). *Wittgenstein and the Vienna Circle: 100 years after the Tractatus Logico-Philosophicus*. Springer Verlag, pp. 223-233.
- Pritchard, D. (2014) Wittgenstein on Scepticism. In: Kuusela, O; McGinn, M. (eds). *The Oxford Handbook of Wittgenstein*. United Kingdom: Oxford University Press, pp. 523-550.
- Proops, I. (2014) Logical Atomism in Russell and Wittgenstein In: Kuusela, O; McGinn, M. (eds.). *The Oxford Handbook of Wittgenstein*. United Kingdom: Oxford University Press, pp. 214-240.

- Ramsey, F. P. (1990) *Philosophical Papers*. United Kingdom: Cambridge University Press.
- Ricketts, T. (1996) Pictures, logic, and the limits of sense in Wittgenstein's *Tractatus*. In: Hans D. Sluga, David G. Stern (eds.). *The Cambridge Companion to Wittgenstein*. Cambridge University Press, pp. 59-99.
- _____. (2002) Wittgenstein against Frege and Russell. In: Reck, E. (ed.). *From Frege to Wittgenstein: Perspectives on Early Analytic Philosophy*, Oxford: Oxford University Press, pp. 227-251.
- _____. (2013) Logical segmentation and generality in Wittgenstein's *Tractatus*. In: Sullivan, P.; Potter, M. (org.). *Wittgenstein's Tractatus: History & Interpretation*. Oxford, pp. 123-142.
- _____. (2014) Analysis, independence, simplicity, and the general sentence-form. *Philosophical Topics*, v. 42, n. 2, pp. 263-288
- Schaar, M. van der. (2024) The *Tractatus* and the First Person. In: Zalabardo, J. L. (ed.). *Wittgenstein's Tractatus Logico-Philosophicus: A Critical Guide*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 125-144
- Slater, J. G. (1989) Russell's conception of philosophy. In: Winchester, I.; Blackwell, K. (eds.) *Antinomies and paradoxes: studies in Russell's early philosophy*. Hamilton, Ont.: McMaster University Library Press, pp. 163-178
- Stern, D. G. (2017) Wittgenstein's texts and style. In: Glock, H.-J. and Hyman, J. (eds.) *A companion to Wittgenstein*. Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell, pp. 41-55.
- _____. (2018) Russell's and Wittgenstein's Logical Atomism. In: Elkind, L. D. C.; Landini, Gregory (eds.). *The Philosophy of Logical Atomism: a centenary reappraisal*. London: Palgrave Macmillan.

- Takagi, S. (2021) *Wittgenstein and the 'Kantian Solution of the Problem of Philosophy'* (10 February 1931). 1 recurso eletrônico (266 páginas). Tese (Doutorado em Filosofia) – University College London, Londres, 2021.
- Wahl, R. (2019) Russell's Initial Encounter with Wittgenstein 1911-14. In: Wahl, R. (ed). *The Bloomsbury Companion to Bertrand Russell*. Bloomsbury Academic, pp. 125-148.
- Weitz, M. (1951) Analysis and The Unity of Russell's Philosophy. In: Schilpp, P. A. (ed). *The Philosophy of Bertrand Russell*. New York: Tudor Publishing Company, pp. 57-121.
- White, R. M. (2011) Throwing the Baby Out with the Ladder: On "Therapeutic" Readings of Wittgenstein's Tractatus. In: Read, R.; Lavery, M. (eds.). *Beyond the Tractatus Wars: The New Wittgenstein Debate*. Routledge, pp. 22-66.
- Wierner, P. P. (1951) Method in Russell's Work on Leibniz. In: Schilpp, Paul Arthur (ed). *The Philosophy of Bertrand Russell*. New York: Tudor Publishing Company, pp. 259-276.
- Willis, K. (1989) "This Place is Hell": Bertrand Russell at Harvard, 1914. *The New England Quarterly*, v. 62, n. 1, pp. 3-26.
- Wrinch, D. M. (1917) Mr. Russell's Lowell Lectures. *Mind*, v. 26, n. 1, pp. 448-452.

